



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023

ABERTURA

RETIFICADO (22/09/2023)

A Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) conforme autorização do Exmo. Sr. Governador do Estado do Amapá, Clécio Luís Vilhena Vieira, exarada no OFÍCIO Nº 060101.0076.0250.0230/2022 GAB - GAB GOV de 2023 e, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n. 3155/2022, e pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade do Estado do Amapá, bem como pela Portarias nº 075 de 02 de março de 2021; nº 202, de 01, de setembro de 2020, que instituiu Comissão responsável pela organização e funcionamento do CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES EFETIVOS DA UEAP, torna público para conhecimento dos interessados a abertura de inscrições para Concurso Público de Provas e Títulos, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal Efetivo de Docentes da UEAP instituído pela Lei nº1.301, de 08 de janeiro de 2009, observadas as disposições do art. 37, Inciso II da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº0066, de 03 de maio de 1993, Lei n. 1743, de 29 de abril de 2013, e as normas contidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público, a que se refere o presente Edital, será executado pelo Instituto AACP, com sede na Avenida Dr. Gastão Vidigal, nº 959 - Zona 08, CEP 87050-440, Maringá/PR, endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) e correio eletrônico [candidato@institutoaocp.org.br](mailto:candidato@institutoaocp.org.br).
- 1.2 O Concurso Público destina-se ao provimento de 120 (cento e vinte) vagas existentes, sob regime estatutário, no quadro de servidores da Universidade do Estado do Amapá de acordo com a Tabela 1.1 deste Edital, distribuídas para candidatos pós-graduados *stricto sensu* portadores de títulos de Mestre (assistente) ou Doutor (adjunto), de acordo com o requisito específico de cada vaga disposta no Anexo I, e tem prazo de validade de **2 (dois) anos** a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Universidade do Estado do Amapá.

TABELA 1.1

Código do cargo	Cargo <sup>(1)</sup>	Número de Vagas na Ampla Concorrência <sup>(2)</sup>	Município de Lotação	
DIR-01.	Bacharelado em Direito	Direito Constitucional.	1	Macapá
DIR-02.		Direito Privado.	1	Macapá
DIR-03.		Direito Processual Civil.	2	Macapá
DIR-06.		Teoria Geral do Direito e Direitos Especiais.	2	Macapá
EAG-03.	Bacharelado em Engenharia Agrônoma	Botânica (Ênfase: Ciências Agrárias).	1	Amapá
EAG-06.		Ciência do Solo.	1	Amapá
EAG-08.		Fitossanidade.	1	Amapá
EAG-09.		Fitotecnia.	1	Amapá
EAG-15.		Engenharia de Água e Solo.	1	Amapá
EAG-16.		Engenharia de Processamentos de Produtos Agrícolas.	1	Amapá
EAG-17.		Construções Rurais e Ambiência.	1	Amapá
EAG-20.		Produção Animal.	1	Amapá
EAM-09.	Bacharelado em Engenharia Ambiental	Estruturas.	1	Macapá
EAM-10.		Geodesia e Geofísica.	1	Macapá
EFL-03.	Bacharelado em Engenharia Florestal	Silvicultura (Proteção Florestal).	1	Macapá
EFL-04.		Silvicultura (Genética e Melhoramento Florestal).	1	Macapá
EFL-05.		Silvicultura (Dendrologia).	1	Macapá

EFL-06.		Silvicultura (Nutrição Florestal / Solos Florestais).	1	Macapá	
EFL-07.		Manejo Florestal (Política e Legislação Florestal).	1	Macapá	
EFL-10.		Manejo Florestal (Economia e Administração Florestal).	1	Macapá	
EFL-11.		Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais/Energia de Biomassa Florestal.	2	Macapá	
EPE-05.	Bacharelado em Engenharia De Pesca	Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca.	1	Macapá	
EPE-08.		Aquicultura.	1	Macapá	
EPR-01.	Bacharelado em Engenharia de Produção	Engenharia Mecânica (Automação Industrial e Manutenção).	1	Macapá	
EPR-02.		Engenharia Mecânica (Planejamento Energético).	1	Macapá	
EPR-03.		Processos de Fabricação.	2	Macapá	
EPR-05.		Engenharia de Produção (Engenharia de Sustentabilidade).	1	Macapá	
EPR-06.		Engenharia de Produção (Engenharia do Trabalho).	2	Macapá	
EPR-07.		Engenharia de Produção (Engenharia Organizacional).	1	Macapá	
EPR-08.		Engenharia de Produção (Sistemas de Produtivos).	1	Macapá	
EPR-09.		Gerência da Produção.	1	Macapá	
EPR-11.		Pesquisa Operacional.	2	Macapá	
EPR-12.		Engenharia do Produto.	1	Macapá	
EPR-13.		Engenharia Econômica.	2	Macapá	
EQU-01.		Bacharelado de Engenharia Química	Mecânica das Estruturas.	1	Macapá
EQU-02.			Processos Industriais de Engenharia Química.	1	Macapá
EQU-04.	Operações Industriais e Equipamentos para Engenharia Química (Modelagem).		1	Macapá	
EQU-05.	Operações de Separação e Mistura.		1	Macapá	
EQU-07.	Água.		1	Macapá	
LCB05.	Licenciatura em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia	Morfofisiologia Humana e Comparada.	1	Macapá	
LFL-01.	Licenciatura em Filosofia	História da Filosofia.	1	Macapá	
LFL-02.		Metafísica.	2	Macapá	
LFL-05.		Epistemologia.	2	Macapá	
LFL-06.		Filosofia da Educação e Filosofia Geral.	3	Macapá	
LLP-01.	Licenciatura em Letras	Educação Especial - Libras.	2	Macapá	
LLP-02.		Linguística.	1	Macapá	
LLP-03.		Letras (Língua Portuguesa).	3	Macapá	
LLP-04.		Literatura.	2	Macapá	
LLE-01.	Licenciatura em Letras	Língua e Literaturas de língua espanhola.	3	Macapá	
LLE-02.		Língua e Literaturas de língua Francesa.	2	Macapá	
LLE-03.		Língua e Literaturas de língua Inglesa.	4	Macapá	
LMT-01.	Licenciatura em Matemática	Matemática.	3	Macapá	
LMT-02.		Estatística.	2	Macapá	
LMT-03.		Ensino De Ciências e Matemática.	3	Macapá	
LMT-04.		Álgebra.	1	Macapá	
LMT-05.		Geometria e Topologia.	1	Macapá	
LMT-06.		Física Geral.	1	Macapá	
LMT-07.		Sistema de Computação.	1	Macapá	
LMT-09.		Tecnologia Educacional, Prática e Estágio.	1	Macapá	

LMU-02.	Licenciatura em Música	Etnomusicologia/Musicologia.	1	Macapá
LMU-03.		Educação Musical.	5	Macapá
LMU-04.		Flauta Doce/Educação Musical.	1	Macapá
LMU-05.		Piano/Educação Musical.	1	Macapá
LMU-07.		Canto/Regência Coral.	1	Macapá
LPE-01.	Licenciatura em Pedagogia	Fundamentos da Sociologia.	2	Macapá
LPE-04.		Fundamentos da Educação – Psicologia.	1	Macapá
LPE-06.		Administração Educacional.	1	Macapá
LPE-08.		Didática e Planejamento Educacional.	1	Macapá
LPE-10.		Educação em Periferias Urbanas e do Campo.	1	Macapá
LPE-12.		Educação Especial - Educação Inclusiva.	1	Macapá
LPE-13.		Educação Pré-Escolar.	1	Macapá
LQU-02.	Licenciatura em Química	Química Inorgânica.	3	Macapá
LQU-04.		Físico-Química.	2	Macapá
LQU-05.		Química Analítica.	1	Macapá
LQU-07.		Ensino de Ciências e Matemática.	3	Macapá
TDG-01.	Tecnologia em Design	Teoria da Comunicação.	1	Macapá
TDG-02.		Comunicação Visual (Branding).	1	Macapá
TDG-03.		Comunicação Visual (Projeto Gráfico).	1	Macapá
TDG-06.		Desenho Industrial (Design e Ergonomia).	1	Macapá
TDG-07.		Desenho Industrial (História do Design).	1	Macapá
TDG-08.		Desenho Industrial (Projeto de Produto).	1	Macapá
TDG-09.		Desenho Industrial (Prototipagem).	1	Macapá
TDG-13.		Artes (Arte e educação).	2	Macapá

(1) Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.

(2) Não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência, para provimento imediato, quando o quantitativo de vagas oferecido for inferior ao previsto em lei para reserva, sendo mantido cadastro de reserva.

- 1.3 O regime de trabalho da atividade docente será de tempo integral com dedicação exclusiva 40 (quarenta) horas - TIDE, de acordo Art. 19 inciso III da Lei Estadual 1.743/2013.
- 1.4 O docente em regime de tempo integral com dedicação exclusiva obriga-se a manter vínculo empregatício exclusivo com a UEAP, com atividade permanente na Unidade respectiva, ocupando-se exclusivamente com trabalhos de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, admitindo-se a necessária flexibilidade no desempenho de atividades de interesse da Universidade, que não prejudiquem o exercício regular da função, admitidas as exceções previstas no Art. 14-A da Lei nº. 10.973/2004.
- 1.5 O docente da UEAP deverá respeitar o Estatuto, o Regimento Geral e demais regimentos, normas e regulamentos da Universidade e legislação em vigor.
- 1.6 A seleção dos candidatos será realizada por Bancas Examinadoras, devidamente homologadas pela Comissão Organizadora, e correspondente às áreas de conhecimento, relacionadas no presente Edital, (Anexo I), mediante prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório; prova didática, de caráter eliminatório e classificatório e prova de títulos, de caráter eliminatório e classificatório.
- 1.7 Os turnos de trabalho na Universidade do Estado do Amapá são: matutino, vespertino e noturno.
- 1.8 A PROGRAD definirá os turnos de atividades dos docentes na UEAP e esta definição poderá ser alterada a qualquer momento em que vigorar o vínculo entre o concursado e a Universidade.
- 1.9 A convocação para as vagas informadas na Tabela 1.1 deste Edital será feita de acordo com a necessidade e a conveniência da Universidade do Estado do Amapá, dentro do prazo de validade do concurso.
- 1.10 A remuneração para os cargos de docente da UEAP, conforme a Lei n. 1.743, de 29 de abril de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos docentes do quadro efetivo da Universidade do Estado do Amapá, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, bem como a Lei n. 1.540, de 13 de maio de 2011, que dispõe de acordo com a regulamentação do inciso X, do artigo 42, da Constituição do Estado do Amapá e, ainda, sobre a revisão da remuneração e do subsídio dos servidores públicos, da Administração Direta, das Autarquias e Fundações do Poder Executivo do Estado do Amapá, compreende a seguinte remuneração:

**TABELA 1.2**

40 Horas com Dedicção Exclusiva							
Grupo	Classe	Nível	Vencimento Básico (R\$)	Gratificação de Titulação (R\$)	Gratificação de Estímulo à Docência (R\$)	Auxílio-alimentação (R\$)	Remuneração (R\$)
Especialista	Auxiliar	I	5.809,20	871,38	457,18	500,00	7.637,76
Mestrado	Assistente	I	6.971,04	2.091,31	548,62	500,00	10.110,97
Doutorado	Adjunto	I	8.365,24	4.182,62	658,34	500,00	13.706,21

- 1.11 Em atenção ao Art. 52, inciso II da LDBEN, as vagas deste concurso terão como requisito mínimo a titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Caso o número de inscritos com a titulação acadêmica de mestrado ou doutorado não atingir cinco vezes o número de vagas ofertadas, para cada código de vagas, será reaberta a inscrição para o requisito mínimo de Especialista.
- 1.12 O Edital e as normas complementares ao concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado do Amapá e estarão disponíveis no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) e no endereço eletrônico da Universidade do Estado do Amapá [www.ueap.edu.br](http://www.ueap.edu.br).
- 1.13 Integram o presente Edital os seguintes anexos:  
a) ANEXO I – Código da vaga, número de vagas, regime de trabalho, requisitos específicos, áreas de conhecimento e temas das provas escrita e didática;  
b) ANEXO II – Cronograma do Concurso, ~~até a aplicação da Prova Escrita~~, que será publicado posteriormente.
- 1.14 **Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e as demais publicações no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).**

## 2. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

- 2.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro da Universidade do Estado do Amapá:
- ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
  - ter completado 18 (dezoito) anos;
  - estar em pleno exercício dos direitos políticos;
  - ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Universidade do Estado do Amapá;
  - possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
  - declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
  - a quitação com as obrigações eleitorais e militares;
  - não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público;
  - ter sido aprovado e classificado no concurso público;
  - atender às demais exigências contidas neste Edital.

## 3. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 3.1 Haverá isenção total da taxa de inscrição para o candidato que:
- For doador de sangue, nos termos da Lei Estadual no 1.418/2009;
  - For candidato com deficiência física, auditiva, visual, mental, intelectual e sensorial, nos termos da Leis Estaduais no 1.886/2015 e no 2771/2022.
  - For mesário eleitoral, nos termos da Lei Estadual no 2.559/2021;
  - For reconhecidamente pobre, nos termos da Lei Estadual no 0948/2005;
  - For doador de medula óssea, nos termos da Lei Estadual n° 2.709/2022;
  - For candidato que estuda ou concluiu seus estudos em estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, municipal e federal no Estado do Amapá, nos termos da Lei Estadual no 2.771/2022;
  - For inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, nos termos da Lei Estadual no 2.771/2022.
- 3.2 A solicitação de isenção da taxa de inscrição será realizada via internet no período **previsto no Anexo II deste Edital, observado o horário oficial de Brasília/DF**, mediante preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br). Para fins de obtenção da isenção da taxa de inscrição, o candidato interessado deverá:
- 3.2.1 Optar pelo link específico do Formulário de Solicitação de Inscrição, conforme uma das condições previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” ou “g” declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital;

- 3.2.2 Preencher de forma completa e correta o Formulário de Solicitação de Inscrição, conforme uma das opções de isenção em que se enquadre, descritas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” ou “g”.
- 3.2.3 Em hipótese alguma, após finalizado o preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição, será permitido ao candidato alterar o cargo para o qual se inscreveu.
- 3.3 DOADOR DE SANGUE:**
- 3.3.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição – Doador de Sangue;
  - Cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
  - Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física–CPF;
  - Anexar cópia simples da declaração emitida por entidade coletora oficial ou credenciada pela União, pelo Estado, ou pelo Município, ou que integrar associação de doadores de sangue, que comprove que o candidato tenha realizado, 3 (três) doações, no período de 12 (doze) meses anteriores a publicação do Edital do Concurso, contendo o número do cadastro, nome e CPF do doador.
- 3.4 PESSOA COM DEFICIÊNCIA – FÍSICA, AUDITIVA, VISUAL, MENTAL, INTELECTUAL E SENSORIAL:**
- 3.4.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição – Pessoa com Deficiência;
  - Declarar se deseja ou não concorrer como Portador de Deficiência, nas condições descritas no Item 6 deste edital;
  - Declarar se necessita ou não de condição especial para a realização das provas, nas condições dispostas no subitem 6.1 deste Edital;
  - Anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
  - Anexar laudo médico, redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, com citação por extenso do nome do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão.
- 3.5 MESÁRIO ELEITORAIS:**
- 3.5.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição – Eleitor convocado e nomeado;
  - Anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
  - Anexar cópia da comprovação do serviço prestado, expedido pela Justiça Eleitoral do Estado do Amapá, referente à participação do candidato como mesário em quaisquer das seções eleitorais localizadas na circunscrição do Estado.
- 3.6 RECONHECIDAMENTE POBRE, na forma da Lei no 0948/2005:**
- 3.6.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição – Reconhecidamente pobre, na forma da Lei no 0948/2005;
  - Anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
  - Apresentação de comprovação de renda mensal que não ultrapasse a dois salários-mínimos
    - cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social–CTPS, das páginas que contenham;
    - fotografia, Identificação do trabalhador, número e série da CTPS;
    - anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco;
    - as alterações salariais;
    - e se for o caso, cópias de outras páginas da carteira que sejam necessárias para complementar as informações solicitadas;
    - cópia simples do holerite de pagamento do mês de agosto/2023.
  - No caso de servidores públicos de contratação sob regime estatutário, onde não haja assinatura da carteira de trabalho, o candidato deverá enviar, em substituição das cópias da CTPS:
    - cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
    - cópia simples do Cadastro de Pessoa Física–CPF;
    - cópia simples do holerite de pagamento do mês de agosto/2023.
- 3.7 DOADOR DE MEDULA ÓSSEA:**
- 3.7.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição – Doador de Medula Óssea;
  - Cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
  - Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física–CPF;
  - Anexar cópia do Comprovante de que o doador, efetivamente, realizou a doação de células de medula óssea para transplante, emitido por entidade reconhecida pela União, Estado ou Município, onde terá acesso ao benefício no período máximo de 03 meses antes da data de publicação deste Edital.
- 3.8 ESTUDO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E FEDERAL DO ESTADO DO AMAPÁ**
- 3.8.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar no Formulário de Solicitação de Inscrição – Estudo na Rede Pública;
  - Cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
  - Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física–CPF;
  - Anexar cópia simples de declaração de matrícula ou histórico escolar emitido por rede pública estadual, municipal e federal no Estado do Amapá.

### 3.9 CadÚnico

- 3.9.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- Indicar, no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição - CadÚnico, o Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico.
- 3.9.2 O Instituto AOCB, consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 3.9.3 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.
- 3.9.4 O candidato que requerer a isenção deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais rigorosamente em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico. O candidato deve atentar-se que, qualquer dado que tenha sido alterado/atualizado junto ao CadÚnico, nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, poderá causar divergência entre o dado informado (atualizado) e o ainda constante no sistema do CadÚnico, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional.
- 3.9.5 Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar ao candidato o indeferimento do seu pedido de isenção, por divergência dos dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico. Após a solicitação e julgamento do pedido de isenção, não será permitido a complementação ou alteração de dados para obtenção da isenção.
- 3.9.6 O fato do candidato participar de algum Programa Social do Governo Federal (PROUNI, FIES, Bolsa Família, etc), assim como o fato de ter obtido a isenção em outros certames não garante, por si só, a isenção da taxa de inscrição neste concurso.
- 3.10 Os documentos comprobatórios exigidos nos subitens 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 ou 3.8 ~~ou 3.9~~ deverão ser enviados, no período **previsto no Anexo II deste Edital, observado o horário oficial de Brasília/DF**, por meio do link **Envio dos documentos referentes à Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br), em único arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, contendo os documentos referentes à isenção solicitada, conforme previsão os subitens 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 ou 3.8 ~~ou 3.9~~ deste edital;
- 3.10.1 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em PDF, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de isenção.
- 3.10.2 No caso da existência de dois ou mais arquivos com a documentação referente a isenção, será considerado o último arquivo enviado, sendo os demais documentos cancelados automaticamente, desconsiderando-se as informações neles registradas.
- 3.10.3 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:
- Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
  - Fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
  - Não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 3.2 deste Edital;
  - Não apresentar todos os dados solicitados;
  - Não enviar os documentos exigidos nos subitens 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 ou 3.8 ~~ou 3.9~~, e/ou em cópia ilegível;
- 3.10.4 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Instituto AOCB.
- 3.11 O candidato interessado em obter a isenção da Taxa de Inscrição, pessoa com deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial durante a realização da prova deverá, no ato do pedido de isenção da taxa de inscrição, indicar claramente, no Formulário de Solicitação de Inscrição, quais são os recursos especiais necessários. O laudo médico, deverá ser enviado por meio do link Envio de Laudo Médico e Documentos (candidato PcD e/ou condição especial para as provas), disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br), conforme o subitem 5.4.2 deste Edital.
- 3.12 A exatidão dos documentos enviados é de total responsabilidade do candidato. Após o envio dos documentos comprobatórios não será permitida a complementação da documentação, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.
- 3.13 Os documentos descritos neste item terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dos mesmos.
- 3.14 As informações prestadas no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como os documentos encaminhados, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará na sua eliminação do Concurso, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 3.15 Não será aceita solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por vias diferentes das estabelecidas neste Edital.
- 3.16 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada na data **prevista no Anexo II deste Edital** no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br).
- 3.17 O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida poderá impetrar recurso através do endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br) no **período previsto no Anexo II deste Edital**, por meio do link “Recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição”.
- 3.17.1 As respostas aos recursos impetrados contra o indeferimento da solicitação de isenção e a relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, que por ventura sejam deferidos no pós-recurso, serão divulgadas na data **prevista no Anexo II deste Edital**, no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br).
- 3.17.2 Se, após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, o candidato poderá acessar o endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br), **até a data prevista no Anexo II deste Edital**, realizar uma nova inscrição, gerar o boleto bancário e efetuar o pagamento até o seu vencimento para participar do certame.
- 3.17.3 O interessado que não tiver seu requerimento de isenção deferido e que não realizar uma nova inscrição, na forma e no prazo estabelecidos neste Edital, estará automaticamente excluído do certame.
- 3.18 O candidato que tiver seu pedido de isenção da taxa de inscrição deferido e, posteriormente, realizar uma inscrição,

sem pedido de isenção, e realizar o pagamento do boleto bancário, terá a sua solicitação de isenção cancelada, sendo deferida a última inscrição realizada, conforme subitem 4.7.2.

- 3.19 Os candidatos que tiverem as solicitações de isenção deferidas já são considerados devidamente inscritos no Concurso Público e poderão consultar o status da sua inscrição no endereço eletrônico do Instituto AOCB [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br), no período previsto no Anexo II deste Edital.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 A inscrição neste Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, sendo necessário e de responsabilidade do candidato certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, conforme Anexo I deste Edital.
- 4.1.1 A efetiva comprovação da conclusão da pós-graduação stricto sensu, conforme o requisito específico de cada vaga, dar-se-á na data do exame documental, com a apresentação efetiva da titulação definitiva e sem ressalvas, nos termos do item 14 deste Edital.
- 4.2 Quando da realização da inscrição, o candidato assume, sob as penas da lei, conhecer as instruções específicas do concurso e possuir os demais documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas à época da sua apresentação, se classificado e convocado para posse.
- 4.3 As inscrições para o Concurso Público da Universidade do Estado do Amapá serão realizadas somente via internet. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.
- 4.4 A realização das inscrições será **no período previsto no Anexo II deste Edital, observado horário oficial de Brasília/DF**, através do endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br).
- 4.5 Após declarar ciência e aceitação das disposições contidas neste Edital, o candidato interessado em inscrever-se para o presente certame deverá:
- 4.5.1 Preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para admissão ao cargo para o qual pretende concorrer, conforme Anexo I deste Edital, assumindo as consequências de eventuais erros advindos dessa opção, e submeter-se às normas expressas neste Edital;
- a) Somente serão admitidos diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras se devidamente revalidados por universidades públicas brasileiras, nos termos do § 2º, do art.48, da Lei nº 9.394 de 1996, e na Resolução CNE/CES nº 1, de 28 de janeiro de 2002, e na Resolução CNE/CES nº 8, de 4 de outubro de 2007, publicada no DOU de 5/10/2007, Seção 1, p. 49-50 e RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 22 DE JUNHO DE 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de junho de 2016, Seção 1, págs. 9-10.
- b) Somente serão admitidos diplomas de conclusão de cursos de Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) obtidos por instituições de ensino superior estrangeira se devidamente reconhecidos e registrados por universidades públicas brasileiras que possuem cursos de pós- graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim, nos termos do § 3º, do art. 48, da Lei nº 9.394 de 1996, art. 4º da Resolução CNE/CES n. 1, de 3 de abril de 2001, art. 7º da Resolução CNE/CES n. 3, de 1º de fevereiro de 2011 e RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 22 DE JUNHO DE 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de junho de 2016, Seção 1, págs. 9-10.
- 4.5.2 Imprimir o boleto bancário gerado e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado até a data estabelecida no subitem 4.10 deste Edital.
- 4.6 Em hipótese alguma, após finalizado o preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição, será permitido ao candidato alterar o cargo para o qual se inscreveu.
- 4.7 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pelo Instituto AOCB, através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.
- 4.7.2 No caso de duas ou mais inscrições de um mesmo candidato para o mesmo período de realização da prova, será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato, ou, ainda, para inscrição realizada para outro cargo.
- 4.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.
- 4.8.1 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, na eliminação do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o mesmo será exonerado do cargo pela Universidade do Estado do Amapá, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 4.9 O valor da inscrição é de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).**
- 4.10 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, preferencialmente nas Casas Lotéricas, até a data de seu vencimento. Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br), imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até a data **prevista no Anexo II deste Edital**. As inscrições realizadas com pagamento após essa data não serão acatadas.
- 4.10.1 É de responsabilidade do candidato que acesse o link citado no subitem 4.10, e efetue a geração do boleto bancário com a antecedência necessária para atender ao limite de horário de compensação do banco que o candidato irá se utilizar para efetuar o pagamento, para que seja possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo registrado na guia de pagamento.
- 4.11 O Instituto AOCB, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 4.10 deste edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste concurso.

- 4.11.1 A Universidade do Estado do Amapá e o Instituto AOCP não se responsabilizam: por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados: por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas, no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.11.2 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito, **pix** ou transferência bancária, tampouco as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.
- 4.12 Quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, caberá interposição de recurso, protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), **no período previsto no Anexo II deste Edital, observado o horário oficial de Brasília/DF.**

## **5. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)**

- 5.1 Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às da Lei no 7.853/89 e do Decreto no 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, e da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto no 8.368/14.
- 5.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por cargo, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990.
- 5.1.2 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).
- 5.1.3 A compatibilidade da pessoa com deficiência com o cargo no qual se inscreveu será declarada através de perícia médica preliminar, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inapto para o exercício do cargo.
- 5.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere: ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas, de acordo com o previsto no presente Edital.
- 5.3 São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, as que se enquadram nas categorias de I a VI a seguir; e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: "O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes":
- I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);
- II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);
- III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);
- IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
- comunicação;
  - cuidado pessoal;
  - habilidades sociais;
  - utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto no 5.296, de 2004);
  - saúde e segurança;
  - habilidades acadêmicas;
  - lazer e
  - trabalho;
- V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.
- VI - A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

### **5.4 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:**

- 5.4.1 ao preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição, conforme orientações do item 4 deste Edital, declarar que pretende participar do concurso como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;

- 5.4.2 enviar o laudo médico com as informações descritas no subitem 5.4.2.1 deste Edital, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital;
- 5.4.2.1 o laudo médico deverá: estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, com citação por extenso do nome do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão considerados os laudos médicos **emitidos nos últimos 12 (doze) meses** anteriores à data da realização da inscrição. **O candidato deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.**
- 5.4.2.2 no caso de deficiente auditivo, o laudo solicitado no subitem 6.4.2.1 deverá ser acompanhado de exame de audiometria recente, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição do concurso público.
- 5.4.2.3 no caso de deficiente visual, o laudo solicitado no subitem 6.4.2.1 deverá ser acompanhado de exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição do concurso público.
- 5.4.2.4 Não haverá devolução do laudo médico, e não serão fornecidas cópias desse laudo.
- 5.5 O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não-portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência. Nesses casos, o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
- 5.6 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Legislação supracitada no subitem 5.3, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.
- 5.7 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) na data prevista no Anexo II deste Edital.
- 5.7.1 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como PcD poderá impetrar recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no período previsto no Anexo II deste Edital, observado horário oficial de Brasília/DF.
- 5.8 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados específica para pessoas com deficiência.
- 5.9 Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estrita observância da ordem de classificação geral.

## **6. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA CANDIDATA LACTANTE**

---

### **6.1 Da solicitação de condição especial para a realização das Provas:**

- 6.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização das Provas, pessoa com deficiência ou não, poderá solicitar esta condição, conforme previsto no Decreto Federal nº 9.508/2018.
- 6.1.2 As condições específicas disponíveis para realização das provas são: prova em braile, prova ampliada (fonte 25), fiscal leitor, software de leitura Dos-Vox ou NVDA, intérprete de libras, acesso à cadeira de rodas e/ou tempo adicional de até 1 (uma) hora para realização das provas (somente para os candidatos com deficiência). O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, conforme prevê o § 2º do art. 4º do Decreto nº 9.508/2018, no prazo estabelecido no subitem 6.3 deste Edital.
- 6.1.3 Para solicitar condição especial, o candidato deverá:**
- 6.1.3.1 No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição, ~~ou no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição~~, quais os recursos especiais necessários;
- a) caso o candidato necessite de uma condição especial não prevista no Formulário de Solicitação de Inscrição, como uso de objetos, dispositivos ou próteses, deverá requerer através do campo **Condições Especiais Extras**, disponível no Formulário de Solicitação de Inscrição, ~~ou no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição~~, descrevendo os recursos especiais necessários para a realização das provas e enviar o Laudo Médico que ateste a(s) condição(ões) especial(is) necessária(s), obedecidos o critério e o prazo previstos no subitem 6.3. A solicitação da condição especial poderá ser atendida, obedecendo aos critérios previstos no subitem 6.4;
- 6.1.3.2 Enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital;
- a) o **laudo médico** deverá: ~~ser original ou cópia autenticada~~; estar redigido em letra legível, com citação do nome por extenso do candidato, com carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão; dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, justificando a condição especial solicitada. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos **nos últimos 12 (doze) meses** anteriores ao último dia de inscrição. **O(a) candidato(a) deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.**
- 6.1.4 A pessoa travesti ou transexual (pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi designado ao nascer e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento

pelo Nome Social, deverá requerer através do campo **Condições Especiais Extras**, disponível no Formulário de Solicitação de Inscrição, ~~ou no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição~~, solicitando o atendimento pelo Nome Social. Deverá anexar cópia simples do documento oficial de identidade, obedecidos o critério e o prazo previstos no subitem 8.3. O candidato nesta situação deverá realizar sua inscrição utilizando seu Nome Social, ficando ciente de que tal nome será o único divulgado em toda e qualquer publicação relativa ao Concurso Público.

6.1.4.1 Não serão aceitas outras formas de solicitação de nome social, tais como: via postal, telefone ou fax. O Instituto AOCP e a Universidade do Estado do Amapá reservam-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

6.1.4.2 Para realização das etapas presenciais, será obrigatória a apresentação de documento oficial com foto, conforme subitem 10.5.1.

## **6.2 Da candidata lactante:**

6.2.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da prova, deverá:

6.2.1.1 Solicitar essa condição indicando claramente, no Formulário de Solicitação de Inscrição ~~ou Isenção~~, a opção **Amamentando (levar acompanhante)**;

6.2.1.2 Enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples), ou laudo médico (original, ou cópia autenticada) que ateste essa necessidade, conforme disposições do subitem 8.3 deste Edital.

6.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, ainda, levar um acompanhante maior de idade (ou seja, com no mínimo, 18 anos), sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local. Em hipótese alguma será permitida a entrada do lactente ou do acompanhante após o fechamento dos portões do local de prova.

6.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 15 deste Edital, durante a realização da prova do certame.

6.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova.

6.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 5.4.2, 6.1.2, 6.1.3.1, 6.1.3.2, 6.1.4 e 6.2.1.2 deste Edital deverão ser enviados, **no período previsto no Anexo II deste Edital, observado o horário oficial de Brasília/DF**, por meio do link **Envio de Laudo Médico e Documentos (candidato PcD e/ou condição especial para prova)**, disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) em arquivos salvos nos formatos PNG, JPG, JPEG ou PDF.

6.3.1 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em **PDF**, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de condição especial.

6.4 O envio dessa solicitação não garante ao candidato a condição especial. A solicitação será deferida ou indeferida pelo Instituto AOCP, após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

6.5 O envio da documentação incompleta, fora do prazo definido no subitem 6.3, ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.

6.5.1 O Instituto AOCP não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.

6.6 O Instituto AOCP não se responsabiliza por documentação não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.7 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) na data **prevista no Anexo II deste Edital**. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no período **previsto no Anexo II deste Edital, observado horário oficial de Brasília/DF**.

## **7. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES**

7.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) na data **prevista no Anexo II deste Edital**.

7.2 No edital de deferimento das inscrições, constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência, às vagas para pessoa com deficiência e dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização das provas.

7.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no período **previsto no Anexo II deste Edital**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

7.4 O Instituto AOCP, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público, a qual decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).

## **8. DA BANCA EXAMINADORA DO CONCURSO**

- 8.1 Não poderão compor a banca examinadora:
- cônjuge ou companheiro de candidato, mesmo que divorciado ou separado judicialmente;
  - ascendente ou descendente de candidato até o terceiro grau, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;
  - socioprofissional de candidato ou que possua vínculo em atividade profissional do tipo associativo civil ou comercial, ou submissão hierárquica de sócio de candidato em atividade profissional;
  - professores com vínculo de orientação ou coorientação acadêmica em termos de graduação, especialização, mestrado, doutorado e supervisão de pós-doutorado;
  - membro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau;
  - coautores de candidatos na publicação de trabalhos científicos; e/ou
  - outras situações de impedimento ou suspeição previstas na legislação vigente, em especial declarado vínculo amistoso, carinhoso ou socioafetivo aferido em redes sociais ou similares.
- 8.2 O nome dos membros da banca serão divulgados **10 (dez) dias corridos** antes da realização da prova escrita;
- 8.3 Qualquer pessoa pode notificar a instituição executora concurso do descumprimento ou suspeita de descumprimento do item 8.1 do presente edital devendo comunicar a situação de forma fundamentada (com justificativa plausível e anexos) pelo correio eletrônico [candidato@institutoaocp.org.br](mailto:candidato@institutoaocp.org.br) até 48 horas antes da realização da prova escrita.

## 9. DAS FASES DO CONCURSO

- 9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

**TABELA 9.1**

CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
Todos os cargos EXCETO Licenciatura em Música (LMU)	1ª	Escrita	10	Eliminatório e Classificatório
	2ª	Didática	10	
	3ª	Títulos	10	Classificatório

**TABELA 9.2**

CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	VALOR TOTAL	CARÁTER
Licenciatura em Música (LMU)	1ª	Escrita	10	Eliminatório e Classificatório
	2ª	Didática	10	Eliminatório e Classificatório
	3ª	Proficiência em Música	10	Eliminatório e Classificatório
	4ª	Títulos	10	Classificatório

- 9.2 Os conteúdos programáticos referentes as Provas Escritas e Didáticas são os constantes do Anexo I deste Edital.
- 9.3 A Prova de Proficiência em Música seguirá os tópicos previstos no item 13.

## 10. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

- 10.1 As Provas Escritas serão realizadas na sede da **UEAP, Campus I da Universidade, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 650, Centro, Macapá-AP.**
- 10.1.1 O Instituto AOCPP poderá utilizar sala(s) existentes e/ou extra(s) nos locais de aplicação da prova, alocando ou remanejando candidatos para essa(s), conforme as necessidades.
- 10.2 As Provas Escritas serão aplicadas na data **prevista no Anexo II deste Edital**, em horário e local a serem informados através de edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) e no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**.
- 10.2.1 O horário de início das provas será o mesmo, ainda que realizadas em diferentes locais.
- 10.2.2 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.
- 10.3 O **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** com o local de realização das provas deverá ser emitido no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) na data **prevista no Anexo II deste Edital**.
- 10.3.1 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
- 10.4 O local de realização das provas, constante no CARTÃO DE INFORMAÇÃO, divulgado conforme subitens anteriores, não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.
- 10.5 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto** e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).

- 10.5.1 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, Carteira de Reservista com foto ou Certificado de Dispensa com foto, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto.
- 10.5.2 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização das Provas Objetiva e Discursiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 10.5.3 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, documento digital acessado de forma on-line, carteira de estudante, Carteiras de Agremiações Desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.
- 10.5.3.1 Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos.
- 10.5.3.2 Da mesma forma, a utilização do documento digital com o QR-CODE impresso, ou documento digital impresso não será permitida pelo fato do fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a autenticidade do mesmo, sendo este um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pelo Instituto AOCF.
- 10.6 Não haverá segunda chamada para as Provas Escritas, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
- 10.7 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- 10.7.1 prestar as provas sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;**
- 10.7.2 realizar as provas sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;
- 10.7.3 ingressar no local de realização das provas após o fechamento do portão de acesso;
- 10.7.4 realizar as provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados;
- 10.7.5 comunicar-se com outros candidatos durante a realização das provas;
- 10.7.6 portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 16 deste Edital;
- 10.7.7 em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada a prova, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 16 deste edital. É expressamente proibida a realização de qualquer tipo de imagem, por qualquer meio eletrônico, do local de prova, por parte do candidato, cabendo ao Instituto AOCF a aplicação da penalidade devida.
- 10.8 O Instituto AOCF recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 16 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar alguns desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pelo Instituto AOCF e conforme o previsto neste Edital. **Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares antes do acondicionamento no envelope, garantindo, assim, que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.**
- 10.8.1 Os envelopes deverão permanecer lacrados, sujeitos a vistoria a qualquer momento, podendo ocorrer a eliminação do candidato em caso de identificação de abertura ou violação do envelope dentro do ambiente de prova.
- 10.9 O Instituto AOCF não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.
- 10.10 Não será permitida entrada de candidatos no local de realização das provas portando armas. O Instituto AOCF não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.
- 10.11 O Instituto AOCF se reserva o direito de, em caso de porte e/ou uso dos objetos descritos no item 16, não comunicar o candidato no local de prova da sua eliminação, a fim de garantir a tranquilidade e a organização durante a realização das provas. O fato será lavrado em relatório de sala pelos aplicadores e, posteriormente, comunicado ao Instituto AOCF que, em momento oportuno, promoverá a eliminação do candidato do certame de acordo com o subitem 16 do Edital.
- 10.12 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização das Provas, salvo o previsto no subitem 6.2.2 deste Edital.
- 10.13 O Instituto AOCF poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos, bem como utilizar detectores de metais.
- 10.14 Ao terminar as Provas Escritas, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala sua Folha da Versão Definitiva (Prova Escrita) devidamente preenchidas e assinadas.
- 10.15 Em hipótese alguma haverá substituição da Folha da Versão Definitiva por erro do candidato.**
- 10.15.1 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.
- 10.15.2 A Prova Escrita deverá ser feita com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato, quando da correção pela banca examinadora, obedecidos, ainda, os demais critérios previstos no item 10.
- 10.16 Após identificado e acomodado na sala, o candidato somente poderá ausentar-se da mesma **60 (sessenta) minutos após o início das provas**, acompanhado de um fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários e necessidade extrema, em que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos iniciais da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um fiscal.
- 10.17 O candidato poderá entregar sua Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva (quando houver para o cargo) e deixar definitivamente o local de realização das provas somente após decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do seu início, porém não poderá levar consigo nenhum tipo de anotação de suas respostas.

- 10.18 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas da Versão Definitiva e assinarem o termo de fechamento do envelope, no qual serão acondicionadas todas as Folhas da Versão Definitiva da sala.
- 10.19 **O candidato poderá levar consigo o rascunho de sua resposta desde que permaneça na sala até o final do período estabelecido no subitem 10.20 deste Edital, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal da sala sua Folha de Respostas e Folha da Versão Definitiva, devidamente preenchida e assinada.**
- 10.20 A aplicação das Provas Escritas terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de preenchimento da Folha da Versão Definitiva. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a realização das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.
- 10.21 Os espelhos da Folha da Versão Definitiva da Prova Escrita do candidato serão divulgados no endereço eletrônico do Instituto AOCB [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br), na mesma data da divulgação dos resultados das provas, ficando disponível para consulta durante o prazo recursal.

## 11. DA PROVA ESCRITA

- 11.1 A Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, será avaliada de acordo com os seguintes critérios:

**TABELA 11.1**

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa por meio de redação coerente ao plano lógico-temático (encadeamento lógico do discurso, de acordo com o solicitado no item sorteado).	<b>2,50</b>
Compreender a proposta do tema sorteado e aplicar conceitos das áreas de conhecimento, com utilização de terminologia técnico/científica adequada e correta.	<b>2,50</b>
Expor, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos com domínio e abrangência acerca do tema sorteado.	<b>2,50</b>
Sustentar coesão referencial e sequencial por meio de citação de referências articuladas com o tema sorteado	<b>2,50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

- 11.2 A Prova Escrita terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo necessário para o preenchimento da Versão Definitiva da Prova Escrita, e deverá ser feita pelo próprio candidato, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, confeccionada em material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para a realização das provas.
- 11.3 O candidato que não estiver apto para redigir a prova de próprio punho deverá solicitar condição especial para realização das provas conforme disposto no item 6 deste Edital.
- 11.4 A Versão Definitiva da Prova Escrita deverá ser assinada pelo candidato em campo próprio para assinatura, impondo a eliminação ao candidato que assinar no espaço destinado à transcrição da resposta ou colocar qualquer marca ou sinal que permita sua identificação.
- 11.4.1 Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas na versão definitiva da prova escrita.
- 11.5 Serão consideradas, para efeito de avaliação, as informações grafadas dentro da extensão máxima de 04 (quatro) laudas com 30 (trinta) linhas por lauda.
- 11.6 A versão definitiva da Prova Escrita deverá ser produzida em língua portuguesa, com exceção das provas de língua estrangeira, que deverão ser no idioma de habilitação da língua (espanhol, francês ou inglês) conforme designado no código da vaga para qual o candidato se inscreveu.
- 11.7 Na correção da Prova Escrita, cada avaliador atribuirá ao candidato nota parcial na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com base nos critérios previstos na Tabela 11.1.
- 11.8 A Prova Escrita será eliminatória e classificatória, sendo a nota mínima para aprovação 7,0 pontos.
- 11.8.1 O resultado da Prova Escrita será a média aritmética simples das notas finais atribuídas ao candidato por cada um dos 3 (três) avaliadores, calculada até a segunda casa decimal, sem arredondamento.
- 11.9 Na presença dos candidatos, a equipe de aplicação da prova realizará o sorteio do tema de cada cargo, entre os dez (10) constantes no Anexo I deste Edital, sendo a Prova Escrita iniciada em seguida.
- 11.9.1 O horário reservado à prova não inclui o tempo destinado ao sorteio do tema.
- 11.10 Durante a realização das Provas Escritas é vedado ao candidato consultar qualquer material, não sendo permitida qualquer forma de consulta.
- 11.11 Os rascunhos, quando houver, serão retidos pelos aplicadores de prova, mas não computados para efeito de análise e atribuição de nota.
- 11.12 As respostas dos candidatos serão digitalizadas e disponibilizadas aos candidatos de uma mesma vaga, suprimindo a identificação de cada candidato, no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br);
- 11.13 O candidato terá sua Prova Escrita avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado do concurso público se:
- não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
  - não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
  - apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
  - redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
  - não apresentar sua resposta na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra

- ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;  
 f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- 11.14 A sigilosidade e a impessoalidade da prova serão mantidas durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.

## 12. DA PROVA DIDÁTICA

- 12.1 Serão convocados para realizar a Prova Didática, de acordo com a classificação da prova escrita, até dez (10) vezes o número de vagas ofertadas para cada código de vaga, mais os candidatos empatados na última posição.
- 12.1.1 Na ocorrência de empate no último lugar, todos os candidatos desse lugar serão convocados para a Prova Didática, ainda que seja ultrapassado o limite estabelecido.
- 12.2 A Prova Didática é de caráter eliminatório e classificatório, terá o valor máximo de 10 (dez) pontos. O candidato deverá obter, no mínimo, 7 (sete) pontos para não ser eliminado do concurso público.
- 12.2.1 A pontuação final da Prova Didática será a média aritmética simples, das avaliações dos 3 (três) profissionais que irão compor a banca examinadora, ~~conforme descrito no subitem 14.4.1 deste Edital.~~
- 12.3 A Prova Didática será realizada na sede da **UEAP, Campus I da Universidade, localizado na Avenida Presidente Vargas, n. 650, Centro, Macapá-AP**. Em tantas sessões quantos forem os candidatos, em data e horário a serem publicados oportunamente.
- 12.4 A Prova Didática objetiva avaliar a capacidade de planejamento de aula, de transposição didática de conteúdos e saberes, de comunicação e de síntese do candidato, bem como, seu conhecimento da matéria **em nível de Graduação**.
- 12.4.1 A Prova Didática consistirá de aula proferida para o nível de graduação, no tempo mínimo de 30 (trinta) e máximo de 40 (quarenta) minutos, a contar do início da apresentação (aula) do candidato, sendo penalizado com 0,25 ponto, por minuto, na nota final da Avaliação Didática aquele que não atingir o tempo mínimo ou ultrapassar o tempo máximo.
- 12.4.2 O candidato que realizar sua prova em tempo inferior ou igual a 17 (dezesete) minutos ou ultrapassar o tempo de 53 (cinquenta e três) minutos estará automaticamente eliminado, podendo ser interrompida sua prova.
- 12.5 O tema da Prova Didática será sorteado conforme os itens previstos para cada cargo no Anexo I. O tema sorteado será idêntico para todos os candidatos concorrentes ao mesmo cargo.
- 12.5.1 O sorteio do tema da Prova Didática acontecerá com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da realização da Prova Didática.
- 12.5.2 O candidato não será obrigado a estar presente para o sorteio do tema, no entanto, é de responsabilidade do candidato acompanhar via on-line no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) as informações sobre o tema sorteado.
- 12.5.3 Caso seja necessária a realização da prova em mais de um dia, haverá um sorteio de tema para cada dia de aplicação.
- 12.6 A ordem de apresentação dos candidatos será estabelecida mediante sorteio realizado no horário previsto para o início da prova, sendo obrigatório a todos os candidatos estarem presentes no momento de realização do sorteio da ordem de apresentação.
- 12.7 A Prova Didática de língua estrangeira será proferida no idioma de habilitação da língua (espanhol, francês ou inglês) do requisito específico constante do Anexo I, conforme designado no código da vaga para a qual o candidato se inscreveu.
- 12.8 Poderão ser utilizados quaisquer recursos didáticos compatíveis, cabendo ao candidato providenciar, por seus próprios meios, a obtenção, instalação e utilização do equipamento necessário;
- 12.8.1 O Instituto AOCF disponibilizará nas dependências da UEAP **apenas os seguintes** equipamentos (quadro, câmeras, microfones) para a realização da prova. **A prova didática de cada candidato será gravada em áudio e vídeo pelo Instituto AOCF e posteriormente será encaminhada aos membros da Banca Examinadora para avaliação;**
- 12.9 Antes do início da prova, cada candidato terá até 10 minutos, caso necessário, para organizar equipamentos ou efetuar qualquer outro procedimento preparatório para a Prova Didática. Nesse período, deverá montar seu equipamento e se preparar para iniciar a Prova Didática;
- 12.9.1 Os recursos didáticos a serem utilizados na Prova Didática ficarão a cargo do candidato, sendo dele a responsabilidade pelo pleno funcionamento e pela instalação desses recursos.
- 12.10 O candidato deverá apresentar plano de aula, em 1 (uma) via, que será entregue ao fiscal de sala, no início de sua aula, e, se for o caso, 1 (uma) via do texto elaborado facultativamente pelo candidato como material a ser utilizado na sua exposição.
- 12.10.1 **Estará eliminado da Prova Didática o candidato que, por qualquer motivo, não entregar a via do Plano de Aula.**
- 12.11 Todos os candidatos deverão estar presentes e assinar a lista de presença na hora marcada para o início da Prova Didática, sendo eliminados **os que estiverem** ausentes.
- 12.12 É vedado aos demais candidatos de uma mesma área assistir à prova de outro candidato concorrente;
- 12.13 A avaliação da Prova Didática será procedida de acordo com os seguintes critérios:

TABELA 12.1

CRITÉRIOS	PONTOS
Precisão, clareza e objetividade entre os elementos presentes no Plano de Aula	1,0
Coerência entre o plano de aula apresentado, o tema sorteado e o desenvolvimento da aula	1,0
Utilização e citação de referencial teórico-metodológico referente ao tema sorteado no desenvolvimento do desempenho didático	1,5
Linguagem e comunicação apropriadas à situação de comunicação de uma aula em nível de graduação (com o uso da variante padrão da língua)	1,0

Capacidade de <b>objetividade</b> , análise e <b>espírito crítico</b> síntese considerando o tempo estipulado	1,5
Capacidade de <b>organizar, expor as ideias, domínio e segurança sobre o tema sorteado</b>	1,5
Utilização de exemplos, cenários ou contextos reforçadores do conteúdo explorado	1,0
Aula ministrada com introdução, desenvolvimento e conclusão de forma articulada com <b>o tema sorteado</b>	1,5
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

- 12.13 Por motivo de segurança não será permitido nos locais de prova o porte qualquer tipo de arma, salvo os casos previstos em lei, nem uso de celular ou internet durante a realização da prova, nem tampouco equipamentos que comprometam a tranquilidade do processo. Será permitido apenas ao candidato o uso de equipamentos eletrônicos necessários à apresentação de sua aula.
- 12.13.1 O Instituto AOCB não se responsabilizará pela guarda de quaisquer materiais do candidato; o local de realização das provas NÃO disporá de guarda-volumes.
- 12.14 Quanto ao resultado da Prova Didática, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

### 13. DA PROVA DE PROFICIÊNCIA EM MÚSICA

- 13.1 A Prova de Proficiência em Música de **caráter eliminatório e classificatório**, será realizada para todos **os cargos de Licenciatura em música**.
- 13.1.1 Somente será convocado para participar desta fase do certame o candidato que for aprovado e classificado na Prova Escrita, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 13.2 A Prova de Proficiência em Música consistirá de **avaliação individual do candidato, com duração máxima de até 10 (dez) minutos**.
- 13.2.1 **Apenas para o cargo de Licenciatura em música - Canto/Regência Coral - código de vaga LMU 07, a Prova de Proficiência em Música será por meio da apresentação de vídeo de recital com coro, com duração máxima de até 10 (dez) minutos, conforme orientações do subitem 13.12.**
- 13.3 A Prova de Proficiência em Música será realizada na cidade de Macapá/AP. O local, a data e o horário da Prova de Proficiência em Música serão divulgados oportunamente, no Edital de Convocação para realização da Prova de Proficiência em Música, por meio de edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) e no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**.
- 13.3.1 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos** do horário fixado para a realização da sua Prova de Proficiência em Música, munido de documento oficial de identificação com foto, conforme previsto nos subitens 10.5.1 à 10.5.3.2 deste edital.
- 13.4 A Prova de Proficiência em Música, cuja pontuação máxima será de **10 (dez) pontos**. O candidato **deverá obter 5 (cinco) pontos ou mais** do total da pontuação prevista para a Prova, para não ser eliminado do concurso público.
- 13.4.1 A pontuação final da Prova de Proficiência em Música será a média aritmética simples, das avaliações dos 3 (três) profissionais que irão compor a Banca Examinadora.
- 13.5 Não haverá segunda chamada para a Prova de Proficiência em Música, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. O candidato que não comparecer ao local da prova no horário determinado para o início de sua realização, será automaticamente excluído do concurso.
- 13.5.1 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da Prova de Proficiência em Música não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado ao candidato.
- 13.6 O candidato **deverá demonstrar competência, habilidade ou capacidade em executar no mínimo 02 (duas) obras musicais de qualquer repertório, nacional ou não, erudito ou popular**.
- 13.6.1 **É de inteira responsabilidade do candidato, portar o instrumento necessário para realização da Prova de Proficiência em Música. Se houver necessidade de acompanhamento instrumental, os mesmos se responsabilizarão pelo instrumentista que o acompanhará. Cada candidato terá direito no máximo a 01 (um) acompanhante. Caso um candidato necessite usar o piano digital da UEAP, este deverá fazer o seu agendamento através de solicitação. O instrumento que temos disponível é um piano digital da marca Casio Celviano AP-260.**
- 13.7 No dia da aplicação da Prova não será permitido ao candidato fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 16 deste Edital.
- 13.7.1 Orienta-se, ainda, aos candidatos, que não será permitida a entrada e permanência de candidatos fora do seu horário de convocação, bem como de terceiros (acompanhantes), durante todo o período de realização da Prova, em quaisquer dependências do local de realização da fase.
- 13.8 Demais normativas e instruções da Prova de Proficiência em Música serão divulgadas oportunamente, quando da realização da respectiva etapa.
- 13.9 A Prova de Proficiência em Música poderá ser filmada pela Banca Examinadora, e as gravações serão de uso **EXCLUSIVO** do Instituto AOCB, e em **HIPÓTESE ALGUMA** serão disponibilizadas ao candidato.
- 13.10 Quanto ao resultado da Prova de Proficiência em Música caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.
- 13.10.1 A Prova de Proficiência em Música, será avaliada pela Banca Examinadora, considerando-se os aspectos presentes na Tabela 13.1:

**Tabela 13.1**

ITEM	ASPECTOS:	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Fluência e expressividade musical por meio do instrumento/regência	4
2	Domínio técnico do instrumento musical/regência	4
3	Cumprimento do repertório musical	1
4	Adequação ao tempo definido para a prova	1
<b>TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DE PROFICIÊNCIA EM MÚSICA</b>		<b>10</b>

### 13.11 Da Prova de Proficiência em Música para o cargo de Licenciatura em música - Canto/Regência Coral - código de vaga LMU 07:

13.11.1 Para o código de vaga LMU 07, a Prova de Proficiência em Música será por meio da apresentação de vídeo de recital com coro.

13.11.2 Os candidatos convocados com código de vaga LMU 07, deverão enviar eletronicamente ao Instituto AOCF o vídeo de recital com coro citado no subitem 13.12.1 para análise. Para tanto, os candidatos deverão:

a) acessar o link de “Prova de Proficiência em Música – Código de vaga LMU 07” disponível no site do Instituto AOCF – [www.institutoaocf.org.br](http://www.institutoaocf.org.br);

b) inserir o número de CPF para acessar o formulário;

c) anexar 1 (um) vídeo de recital com coro com trechos de vídeos com duração mínima de dois minutos, agrupados em um único vídeo, com o candidato regendo pelo menos três apresentações públicas de grupos corais, que mostrem de forma consistente a imagem do candidato. A duração total máxima do vídeo não deverá exceder 10 minutos;

13.11.2.1 O vídeo anexado deve estar na extensão MP4, com o tamanho máximo de 50 MB (megabytes). O vídeo deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise com clareza.

13.11.2.1.2 O vídeo que será enviado ao Instituto AOCF deve seguir algumas recomendações, conforme abaixo:

a) que esteja em ambiente com boa iluminação;

b) que seja perfeitamente audível;

c) que o candidato mantenha postura corporal condizente ao instrumento a ser apresentado;

c) que não esteja usando óculos, boné, touca ou adornos que impossibilitem a identificação do candidato.

### 13.11.3 As demais regras constantes neste item 13, desde que não conflitantes, também serão pertinentes ao cargo de Licenciatura em música - Canto/Regência Coral - código de vaga LMU 07.

## 14. DA PROVA DE TÍTULOS

14.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório, será realizada **para todos os cargos**.

14.1.1 Somente poderá participar desta fase do certame o candidato aprovado na Prova Didática **ou na Prova de Proficiência em Música**, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

14.2 A relação dos candidatos habilitados a participar da Prova de Títulos, a data para preencher o Formulário de Cadastro de Títulos e o período em que os títulos e comprovantes deverão ser enviados através de link específico, serão divulgados em edital a ser publicado oportunamente.

14.2.1 Todos os documentos que se pretende pontuar deverão ser preenchidos no formulário de cadastro de títulos, conforme disposto nas Tabelas 14.1, 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5. No caso da existência de dois ou mais formulários de cadastro de títulos preenchidos por um mesmo candidato, para o mesmo cargo, será considerado o último cadastro realizado, sendo os demais cadastros cancelados automaticamente, desconsiderando-se as informações neles registradas.

14.2.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o cadastramento dos títulos no endereço eletrônico do Instituto AOCF, o envio dos documentos e a comprovação dos títulos.

14.3 **Os candidatos habilitados e interessados em participar da Prova de Títulos deverão:**

a) preencher o Formulário de Cadastro de Títulos disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocf.org.br](http://www.institutoaocf.org.br);

b) após completado o preenchimento, gravar o cadastro dos títulos, e enviar os documentos comprobatórios conforme instruções:

b.1) os documentos comprobatórios de Títulos, deverão ser enviados, por meio do link **Envio dos documentos comprobatórios de Títulos**, a ser disponibilizado no endereço eletrônico [www.institutoaocf.org.br](http://www.institutoaocf.org.br), em arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, com o tamanho máximo total de 20MB;

14.4.1 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em **PDF**, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação.

14.4.2 O candidato deverá apresentar juntamente aos documentos pertinentes à Prova de Títulos, cópia do diploma ou certificado/certidão de conclusão de curso, conforme requisito do cargo presente no Anexo I deste Edital.

14.5 O candidato deverá atentar-se para os documentos que tenham informações frente e verso, enviando todas as imagens para análise.

14.6 As imagens dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza.

14.7 É de inteira responsabilidade do candidato verificar se as imagens carregadas na tela de protocolos estão corretas.

14.8 Não serão considerados e analisados os documentos e títulos que não pertencem ao(a) candidato(a).

14.9 Em hipótese alguma serão recebidos arquivos de títulos fora do prazo, horário estabelecidos ou em desacordo com o disposto neste Edital e no edital de convocação para a Prova de Títulos.

14.10 Não serão avaliados os documentos:

a) enviados de forma diferente ao estabelecido neste Edital;

b) que não forem cadastrados no Formulário de Cadastro de Títulos;

c) cuja fotocópia esteja ilegível;

d) sem data de expedição;

e) de mestrado ou doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada;

f) desacompanhados dos documentos comprobatórios dos requisitos específicos constantes no Anexo I, os quais deverão ser anexados junto ao curriculum vitae e a documentação da prova de títulos.

g) que não constem nas tabelas 14.1, 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5.

14.11 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação e validação necessária das instituições, dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

14.12 O julgamento da Prova de Títulos basear-se-á na apresentação de curriculum publicado na plataforma Lattes (devendo ser o primeiro documento a ser anexado) e documentação comprobatória de titulação.

14.12.1 A pontuação da Prova de Títulos obedecerá aos seguintes critérios:

**TABELA 14.1**

GRUPO I – TITULAÇÃO ACADÊMICA		Pontuação Unitária
01	Título de Doutor obtido em Programa <del>reconhecido pelo CNE</del> e credenciado pela CAPES ou revalidado em Instituição de Ensino Superior Nacional – Na área específica, conforme requisitos específicos do código de vagas no Anexo I.	30,00 pontos
02	Título de Doutor obtido em Programa <del>reconhecido pelo CNE</del> e credenciado pela CAPES ou revalidado em Instituição de Ensino Superior Nacional – em áreas afins de avaliação do conhecimento conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.	20,00 pontos
03	Título de Mestre obtido em Programa <del>reconhecido pelo CNE</del> e credenciado pela CAPES ou revalidado em Instituição de Ensino Superior Nacional – Na área específica, conforme requisitos específicos do código de vagas no Anexo I.	15,00 pontos
04	Título de Mestre obtido em Programa <del>reconhecido pelo CNE</del> e credenciado pela CAPES ou revalidado em Instituição de Ensino Superior Nacional – em áreas afins de avaliação do conhecimento conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.	10,00 pontos
05	Título de Especialista na área específica, conforme requisitos específicos do código de vagas no Anexo I com carga horária mínima de 360 horas.	5,00 pontos
<b>TOTAL GERAL DO GRUPO I</b>		<b>30,00 pontos</b>
<b>Observação:</b> Para o Grupo I os pontos não são cumulativos, atribuindo-se a pontuação uma única vez ao título de maior grau apresentado.		

**TABELA 14.2**

GRUPO II - EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ATIVIDADES LIGADAS À ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA		Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
01	Reitor.	1,00 ponto por semestre	4,00 pontos
02	Vice-Reitor, Pró-Reitor ou Diretor de Centro.	0,50 ponto por semestre	2,00 pontos
03	Coordenação de colegiados de cursos de graduação ou pós-graduação.	1,00 ponto por semestre	4,00 pontos
<b>TOTAL GERAL DO GRUPO II</b>		<b>10,00 pontos</b>	

**TABELA 14.3**

GRUPO III – ATIVIDADES LIGADAS AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO		Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
01	Docência/Ensino Superior - Graduação na área pleiteada.	0,10 ponto por disciplina	4,00 pontos
02	Docência/Pós-graduação – Especialização lato sensu, na área pleiteada.	0,20 ponto por disciplina	4,00 pontos
03	Docência/ Pós-graduação – Mestrado-Doutorado, na área pleiteada.	0,50 ponto por disciplina	10,00 pontos
04	Orientação de Tese/Doutorado – aprovada	1,00 ponto por tese	4,00 pontos
05	Orientação de Dissertação/Mestrado – aprovada	0,50 ponto por dissertação	4,00 pontos
06	Orientação de Monografia/Especialização – aprovada	0,25 ponto por monografia	2,00 pontos

07	Orientação de Monografia/Graduação – aprovada	0,10 ponto por monografia	2,00 pontos
08	Orientação de bolsista PET, PIBID, RP, IC, Monitoria e Extensão	0,20 ponto por bolsista	5,00 pontos
09	Participação como membro efetivo de banca examinadora (qualificação ou defesa) de tese de Doutorado	0,50 ponto por banca	5,00 pontos
10	Participação como membro efetivo de banca examinadora (qualificação ou defesa) de Dissertação de Mestrado	0,40 ponto por banca	4,00 pontos
11	Participação como membro efetivo de banca examinadora (qualificação ou defesa) de pós-graduação <i>lato sensu</i> (Especialização)	0,30 ponto por banca	3,00 pontos
12	Participação como membro efetivo de banca examinadora de Monografia/TCC de Graduação	0,20 ponto por trabalho	3,00 pontos
13	Coordenação de projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão – com financiamento	1,00 ponto por projeto	5,00 pontos
14	Participação de projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão – com financiamento	1,00 ponto por projeto	5,00 pontos
<b>TOTAL GERAL DO GRUPO III</b>		<b>60,00 pontos</b>	

**TABELA 14.4**

<b>GRUPO IV - APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO NO ENSINO SUPERIOR</b>		<b>Pontuação Unitária</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
01	Aprovação em concurso público no Ensino Superior na área de conhecimento, conforme área de conhecimento do código de vagas no Anexo I.	3 pontos por concurso	12,00 pontos
02	Aprovação em concurso público no Ensino Superior em áreas afins de avaliação do conhecimento conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.	2 pontos por concurso	8,00 pontos
<b>TOTAL GERAL DO GRUPO IV</b>		<b>20,00 pontos</b>	

**TABELA 14.5**

<b>GRUPO V - PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA DE CONHECIMENTO DO CONCURSO</b>		<b>Pontuação Unitária</b>
01	Autoria de livro <del>cultural e/ou técnico</del> na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, com ISBN e indexado pela CAPES (L1 ou L2)	4,00 pontos por livro
02	Autoria de Capítulo de livro <del>cultural e/ou técnico</del> na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, com ISBN e indexado pela CAPES (L3 ou L4)	2,00 pontos por capítulo
03	Autoria de Capítulo de livro cultural e/ou técnico na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, com ISBN e indexado pela CAPES (L1 ou L2)	1,00 ponto por capítulo
04	Autoria de Capítulo de livro cultural e/ou técnico de conhecimento do código de vagas no anexo I, com ISBN e indexado pela CAPES (L3 ou L4)	0,5 pontos por capítulo
05	Tradução de livro especializado com ISBN e indexado pela CAPES (L1 ou L2)	2,0 pontos por capítulo
06	Tradução de livro especializado com ISBN e indexado pela CAPES (L3 ou L4)	1,0 ponto por capítulo
07	Artigo completo na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, publicado em periódico científico indexado pela CAPES (A1 ou A2)	8,0 pontos por artigo
08	Artigo completo na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, publicado em periódico científico indexado pela CAPES (A3 ou A4)	6,0 pontos por artigo
9	Artigo completo na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, publicado em periódico científico indexado pela CAPES (B1 ou B2)	4,0 pontos por artigo
10	Artigo completo na área de conhecimento do código de vagas no anexo I, publicado em periódico científico indexado pela CAPES (B3 ou B4 ou B5 ou C)	2,0 pontos por artigo
11	Prêmios por atividades científicas, artísticas e/ou culturais	6,0 pontos por artigo
12	Ministrante (palestra, minicurso, apresentação de trabalhos e oficinas) em Simpósios, Fóruns, Congressos, Encontros, Seminários e Workshops	4,0 pontos por artigo
13	Patentes/Modelo de Utilidade Registradas (INPI),	2,0 pontos por artigo
14	Registro de Marca pelo INPI	1,0 ponto por prêmio
15	Programa de Computador Registrado (Direito Autoral)	0,1 ponto por

		participação
16	Cultivar Registrada ou Protegida (MAPA)	8,0 pontos por produção
17	Desenho Industrial (INPI)	6,0 pontos por produção
18	Topografia de Circuito Integrado Registrada (INPI)	4,0 pontos por produção
19	Apresentações individuais e coletivas no campo das Artes	3,0 pontos por produção
20	Autoria de composições artísticas	2,0 pontos por produção
21	Curadoria de coleções científicas, culturais e artísticas	1,0 ponto por produção
<b>Observação:</b> Para o Grupo V não há limite de pontuação		

- 14.12.2 A documentação deverá ser organizada de acordo com a sequência obedecida nas Tabelas 14.1, 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5 deste Edital, sob pena de eliminação do candidato.
- 14.12.3 Será atribuída nota 10,0 (dez) ao candidato com a maior pontuação total, de acordo com as Tabelas 14.1, 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5, e os demais candidatos receberão notas proporcionais à pontuação atribuída ao candidato com a nota DEZ.
- 14.12.4 A nota final será calculada de forma proporcional à pontuação do candidato que tiver obtido nota dez, obedecendo a seguinte fórmula:  $NT=PC \times 10 / MP$ . Onde: NT= nota da prova de títulos; PC= pontuação do candidato e MP= maior pontuação obtida entre os candidatos.
- 14.12.5 O resultado da Prova de Títulos será a média aritmética simples das notas finais atribuídas ao candidato por cada um dos avaliadores, calculada até a segunda casa decimal, sem arredondamento.
- ~~14.13 Na hipótese de o candidato com o título de Doutor ou Mestre ainda não possuir certificado, deverá apresentar cópia autenticada da Ata de Homologação ou Ata de Defesa assinada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação da instituição de origem, ou se oriundo de IES estrangeiras e ainda não possuir a revalidação/reconhecimento apresentar a resolução que revalida ou reconhece o curso no Brasil.~~
- ~~14.13.1 Somente serão admitidos diplomas de conclusão de cursos de Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) obtidos por instituições de ensino superior estrangeira se devidamente reconhecidos e registrados por universidades públicas brasileiras que possuem cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim, nos termos do § 3º, do artigo 48, da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 4º da Resolução CNE/CES n. 1, de 3 de abril de 2001, e do artigo 7. da Resolução CNE/CES n. 3, de 1. de fevereiro de 2011.~~
- ~~14.13.1.1 Para os cursos de mestrado e doutorado concluídos no exterior será aceito apenas o diploma traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.~~
- 14.13.2 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos nas Tabelas 14.1, 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5.**
- 14.13.3 No julgamento da prova de títulos, só serão considerados aqueles vinculados à área de conhecimento pleiteada pelo candidato nos últimos 5 (cinco) anos.
- 14.13.4 No que se refere aos documentos dispostos na Tabela 14.1, será pontuada apenas a maior titulação.
- 14.14 Não será admitida, sob hipótese nenhuma, o pedido de inclusão de novos documentos.
- 14.15 Em hipótese nenhuma serão fornecidas cópias dos documentos anexados.
- 14.16 Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o(a) candidato(a) que prestar informação com conteúdo falso, estará sujeito:
- ao cancelamento da inscrição e exclusão do concurso público, se a informação com conteúdo falso for constatada antes da homologação do resultado;
  - à exclusão da lista de aprovados, se a informação com conteúdo falso for constatada após homologação do resultado e antes da posse para o cargo;
  - à declaração de nulidade do ato da posse, se a informação com conteúdo falso for constatada após a sua publicação.
- 14.16.1. Detectada falsidade na declaração e nos documentos comprobatórios a que se refere este Edital, sujeitar-se-á o(a) candidato(a) à anulação da inscrição no Concurso Público e de todos os efeitos daí decorrentes e, se já empossado, à pena de exoneração, assegurada em qualquer hipótese, a ampla defesa e o contraditório.
- 14.17 A relação dos candidatos com a nota obtida na Prova de Títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).
- 14.18 Quanto ao resultado da Prova de Títulos, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

## 15. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

- 15.1 Será considerado aprovado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.
- 15.1.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de nota final, observado o cargo em que concorrem.
- 15.2 A nota final dos candidatos será a média ponderada do total de pontos obtidos nas três etapas, considerando:
- Prova Escrita = Peso 3
  - Prova Didática = Peso 4
  - Prova de Títulos = Peso 3
  - Nota Final = (Nota da Prova escrita x 3) + (Nota da Prova Didática x 4) + (Nota de Títulos x 3)
- 15.3 Em caso de empate, para efeito de classificação final, terá preferência o candidato que:

- a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).
- b) obtiver maior pontuação na Prova Escrita;
- c) obtiver maior pontuação na Prova Didática;
- d) obtiver maior pontuação na Prova de Títulos;
- 15.4 O candidato aprovado e classificado será convocado para nomeação de acordo com o número de vagas para o cargo.
- 15.5 A medida que surgirem vagas, até o limite do prazo de validade do concurso e observando-se o interesse da administração, os candidatos aprovados poderão ser convocados.
- 15.6 A ordem de convocação dos candidatos aprovados coincidirá com a ordem de classificação.
- 15.7 O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de duas listagens, a saber:
- a) Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação, respeitados o cargo para o qual se inscreveram;
- b) Lista de Pessoas com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação, respeitados o cargo para o qual se inscreveram.
- 15.8 O candidato eliminado será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação final.

## 16. DA ELIMINAÇÃO

---

### 16.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- 16.1.1 apresentar-se após o fechamento dos portões, ou não estiver presente na sala ou local de realização das provas no horário determinado para o seu início;
- 16.1.2 não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 10.5.1, ou 10.5.2, e também conforme a exigência nas demais fases do certame, conforme previsto neste Edital;
- 16.1.3 for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros;
- 16.1.4 for surpreendido, durante a realização das provas, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital:**
- a) equipamentos eletrônicos, mesmo que desligados, como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, smartwatches, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;**
- b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação e impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;**
- c) bolsa, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, etc;**
- 16.1.5 tenha qualquer tecnologia, tais como aparelho celular, aparelhos eletrônicos, *smartwatches*, ou relógio de qualquer espécie, *wearable tech* (tecnologia vestível), que venha a emitir qualquer som ou vibração, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova;**
- 16.1.6 realizar qualquer tipo de registro fotográfico, seja por quaisquer meios, após a entrada na sala de prova;
- 16.1.7 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- 16.1.8 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- 16.1.9 fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- 16.1.10 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal, e/ou para quaisquer atividades que não as permitidas pela equipe de aplicação de provas;
- 16.1.11 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha da Versão Definitiva da Prova Escrita;
- 16.1.12 descumprir as instruções contidas na Folha da Versão Definitiva da Prova Escrita;
- 16.1.13 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 16.1.14 não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização das provas;
- 16.1.15 for surpreendido portando qualquer tipo de arma;
- 16.1.16 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- 16.1.17 recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- 16.1.18 não atingir a pontuação mínima estabelecida neste Edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.
- 16.2 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

## 17. DOS RECURSOS

---

- 17.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, ao Instituto AOCF, no prazo de **2 (dois)** dias úteis da publicação das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:
- 17.1.1 contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- 17.1.2 contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como pessoa com deficiência;
- 17.1.3 contra o resultado da Prova Escrita;
- 17.1.4 contra o resultado da Prova Didática ou Proficiência em Música;
- 17.1.5 contra o resultado da Prova de Títulos;
- 17.1.6 contra a nota final e a classificação dos candidatos.

- 17.2 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), sob pena de perda do prazo recursal.**
- 17.3 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio, através de link disponível no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).
- 17.4 Para apresentação de recurso, o candidato deverá fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistente, concisa e instruir o recurso, devidamente, com material bibliográfico apto ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado.
- 17.4.1 Os recursos contra o resultado referente à Prova Escrita não poderão conter nenhum tipo de identificação do candidato, sob pena de não serem analisados.
- 17.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
- 17.6 Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no subitem 17.1 deste Edital.
- 17.7 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
- 17.8 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
- 17.9 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- 17.10 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
- 17.11 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
- 17.12 As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos ficarão disponíveis para consulta individual do candidato no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) do Instituto AOCp por 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do edital de resultado a que se refere.
- 17.13 A Banca Examinadora do Instituto AOCp, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

## **18. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

---

- 18.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e publicado em Diário Oficial e no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br) em duas listas, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e outra somente com a classificação dos candidatos com deficiência.

## **19. DA NOMEAÇÃO PARA POSSE**

---

- 19.1 A CLASSIFICAÇÃO no concurso público, dentro do quantitativo de vagas dispostas no Anexo I, garante ao candidato o direito a nomeação dentro do seu prazo de validade.
- 19.2 O candidato nomeado terá 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do decreto de nomeação, para tomar posse no cargo, podendo, a pedido do interessado, este prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.
- 19.3 A nomeação para posse será publicada no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico oficial do Instituto AOCp, [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.
- 19.4 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Nomeação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
- 19.5 A posse no cargo dependerá de prévia inspeção médica oficial do Município. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será empossado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
- 19.6 Para investidura no cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos:
- registro geral (RG);
  - título de eleitor e comprovante da última eleição e/ou certidão de quitação eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral;
  - CPF e comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF;
  - (uma) fotografia recente, colorida 3X4, fundo Azul;
  - certidões negativa civil e criminal da Justiça Federal do Amapá, Justiça Estadual do Amapá e POLITEC/AP ou do estado onde residir o candidato, ou ainda, documento equivalente;
  - declaração firmada pelo candidato da existência ou não de vínculo funcional com a União, Estados e Municípios;
  - PIS/PASEP;
  - Declaração de bens e valores;
  - Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil;
  - Documentos comprobatórios dos requisitos do Anexo I deste Edital.
  - demais documentos que a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) julgar necessários, posteriormente informados.
- 19.7 O candidato, após a nomeação, deverá comparecer à Diretoria de Recursos Humanos da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, munido de documento de identidade original juntamente com os documentos citados no item 2 e subitem 19.6.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP), no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).
- 20.1.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar frequentemente as publicações de todos os comunicados e Editais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital, no endereço eletrônico do Instituto AOCp, [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br).
- 20.2 Qualquer inexactidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, ou quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará à sua eliminação, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 20.3 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 20.4 Os documentos produzidos, enviados e utilizados pelos candidatos, em todas as etapas do concurso, são de uso exclusivo da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), sendo terminantemente vedada a sua disponibilização a terceiros ou a devolução ao candidato.
- 20.5 O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de informações (tais como nome, data de nascimento, notas e desempenho, entre outras) que são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao certame. Tais informações poderão, eventualmente, ser encontradas na internet, por meio de mecanismos de busca.
- 20.5.1 A inscrição implicará no compromisso tácito, por parte do candidato, de aceitar as condições estabelecidas neste Edital e Anexos, nas eventuais normas e comunicados, bem como, as disposições específicas pertinentes inseridas no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), as quais passam a integrar este Edital como se nele estivessem escritas, não podendo alegar, sob qualquer pretexto, o desconhecimento destas disposições, para qualquer fim.
- 20.5.2 Além dos instrumentos normativos mencionados no subitem 20.1, os candidatos obrigam-se a acatar outras instruções e normas complementares operacionais baixadas pela Comissão Organizadora do Concurso Público, publicadas no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), bem como e, posteriormente, no Diário Oficial do Governo do Estado do Amapá.
- 20.6 Anular-se-á sumariamente, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter penal, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se comprovada falsidade ou inexactidão da prova documental apresentada pelo candidato e, ainda, se instado a fazê-lo, ele não comprovar a exatidão de suas declarações.
- 20.7 A admissão importa no compromisso do candidato habilitado de acatar as normas estabelecidas pela legislação em vigor, condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao predomínio do interesse da administração pública da Universidade do Estado do Amapá.
- 20.8 A aprovação no Concurso não assegura ao candidato direito subjetivo ao ingresso no Serviço Público Estadual, mas apenas a expectativa de ser admitido; observada a ordem classificatória, ficando a admissão condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao predomínio do interesse da administração pública.
- 20.9 As vagas mencionadas no presente Edital são para provimento de cargo conforme o prazo de validade do concurso e necessidade da administração pública.
- 20.10 Todos os documentos relativos ao presente concurso, inclusive aqueles entregues pelos candidatos, constituem propriedade da Divisão de Processo Seletivo – PROGRAD/UEAP, não sendo devolvidos, em nenhuma hipótese.
- 20.11 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Concurso Público.
- 20.11.1 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará sua eliminação do concurso.
- 20.11.2 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (sol, chuva e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física dos candidatos de realizarem as provas e o acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.
- 20.12 A Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e o Instituto AOCp não se responsabilizam por quaisquer tipo de despesas, com viagens e/ou estadia dos candidatos, para prestarem as provas deste Concurso Público.
- 20.13 O Instituto AOCp não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.
- 20.14 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial poderá requerer a alteração através de solicitação assinada pelo próprio candidato, por meio do e-mail de atendimento ao candidato [candidato@insituitoacp.org.br](mailto:candidato@insituitoacp.org.br), anexando os documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Concurso, Cargo e número de Inscrição, até a data de publicação da homologação do resultado final do certame. Em caso de dúvida, o candidato poderá entrar em contato com o Instituto AOCp através do telefone (44) 3013-4900, na Central de Relacionamento com o Candidato, para maiores orientações. Após a homologação do certame, o candidato poderá requerer a alteração junto à Universidade do Estado do Amapá, situada na Av. Pres. Vargas, 650 - Central, CEP, 68900-070, Macapá/AP, ou enviar a documentação via SEDEX com AR para o mesmo endereço, aos cuidados da Comissão do Concurso Público nº 001/2023, Portaria 021/2023 – UEAP.
- 20.14.1 A Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e o Instituto AOCp não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
  - b) endereço residencial desatualizado;
  - c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
  - d) outras informações, divergentes e/ou errôneas, fornecidas pelo candidato, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.
- 20.15 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
- 20.16 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público, Portaria nº 104/2023, ouvida o Instituto AOCP.
- 20.17 Será admitida a impugnação deste Edital, desde que devidamente fundamentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação.
- 20.17.1A impugnação deverá ser protocolada pessoalmente ou enviada, dentro do prazo estipulado, via Sedex com AR (aviso de Recebimento) para o endereço do Instituto AOCP, situada na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 959, Bairro: Zona 08, CEP: 87.050-440, Maringá/PR.
- 20.18 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá/AP, 01 de setembro de 2023.

**Kátia Paulino dos Santos**  
Reitora



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL  
EFETIVO DE DOCENTES DA UEAP

ANEXO I – CÓDIGO DE VAGA POR CURSO, NÚMERO DE VAGAS, REGIME DE TRABALHO,  
REQUISITOS ESPECÍFICOS, ÁREAS DE CONHECIMENTO E TEMAS DAS PROVAS ESCRITA E  
DIDÁTICA – **RETIFICADO (22/09/2023)**

EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2023

BACHARELADO EM DIREITO (DIR)

1. Código da Vaga: DIR-01.

2. Nome da Vaga: Direito Constitucional.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Bacharel em Direito.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Direito com o objeto de estudo em Direito Constitucional ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Direito) ~~com o objeto de estudo em Direito Constitucional.~~

4. Áreas de Conhecimento:

Direito Constitucional, Direito Administrativo; Direito Tributário; Direito Ambiental; Direito Internacional Público; Direito Previdenciário e componentes curriculares correlatos.

5. Temas das Provas Escrita e Didática

- INTERPRETAÇÃO, APLICAÇÃO E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. Os princípios de interpretação especificamente constitucional, supremacia da Constituição, presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos, interpretação conforme a Constituição, unidade, razoabilidade-proporcionalidade, efetividade. Métodos de interpretação constitucional.
- DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Dos Direitos Sociais. Da Nacionalidade. Dos Direitos Políticos. Dos Partidos Políticos.
- ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. União. Estados-membros. Municípios. Distrito Federal. Territórios.
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Conceito. Princípios gerais. Servidores públicos
- ORGANIZAÇÃO DOS PODERES. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça.
- CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. O sistema brasileiro. Controle por via principal e incidental. Controle difuso e concentrado. Inconstitucionalidade formal e material. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. A ação direta de constitucionalidade. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Papel do Senado Federal. O mandado de injunção. Controle de constitucionalidade em âmbito estadual.
- TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO. Espécies tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Repartição das receitas tributárias. Das finanças públicas. Do orçamento.
- SEGURIDADE SOCIAL. Saúde. Previdência e Assistência social.

- MEIO AMBIENTE. Conceito, princípios e responsabilidades. Lei n.º 6.938/1981.
- DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Processo de inclusão dos tratados internacionais no ordenamento jurídico. Sistemas de proteção internacional dos direitos humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

#### 6. Referências Sugeridas:

KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. 20ª edição. Editora: JusPodivm, 2022.  
 MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 28ª edição. Editora: JusPodivm, 2022  
 MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 35ª edição. Editora: Malheiros, 2021.  
 MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 38ª edição. Editora: Atlas, 2022.  
 PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 13ª edição. Editora: Saraiva Jur, 2022.

### BACHARELADO EM DIREITO (DIR)

**1. Código da Vaga:** DIR-02.

**2. Nome da Vaga:** Direito Privado.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas ~~D.E.~~

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Bacharel em Direito.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Direito com o objeto de estudo em Direito Privado ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Direito) ~~com o objeto de estudo em Direito Privado.~~

**4. Áreas de Conhecimento:**

Direito Civil; Direito Empresarial; Direito Econômico, Direito Internacional Privado e componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Dignidade da Pessoa humana e Direitos da Personalidade
- Responsabilidade Civil no Marco Civil da Internet
- O Ser Humano no Âmbito social: Direitos e Deveres Civis
- União Estável e Partilha de Bens
- Empresas Multinacionais e Direitos Humanos
- Direito Empresarial e seus reflexos na sociedade contemporânea
- Direito Econômico e Política Econômica no Estado
- Surgimento do Direito Econômico
- Globalização e sua Relação com o Direito Internacional Privado
- Tratado Internacional e Norma de Direito Interno

**6. Referências Sugeridas:**

CARVALHO RAMOS, André de. Curso de Direito Internacional Privado. São Paulo: Saraiva, 2021.

CARVALHO RAMOS, André de. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016;

CARVALHO RAMOS, André de (org). Direito Internacional Privado – Questões controvertidas. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Vol. 1 - Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil - v.1 - Parte Geral e LINDB. Salvador: Ed. JusPodivm, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol. 1. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARQUES, Claudia Lima. "Human Rights as a Bridge between Private International Law and Public International Law: the protection of Individuals (as Consumers) in the Global Market" in ARROYO, Diego P. Fernández e Marques, C. Lima (orgs.). Derecho internacional privado y derecho internacional público: un encuentro necesario. Asunción: CEDEP, 2011, pp. 363-389.

\_\_\_\_\_ e MIRAGEM, Bruno. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis. São Paulo: RT, 2012.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. Teoria do Estado e a unidade do direito internacional. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

## BACHARELADO EM DIREITO (DIR)

### 1. Código da Vaga: DIR-03.

2. Nome da Vaga: Direito Processual Civil.

2.1. Número de Vagas: 2 (duas).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E e 40 horas.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Bacharel em Direito.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Direito com o objeto de estudo em Direito Processual Civil ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Direito) ~~com o objeto de estudo em Direito Processual Civil.~~

### 4. Áreas de Conhecimento:

Direito Civil; Direito Empresarial; Direito Econômico, Direito Internacional Privado e componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Direito processual: evolução histórica, princípios gerais e fontes
- Normas Estruturais do Processo Civil
- Legitimidade e interesse de agir
- Intervenção do Ministério Público no Processo Civil
- Processos referentes à União Estável e Partilha de Bens
- Julgamento de casos repetitivos
- Natureza jurídica, finalidade e objeto do processo.
- Aplicação do direito e deveres das partes e procuradores
- Formação, Suspensão e Extinção do Processo
- Procedimento comum: petição inicial (requisitos, pedido, indeferimento)

### 6. Referências Sugeridas:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIDIER, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodium, 2016.

LIMA, Fernando Antônio Negreiros Lima. Teoria geral do processo judicial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. RODRIGUES, Horácio Wanderley; LAMY, Eduardo. A teoria geral do processo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. Manual de Direito Processual Civil. Vol I, II e III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil – volume único. Salvador: JusPodivm, 2016.

THEODORO Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil II– 49 ed. Ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2015.

## BACHARELADO EM DIREITO (DIR)

**1. Código da Vaga:** DIR-06.

**2. Nome da Vaga:** Teoria Geral do Direito e Direitos Especiais.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E e 40 horas.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Bacharel em Direito.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Direito com o objeto de estudo em Teoria Geral do Direito ou Direitos Especiais ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Direito) ~~com o objeto de estudo em Teoria Geral do Direito ou Direitos Especiais.~~

**4. Áreas de Conhecimento:**

Introdução ao Direito; Teoria do Estado e da Constituição; História do Direito; Ética Geral e profissional; Direitos Humanos e Cidadania e componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Escolas de hermenêutica jurídica e hermenêutica contemporânea
- Afirmação histórica dos direitos e garantias fundamentais e as gerações de direitos humanos
- A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos.
- Princípios relativos à organização do Estado
- Direito objetivo e direito subjetivo
- O território, a cidadania e direitos territoriais do povo
- Histórico do pensamento jurídico antigo até as sociedades contemporâneas
- Eficácia da lei no tempo e espaço: princípios, conflitos e teorias
- Sujeitos de direito: a pessoa natural e a pessoa jurídica
- Regimes políticos, formas e sistemas de governo

**6. Referências Sugeridas:**

BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de Direitos Humanos. 6ª ed. Atlas. 2021. 752p.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito / Norberto Bobbio. Tradução: Denise Agostinetti. Revisão da tradução Silvana Cobucci Leite. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 336p.

GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Ed. Atlas. 2021. 368p.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 672p.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Coleção Fora de Série. 5ªed. Ed. Forense. 2018. 728p.

NADER, Paulo Introdução ao estudo do direito / Paulo Nader – 41ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019. 456p.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional / Flávia Piovesan. – 19 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 760p.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 432p.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito - Tradição no Ocidente e no Brasil. 11ed. Forense. 2019. 384p.

**BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA**  
**(EAG)**

**1. Código da Vaga:** EAG-03.

**2. Nome da Vaga:** Botânica (Ênfase: Ciências Agrárias).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Ciências Biológicas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Agronomia ou em Biodiversidade ou em Biotecnologia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Agronomia ou Biodiversidade ou Biotecnologia).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Matologia; morfologia externa; anatomia vegetal; taxonomia vegetal; fisiologia vegetal, sistemática vegetal e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Dispersão de sementes de angiospermas;
- Nomenclatura (princípios, regras e recomendações (CINB));
- Classificação (Sistema de Classificação Artificial, Natural e Filogenético (APG IV))
- Herbários: Origem, conceito e usos.
- Técnicas de coleta, herborização e identificação de angiospermas;
- Germinação e dormência;
- Principais famílias de plantas daninhas
- Diversidade de Plantas daninhas na cultura da soja
- Hemiparasitos (plantas daninhas) da arborização urbana;
- Dinâmica e Desenvolvimento: Tropismos.

**6. Referências Sugeridas:**

RAVEN, P.; EVERT, R.; EICHHORN, S. *Biologia Vegetal*. 7. ed. Ed. Guanabara Koogan, 2007. 858 p.

LORENZI, H. *Chave de Identificação para as Principais Famílias de Angiospermas Nativas do Brasil*. 1. ed. Ed. Instituto Plantarum, 2007. 32 p

KERBAUY, G. (Org.). *Fisiologia Vegetal*. Rio de Janeiro – RJ: Editora Guanabara Koogan, 2004. 804 p.

BARROSO, G. M. *Frutos e sementes: morfologia aplicada à sistemática de dicotilédneas*. Viçosa, MG: UFV, c1999.443 p

BARROSO, Graziela Maciel. *Sistemática de angiospermas do Brasil*. Viçosa: UFV, 2002. v.1 GONÇALVES, E.; LORENZI, H. *Morfologia Vegetal: Organografia e Dicionário*. 2. ed. Ed. Instituto Plantarum, 2010. 100 p.

REVIERS, B. *Biologia e Filogenia das Algas*. Porto Alegre: Artmed, 2006. 280 p.

**BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA**  
**(EAG)**

**1. Código da Vaga:** EAG-06.

**2. Nome da Vaga:** Ciência do Solo.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Engenharia Agrícola ou Engenharia Florestal.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Agronomia ou em Ciências do Solo ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Agronomia) com o objeto de estudo em ciência do solo.

#### **4. Áreas de Conhecimento:**

Gênese, morfologia e classificação dos solos, física do solo, química do solo, microbiologia e bioquímica do solo, fertilidade do solo e adubação, manejo e conservação do solo e os componentes curriculares correlatos.

#### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Principais propriedades físicas e químicas do solo.
- Degradação do solo: conceitos e controle.
- Manejo e conservação do solo.
- Ecossistema e organismos do solo.
- Solos de várzea, conceito sobre fertilidade e produtividade.
- Gênese do solo: formação e desenvolvimento dos perfis dos solos.
- Minerais: conceito, propriedades e identificação.
- Nutrição de plantas e o ambiente.
- Adubos minerais e orgânicos.
- Métodos de correção e adubação de solos.

#### **6. Referências Sugeridas:**

ALCARDE, J. C. Manual de análise de fertilizantes. Piracicaba: FEALQ, 2009. 259p.

FIGUEIREDO, M. V. B.; BURITY, H. A.; STAMFORD, N. P.; SANTOS, C. E. R. S. (Ed.). Microrganismos e agrobiodiversidade: o novo desafio para a agricultura. Guaíba: Agrolivros, 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: EMBRAPA, 1999. 412 p.

GROTZINGER, J.; JORDAN, T. Para entender a Terra. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LEINZ, V.; CAMPOS, J. E. S. Guia para determinação de minerais. Nacional: São Paulo. 1979.

MOREIRA, F. M. S.; CARES, J.; ZANETTI, R.; BASTOS, M. G. (Eds). O ecossistema solo: componentes, relações ecológicas e efeitos na produção vegetal. Lavras: Editora UFLA, 2010. 1a ed. 250 p.

PRADO, R. B.; TURETTA, A. P. D.; ANDRADE, A. G. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais. Rio de Janeiro. Embrapa Solos, 2010. 486p.

RAIJ, B. van. Fertilidade do solo e manejo de nutrientes. Piracicaba: IPNI: International Plant Nutrition Institute, 2011. 420p.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos,. 2001. 557p.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA (EAG)**

**1. Código da Vaga:** EAG-08.

**2. Nome da Vaga:** Fitossanidade.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

#### **3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal ou Ciências Agrárias.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Agronomia ou em Fitopatologia ou em Ciências Agrárias ou em Biodiversidade ou em Biotecnologia ou em Desenvolvimento Sustentável ou Pós-Graduação

(Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Agronomia ou Ciências Agrárias ou Biodiversidade ou Biotecnologia) com o objeto de estudo em Fitopatologia.

#### **4. Áreas de Conhecimento:**

Fitopatologia, entomologia agrícola, parasitologia agrícola, microbiologia agrícola, defesa fitossanitária e os componentes curriculares correlatos.

#### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Métodos de amostragem de populações de insetos.
- Resistência das plantas às doenças.
- Métodos de diagnose das doenças e fitopatógenos.
- Técnicas de coleta, montagem e conservação dos insetos.
- Métodos de controle de plantas daninhas.
- Taxonomia e Filogenia dos insetos.
- Doenças causadas por microrganismos.
- Ecologia de insetos: dispersão e migração dos insetos, relação inseto-planta, relação inseto-animal e ecologia do comportamento
- Resistência de plantas daninhas a herbicidas: causas de seu aparecimento, identificação e manejo em condições de campo
- Importância das doenças nos vegetais.

#### **6. Referências Sugeridas:**

ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. Métodos em Fitopatologia. 2.ed. Viçosa: Editora UFV, 2016. 516p

BUZZI, J. Z. Entomologia Didática. 6ª Edição. Curitiba: Editora UFPR, 2013. 579 p. CARRANO-MOREIRA, A. F. Insetos: Manual de Coleta e Identificação. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Technical Books, 2015. 369 p.

CARVALHO, L. B. Plantas daninhas. 1ª ed. Lages – SC, 2013. Disponível em: [https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/leonardobiancodecarvalho/livro\\_plantasdaninhas.pdf](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/leonardobiancodecarvalho/livro_plantasdaninhas.pdf). Acesso em 24 fev 2022.

CRANSTON, P. S.; GULLAN, P. J. Insetos: Fundamentos da Entomologia. 5ª Edição. Editora Roca, 2017. 460 p

GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L.; BATISTA, G. C. DE; BERTI FILHO, E.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B.; VENDRAMIN, J. D. Manual de Entomologia Agrícola. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1988. 649 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, R. S.; CONSTANTIN, J.; INOUE, M. H. Biologia e Manejo de Plantas Daninhas. Editora Omnipax, 2011.

RAFAEL, J. A.; MELO, G. A. R.; CARVALHO, C. J. B.; CASARI, S. A. Insetos do Brasil: Diversidade e Taxonomia. 1ª Edição. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2012. 810 p.

TRABULSI, L. B.; ALTHERTHUM, F. Microbiologia. 6. ed. São Paulo: Atheneu. 2015. 920p.

TRIGIANO, R. N.; WINDHAM, M. T.; WINDHAM, A. S. Fitopatologia. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576p.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA (EAG)**

**1. Código da Vaga:** EAG-09.

**2. Nome da Vaga:** Fitotecnia.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Engenharia Agrícola ou Ciências Biológicas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Agronomia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Agronomia).

#### 4. Áreas de Conhecimento:

Manejo e tratos culturais; Produção e beneficiamento de sementes; Produção de mudas e os componentes curriculares correlatos.

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Morfologia de fruto, sementes e plântulas;
- Polinização, fecundação, maturação e dispersão de sementes;
- Colheita de sementes agrícolas;
- Análise de viabilidade e germinação de sementes agrícolas;
- Testes bioquímicos de vigor para análise de sementes agrícolas;
- Qualidade fisiológica de sementes e mudas florestais e agrícolas;
- Superação de dormência de sementes agrícolas;
- Produção de mudas para arborização urbana;
- Tratamento de sementes agrícolas;
- Análise do crescimento de plantas.

#### 6. Referências Sugeridas:

BENINCASA, M.M.P. Análise de crescimento de plantas: noções básicas. 2 ed. Jaboticabal: Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNEP). 2013. 41p

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Glossário ilustrado de morfologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília : Mapa/ACS, 2009. 406 p

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de Análise Sanitária de Sementes. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: Mapa/ACS, 2009. 200 p.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regras para análise de sementes. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília : Mapa/ACS, 2009. 399 p.

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. Sementes: Ciência, tecnologia e produção. 5. ed., Jaboticabal. FUNEP. 2012. 590 p.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA

### (EAG)

**1. Código da Vaga:** EAG-15.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia de Água e Solo.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

#### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Engenharia Agrícola.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Agrícola ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia Agrícola).

#### 4. Áreas de Conhecimento:

Fenômenos de transporte; Agrometeorologia; Hidrologia; Manejo de bacias hidrográficas; Irrigação e drenagem e os componentes curriculares correlatos.

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Ciclo hidrológico.
- Evaporação e evapotranspiração.
- Controle e previsão de enchentes.

- Forças hidráulicas em superfícies submersas.
- Mecânica dos fluidos.
- Principais Classes de Dados Geográficos: Mapas Temáticos, Mapas Cadastrais, Redes, Modelos Numéricos de Terreno, Imagens
- Confecção de mapas em SIG
- Tipos de Irrigação.
- Importância agroecológica do vapor d'água
- Cartografia básica aplicada e temática: escala, informação e elementos da Representação Cartográfica

#### **6. Referências Sugeridas:**

RIGHETTO, A. M. Hidrologia e recursos hídricos. São Carlos: EESC/USP, 1998.

SILVA, A. M.; SCHULTZ, H. E.; CAMARGO, P. B. Erosão e hidrossedimentologia em bacias hidrográficas. São Carlos: RiMa, 2003. 140p.

TUCCI, C. E. M. Hidrologia: ciência e aplicação. São Paulo: ABRH e EDUSP: 1993. Coleção Recursos Hídricos, v.4.

BRAGA FILHO, W. Fenômenos de transporte para engenharia. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2006. 481 p.

FOX, R.W.; MCDONALD, A.T.; PRITCHARD, P.J. Introdução à mecânica dos fluidos. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2006, 798 p.

BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de irrigação. 8. ed. Viçosa: UFV, 2006. 625p

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2003. 478p.

IBGE. Noções Básicas de Cartografia. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA (EAG)**

**1. Código da Vaga:** EAG-16.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia de Processamentos de Produtos Agrícolas.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Engenharia agrícola.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Agronomia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Agronomia).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Pré-processamento de produtos agrícolas; Armazenamento de produtos agrícolas; Transferência de produtos agrícolas; Processamentos de produtos de origem vegetal e afins; beneficiamento e armazenamento de grãos e afins; Ciência de alimentos; tecnologia de p.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Tecnologia de fabricação de produtos e subprodutos cárneos.
- Fisiologia pós-colheita de frutas e hortaliças.
- Tecnologias de processamento de frutas e vegetais.
- Armazenagem de grãos.
- Boas práticas de armazenamento e processamento de grãos.
- Metodologias para identificação, descrição, qualificação e quantificação de impactos ambientais.
- Perícias e Avaliações de Engenharia - Conceitos Básicos e Propósito.

- Legislação Profissional; Registro de Imóveis e Estudo de casos.
- Bases científicas da agroecologia.
- Manejo Ecológico de Solos: Conservação do solo e da água

#### **6. Referências Sugeridas:**

CASTILHO, C. J. C. Qualidade da Carne. Editora Varela, 2006. 240 p.

FRIAS, J. R., GAVA, A. J., SILVA, C. A. B. Tecnologia de alimentos - princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2009. 512p.

MORETTI, C. Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças. EMBRAPA, 2007, 531p.

RAMOS, A. M., PEREZ, R. P., NEVES, E.G.F., Amaral, J. D., Lage, B. C. F. Manual de boas práticas de fabricação para a indústria de doces de frutas. Editora UFV, 2010, 52p.

ELIAS, M. C. Manejo Tecnológico da Secagem e do Armazenamento de Grãos. Pelotas: Ed. Santa Cruz, 2008.

LORINI, I.; MIKE L.H; SCUSSEL, V.M. Armazenagem de grãos. Campinas: IBG. 2002. 1000p.

ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER –IICA, 2004..

FARIAS, T. 2011. Licenciamento Ambiental Aspectos Teóricos e Práticos. 3ª Edição. Editora Fórum. 222 páginas.

SANCHEZ, L. Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos. Editora Oficina de textos, 2011.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA (EAG)**

### **1. Código da Vaga: EAG-17.**

**2. Nome da Vaga:** Construções Rurais e Ambiente.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### **3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Agrônoma ou Engenharia Agrícola.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Agrícola ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia Agrícola).

### **4. Áreas de Conhecimento:**

Assentamento rural; Engenharia de construções rurais; Saneamento rural; Energização rural; Instalações para produção animal; Ciência e tecnologia dos materiais; Mecânica dos sólidos e os componentes curriculares correlatos.

### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Estudo das forças e tensões: estado duplo de tensão, tensões principais.
- Estudo das deformações: deformações no estado plano de tensões, deformações principais.
- Técnicas Construtivas.
- Informações Técnicas Correlatas ao Planejamento e Montagem de Projetos de Construções Rurais voltadas às atividades zootécnicas..
- Introdução aos conceitos da ciência e engenharia dos materiais.
- Propriedades físicas, químicas, mecânicas e térmicas.
- Teoria das Projeções: projeções ortogonais e vistas ortográficas
- Criação e configuração de layouts de impressão e projetos de desenho técnicos propostos.
- Planejamento na utilização da energia elétrica no meio rural.
- Projeto de instalação elétrica rural.

## 6. Referências Sugeridas:

- BEER, F. P.; JOHNSTON, E. R. J.; EISENBERG, E. R. Mecânica Vetorial para Engenheiros. Estática. 7. Ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006.
- HIBBELER, R. C. Dinâmica – Mecânica para engenharia. 12ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011
- BAUER, L.A.F. Materiais de Construção. 5ª edição. Rio de Janeiro. LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2003. Vol. 1.
- FREIRE, W. J.; BERALDO, A. L. Tecnologias e materiais alternativos de construção Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. 333 p.
- ASKELAND, D.R., PHULÉ, P.P. Ciência e Engenharia dos Materiais. 1ª Edição, Ed. Cengage Learning, 2008.
- CALLISTER, W. D.; RETHWISCH D. G. Material Science and Engineering - An Introduction, 8a ed., Wiley, 2010.
- CHING, F. Representação gráfica para desenho e projeto. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- FRENCH, T.; VIERCK, C. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 6. ed. São Paulo: Ed. Globo, 1999.
- GOLDEMBERG, J. Energia, meio ambiente & desenvolvimento. São Paulo: USP, 2001. 234p.
- REIS, L.B.DOS; SILVEIRA, S. Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 282p.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRÔNOMICA (EAG)

### 1. Código da Vaga: EAG-20.

2. Nome da Vaga: Produção Animal.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. **Graduação:** Engenharia Agrônômica ou Medicina Veterinária ou Zootecnia.

3.2. **Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Agronomia ou em Zootecnia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Agronomia ou Zootecnia).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Criação de animais, manejo de animais, instalações para produção animal e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Planejamento e montagem de Projetos de Construções Rurais voltadas às atividades zootécnicas.
- A Questão Agrária na Amazônia.
- Noções básicas de aquicultura.
- Interação da aquicultura no contexto agropecuário e na preservação do meio ambiente.
- Considerações anatômicas, funcionais e fisiológicas comparadas de mamíferos, aves e peixes.
- Anatomia e fisiologia dos sistemas muscular, nervoso, endócrino, circulatório e excretor dos animais domésticos.
- Produção de animais silvestres.
- Sanidade e produção de ruminantes e não ruminantes.
- Manejo, produção e comercialização de rãs, aves e suínos, de forma sustentável na região amazônica.
- Noções de melhoramento genético de rãs, aves e suínos.

## 6. Referências Sugeridas:

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CUBAS, Z. S.; SILVA, J. C. R.; CATÃO DIAS, J. L. Tratado de Animais Selvagens. Barueri: Ed Roca, 2006. 1354p.

- CULLEN JUNIOR, L; RUDRAN, R. VALADARES-PÁDUA, C. Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Curitiba: UFPR, 2003. 665p.
- ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia. Rio de Janeiro: Editora Interciências Ltda, 2011. 602p.
- FERREIRA, R. A. Suinocultura: Manual Prático de Criação. Viçosa – MG. Aprenda Fácil. 2012.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 184 p.
- LANA, G. R. Q. Avicultura. Campinas: Livraria e Editora Rural, 2000.
- LIMA, S. L. Criação de rãs: sistema anfigranja. Viçosa: CPT - Centro de Produções Técnicas; 2008. 234p.
- MOYES, C. D; SCHULTZ, P. M. Princípios de fisiologia animal. 2a Edição. São Paulo: Editora Artmed, 2010.
- PEREIRA, M. F. Construções Rurais. São Paulo: Nobel, 2009. 330 p.
- POPESKO, P. Atlas de Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos. 5ª Edição. São Paulo: Editora Manole, 2012. 608p.
- SIPAÚBA-TAVARES, L. H. Uso Racional de Água em Aquicultura. Jaboticabal: Maria Brandel-ME, 2013. 190p.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL (EAM)**

**1. Código da Vaga:** EAM-09.

**2. Nome da Vaga:** Estruturas.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Ambiental ou Engenharia Civil ou Engenharia Mecânica ou Arquitetura.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia ou em Arquitetura e Urbanismo ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Desenho Técnico; Desenho Técnico Digital e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Introdução ao desenho técnico: convenções e normatização; escalas; cotagem.
- Introdução ao desenho técnico: vistas ortogonais; perspectivas.
- Instrumental básico para desenho técnico, com aplicação em projetos de Engenharia e Arquitetura.
- Normas para Desenho Técnico segundo ABNT.
- Emprego e aplicação de recursos computacionais (CAD) em desenho técnico.
- Grandezas escalares, grandezas vetoriais, grandezas tensoriais, nomenclatura.
- Planta baixa: obtenção, convenções e representação gráfica; condicionantes projetuais e/ou normas; setorização dos compartimentos.
- Planta baixa: cotagem em desenho arquitetônico; representação gráfica de pavimento: térreo e superior; plantas de reforma: construir e demolir.
- Instalações industriais: simbologia (água, esgoto e eletricidade); layout (planta baixa com indicação dos principais pontos de utilização da fábrica); normatização.
- Planta de cobertura; planta de localização; planta de situação e detalhes.

**6. Referências Sugeridas:**

- BORNANCINI, J. C. M.; PETZOLD, N. I.; ORLANDI JÚNIOR, H. Desenho Técnico Básico: fundamentos teóricos e exercícios a mão livre. Volume II. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981. 89 p.
- BUENO, C. E. P.; PAPAZOGLU, R. S. Desenho Técnico para Engenharias. Curitiba: Juruá, 2008. 198p.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2021. 392p.

- CUNHA, L. V. Desenho técnico. 13. ed. rev. e atual. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- FRENCH, T. E. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- LEAKE, J. M.; BORGERSON, J. L. Manual de desenho técnico para engenharia: desenho, modelagem e visualização. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. 467p.
- MARMO, C. Curso de desenho. São Paulo: Moderna, 1966-1981.
- MELLO, V. O.; AZEVEDO NETTO, J. M. Instalações Prediais Hidráulico Sanitárias. São Paulo: Edgar Blücher, 1988.
- MONTENEGRO, G. Desenho Arquitetônico. São Paulo: Edgar Blücher, 2001. 176p.
- SIMMONS, C. H.; MAGUIRE, D. E. Desenho Técnico: Problemas e Soluções Gerais de Desenho. São Paulo: Editora Hemus, 2004. 258p

## BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL (EAM)

### 1. Código da Vaga: EAM-10.

**2. Nome da Vaga:** Geodesia e Geofísica.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia de Agrimensura ou Engenharia Cartográfica ou Geologia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Geodésicas ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Geociências) com o objeto de estudo em Geodésia.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Cartografia; Cartografia e Geodesia; Topografia e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Conceitos e noções de geodésia, forma da Terra, Datum, projeções cartográficas, construção de Sistema de Coordenadas.
- Técnicas de orientação e de retirada de coordenadas de mapas (UTM e Geográficas).
- Cartografia básica aplicada e temática: escala, informação e elementos da Representação Cartográfica.
- Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS).
- Planimetria: levantamento de poligonais de pequenas e grandes dimensões; azimutes e rumos; coordenadas parciais e erro linear; coordenadas totais e cálculo analítico de áreas; áreas extra e intrapoligonal.
- Altimetria: altitude e cotas; nivelamento geométrico.
- Planialtimetria: curvas de nível; taqueometria; terraplenagem industrial.
- Manuseio de instrumentos topográficos.
- Elaboração e interpretação de perfis topográficos.
- Memorial Descritivo.

### 6. Referências Sugeridas:

BORGES, A. C. Topografia Aplicada à Engenharia Civil. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda, 1992. 232 p.

CASACA, J. M.; MATOS, J. L.; DIAS, J. M. B. Topografia Geral. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

DUARTE, P. Fundamento de Cartografia. 2. ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2002.

FERNANDO, J. A Cartografia. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 1990.

FITZ, P. R. Cartografia básica. RS: Centro Universitário La Salle, 2005.

FORTES, P. T. F. O. Introdução ao Geoposicionamento: Noções de Geodésia, Cartografia, Fotogrametria e Topografia. São Paulo. S.d.

GONÇALVES, J. et. al. Topografia: Conceitos e Aplicações. 3. ed. Lisboa-Porto: Ed. LIDEL, 2012.  
LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea: Planimetria. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.  
MARTINELLI, M. Cartografia Temática. São Paulo: Ed. Edusp. 2003.  
NOGUEIRA, R. E. Cartografia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 314 p.  
ZANNETTI, M. A. Z. Geodésia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)

**1. Código da Vaga:** EFL-03.

**2. Nome da Vaga:** Silvicultura (Proteção Florestal).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal ou Ciências Biológicas ou Zootecnia ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Agrícola.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou Pós Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) com o objeto de estudo em Entomologia.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Silvicultura (Proteção Florestal).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Meliponicultura
- Métodos de controle de insetos em povoamentos florestais
- Pragas florestais
- Manejo Integrado de Pragas
- Evolução e filogenia de insetos
- Biologia e controle de formigas cortadeiras
- Morfologia, fisiologia e nutrição das abelhas
- Controle biológico de *Hypsipyla grandella* Zeller
- Ecologia de insetos
- Resistência de plantas a insetos

**6. Referências Sugeridas:**

CANTARELLI, Edison Bisognin; COSTA, Ervandil Corrêa. Entomologia Florestal Aplicada. Santa Maria – RS: UFSM, 256 p., 2014.

COSTA, Ervandil Corrêa; D'AVILA, Márcia; CANTARELLI, Edison Bisognin. Entomologia Florestal – 3ª Ed. Santa Maria – RS: UFSM, 256 p., 2013.

MOREIRA; Alberto Fábio Carrano. Manejo integrado de pragas florestais: fundamentos ecológicos, conceitos e táticas de controle. 342 p., 2013.

BALDIN, Edson Luiz Lopes; VENDRAMIN, José Djair; LOURENÇÃO, André Luiz. Resistência de Plantas a Insetos: fundamentos e aplicações. Editora Fealq, 493 p., 2019.

SILVA, Neliton Marques da; ADAIME, Ricardo; ZUCCHI, Roberto Antonio (Eds.). Pragas agrícolas e florestais na Amazônia. Editora Embrapa, 608 p. 2016.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)

**1. Código da Vaga:** EFL-04.

**2. Nome da Vaga:** Silvicultura (Genética e Melhoramento Florestal).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal ou Ciências Biológicas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) com o objeto de estudo em melhoramento vegetal.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Silvicultura (Genética e Melhoramento Florestal).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Melhoramento florestal: ênfase na aplicação da biotecnologia
- Sistema de cruzamento e fluxo gênico em árvores tropicais
- Genética de populações
- Melhoramento de espécies arbóreas nativas e exóticas
- Conservação de recursos genéticos florestais
- Genética quantitativa
- Testes de procedência e progênies
- Propagação vegetativa em melhoramento florestal
- Transgenia em programas de melhoramento florestal
- Recursos genéticos florestais no mundo: programas e espécies potenciais.

**6. Referências Sugeridas:**

AZEVEDO, José Mário Araújo (Ed.). Pesquisas em biotecnologia, biodiversidade e recursos genéticos no Acre. Editora: CRV, 208 p., 2016.

TAMARIN, Robert H. Princípios de genética. Editora: FUNPEC, 2011.

FONSECA, Sebastião Machado da; RESENDE, Marcos Deon Vilela de; ALFENAS, Acelino Couto; GUIMARÃES, Lúcio Mauro da Silva; ASSIS, Teotônio Francisco de; GRATTAPAGLIA, Dario. Manual prático de melhoramento genético do eucalipto. Editora: UFV, 200 p., 2010.

PINTO, Ronald José Barth. Introdução ao melhoramento genético de plantas. 2ª. Ed. Editora: EDUEM, 351p., 2009.

BORÉM, Aluizio, FRITSCHÉ-NETO, Roberto. Biotecnologia aplicada ao melhoramento de plantas. Editora: Produção Independente, 335 p., 2012.

PIRES, Ismael Eleotério. Genética Florestal. Editora: ARKA, 2011.

BOREM, Aluizio; MIRANDA, Glauco V.; FRITSCHÉ-NETO, Roberto. Melhoramento de Plantas. 8ª Ed. Editora: Oficina de Textos; 384 p., 2021.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)**

**1. Código da Vaga:** EFL-05.

**2. Nome da Vaga:** Silvicultura (Dendrologia).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) **com objeto de estudo em Dendrologia.**

**4. Áreas de Conhecimento:**

Silvicultura (Dendrologia).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Conceito, origem, classificação e nomenclatura da árvore
- Métodos de reconhecimento de árvores na floresta tropical
- Angiospermas de interesse florestal
- Chaves dendrológicas ou dicotômica: desenvolvimento de chaves e a sua aplicabilidade
- Descrição dendrológica de espécies arbóreas em hábitat natural
- Sistemas de classificação
- Herbário florestal
- Taxonomia vegetal
- Elementos da taxonomia vegetal
- Metodologia em estudos dendrológicos.

**6. Referências Sugeridas:**

JOLY, Aylthon Brandão. Botânica: introdução à taxonomia vegetal. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2002. 777p. (Biblioteca universitária; Série 3., Ciências Puras ;4).

FERRI, M. G. Botânica: morfologia externa das plantas (organografia). 15.ed. São Paulo: Nobel, 2006. 148p.

CRONQUIST, A. The evolution and classification of flowering plants. New York: The New York Botanical Garden, 1988. 555 p.

LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP : Editora Plantarum, 1992. 352 p.

LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Editora Plantarum,1998. v. 2, 352 p.

LORENZI, H.; SOUZA, M. H.; TORRES, M. A. V.; BACHER, L. B. Árvores Exóticas do Brasil: madeiras, ornamentais e aromáticas. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2003. 368 p.

MARCHIORI, J. N. C. Dendrologia das angiospermas: das magnoliáceas às flacurtiáceas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997. 271 p. il.

MARCHIORI, J. N. C. Dendrologia das Gimnospermas. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996. 158 p.

MARCHIORI, J.N.C. Elementos de Dendrologia. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995. 163 p. il.

PAULA, J. E. de; ALVES, J. L. de H. 897 madeiras nativas do Brasil: anatomia, dendrologia, dendrometria, produção e uso. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2007. 438 p.

PINHEIRO, Antônio Lelis. Fundamentos em taxonomia aplicados ao desenvolvimento da dendrologia tropical. Editora: UFV, 2014. 278 p.

RIZZINI, Carlos Toledo. Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia brasileira. Editora: Edigar Blucher, 1978. 312 p.

**BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)**

**1. Código da Vaga:** EFL-06.

**2. Nome da Vaga:** Silvicultura (Nutrição Florestal / Solos Florestais).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Agrícola.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou Pós Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) com objeto de estudo em solos.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Silvicultura (Nutrição Florestal / Solos Florestais).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Exigências nutricionais de espécies florestais
- Propriedades físicas e morfológicas do solo
- Química do solo
- Intemperismo e formação de solos
- Solos florestais
- Manejo de nutrientes em viveiro e jardim clonal
- Adubação em plantios florestais
- Utilização da ciência do solo para definição de áreas para fins florestais
- Recuperação de solos degradados para fins de restauração florestal
- Critérios para avaliação da fertilidade do solo

**6. Referências Sugeridas:**

GONÇALVES, José Leonardo de Moraes; STAPE, José Luiz. Conservação e Cultivo de Solos Para Plantações Florestais. Editora: IPEF, 2002, 498 p.

CURI, Nilton; KER, João Carlos; NOVAIS, Roberto Ferreira; VIDAL-TORRADO, Pablo; SCHAEFER, Carlos Ernesto G. R. Pedologia: solos dos biomas brasileiros. Editora: SBCS, 2017, 597 p.

GONÇALVES, José Leonardo de Moraes; BENEDETTI, Vanderlei. Nutrição e Fertilização Florestal. Editora IPEF, 2000, 427 p.

BRANCALION, Pedro H. S.; GANDOLFI, Sergius; RODRIGUES, Ricardo R. Restauração Florestal. Editora: Oficina de Textos; 1ª edição, 2015, 432 p.

COELHO, Geraldo Ceni. Sistemas Agroflorestais. Editora: APGIQ; 1ª edição. 2012. 206 p.

SORREANO, Maria Cláudia Mendes; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BOARETTO, Antônio Enedi. Guia de Nutrição Para Espécies Florestais Nativas. Editora Oficina de Textos; 1ª edição. 2012, 256 p.

NOVAIS, Roberto Ferreira; ALVAREZ, Víctor Hugo; BARROS, Nairam Félix de; FONTES, Renildes Lúcio F.; CANTARUTTI, Reinaldo Bertola; LIMA, Júlio César. Fertilidade do solo. Editora: SBCS, 2007, 1017 p.

MOREIRA, Fátima M. S.; CARES, Juvenil E.; ZANETTI, Ronald; STURMER, Sidney L. O ecossistema solo. Editora: UFLA, 2013, 352 p.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)**

**1. Código da Vaga:** EFL-07.

**2. Nome da Vaga:** Manejo Florestal (Política e Legislação Florestal).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal ou Bacharelado em Direito.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) com o objeto de estudo em Política e Legislação Florestal.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Manejo Florestal (Política e Legislação Florestal).

## 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Legislação ambiental brasileira
- EIA/RIMA, RAP e PRAD: conceitos, normas e aplicabilidade em projetos no setor florestal
- Comércio internacional dos produtos florestais
- Legislação brasileira para o estudo de impacto ambiental
- A história da legislação florestal no Brasil
- Unidades de conservação e manejo de produtos florestais
- Avaliação pericial em áreas florestais e agrícolas
- Legislação Profissional: o Sistema CONFEA/CREAS
- Auditoria e certificação ambiental
- Legislação federal e estadual para atividades de restauração florestal

## 6. Referências Sugeridas:

LA ROVERE, E. L. (Coord.). Manual de auditoria ambiental. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA. Resolução nº 1010. Brasília, 22 de agosto de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA. Resolução nº 218. Brasília, 29 de junho de 1973.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA. Resolução nº 205: Código de ética profissional. Brasília, 30 de setembro de 1971.

MEDEIROS JÚNIOR, J. da R.; FIKER, J. A Perícia Judicial: como redigir laudos e argumentar dialeticamente. São Paulo: Ed. PINI, 1996.

NALINI, J. R. Ética geral e profissional. S. Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. 3a. ed;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 19011: diretrizes para auditoria de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14011: diretrizes para a auditoria ambiental - norma de sistemas de gestão ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14010: diretrizes para a auditoria ambiental - princípios gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14004: Sistemas de gestão ambiental - Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

ASSUMPÇÃO, L. F. J. Sistema de Gestão Ambiental: manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. Curitiba: Editoria Juruá, 2004. 288 p.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)

**1. Código da Vaga:** EFL-10.

**2. Nome da Vaga:** Manejo Florestal (Economia e Administração Florestal).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) com o objeto de estudo em Economia Florestal ou em Administração Florestal.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Manejo Florestal (Economia e Administração Florestal).

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Modelos Econométricos aplicados a oferta e demanda de produtos florestais
- Séries temporais para previsão de preços de produtos florestais
- Matemática financeira no mercado florestal
- Avaliação econômica de projetos florestais
- Bioeconomia de produtos não madeireiros
- Gestão de empresas florestais
- Organização de processos em torno da cadeia produtiva florestal
- Pagamentos de serviços ambientais
- Política florestal e taxa de juros associados ao planejamento florestal
- Mercado interno e externo de produtos florestais

#### 6. Referências Sugeridas:

COELHO, M.; FENZEL, N.; SIMONIAN, L. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. Belém: UFPA-NAEA, 2000.

BONACINI, L. A. Nova Empresa Rural. Cuiabá. SEBRAE/ MT, 2000.

GUJARATI, D. M.; PORTER, D. C. Econometria Básica. 5.ed. Editora Buckman, 2011.

ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REZENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D. Análise Econômica e Social de Projetos Florestais. 3. ed. Viçosa: UFV, 2014.

ROCHA, J. Manual de projetos ambientais. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997.

SILVA, M. L.; JACOVINE, L. A. G.; VALVERDE, S. R. Economia Florestal. Viçosa: UFV, 2005.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL (EFL)

**1. Código da Vaga:** EFL-11.

**2. Nome da Vaga:** Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais/Energia de Biomassa Florestal.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Florestal ou Engenharia Industrial Madeireira.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Florestais ou em Ciências e Tecnologias da Madeira ou Pós Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Florestais e Engenharia Florestal) com o objeto de estudo em Ciências ou Tecnologia da Madeira.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais/Energia de Biomassa Florestal.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Constituição anatômica da madeira, crescimento e defeitos associados a formação da mesma
- Estrutura anatômica da madeira associada à sua aplicação industrial
- Secagem da madeira
- Técnicas modernas aplicadas na estabilização dimensional da madeira
- Produtos e equipamentos utilizados no desdobro da madeira
- Propriedades físico-mecânicas da madeira e suas aplicações para o setor industrial madeireiro

- Constituição química da madeira e principais produtos derivados de seus constituintes
- Nanocompósitos derivados da madeira e de outros materiais lignocelulósicos
- Adesivos e novas tecnologias aplicadas para colagem em madeiras
- Tipos de painéis, principais características e tecnologia de produção

#### 6. Referências Sugeridas:

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9587. Classificação de madeira serrada de folhosa. Rio de Janeiro. 1986. 32 p.
- HAYGREEN, J. G.; BOWYER, J. L. Forest products and wood science. Ames: Iowa State University Press, 1996. 484 p.
- HILL, C.A.S. Wood Modification: Chemical, Thermal and Other Processes. John Wiley & Sons. 2007 –260 p.
- HUANG, J.; DUFRESNE, A.; LIN, N. Nanocellulose: From Fundamentals to Advanced Materials. Ed. Wiley. 2019. 504 p.
- KOLLMANN, F. F. P.; KUENZI, E. W.; STAMM, A. J. Principles of wood science and technology. Springer-Verlag, New York, 1975, vols. 691 p.
- KUMARA, M; KESSLER, M. Handbook of Composites from Renewable Materials. Volume 7, Nanocomposites: Science and Fundamentals. Wiley. 2017. 640 p.
- NENNEWITZ, I.; NUTSCH, W.; PESCHEL, P.; Seifert, G. Manual de Tecnologia da Madeira. 2. ed. Editora: Blucher, 2011. 354 p.
- ROWELL, R. M. Handbook of Wood Chemistry and Wood Composites. 2ed. Editora: Madison, 2012. 703 p.
- SIAU, J. F. Transport processes in wood. Springer-Verlag, New York, 1984, 245 p.
- SKAR, C. Wood-water relations. Berlin, Springer-Verlag, 1988. 279 p.
- SKIEST, I. The Handbook of Adhesives. 3. Ed. Editora: Van Nostrand Reinhold, New York, 1990.
- TSOUMIS, G. Science and technology of wood-structure, properties, utilization. New York, Van Nostrand Reinhold, 1991. 494 p.
- VITAL, B. R. Planejamento e Operação de Serrarias. Editora: UFV, 2008. 211 p.
- ZOBEL, J. B.; BUIJTENEN, S. P. Wood variations its causes and control. Berlin, SpringerVerlag, 1989. 363 p.
- ZOBELI, J. B. Juvenile Wood In Forest Trees. Springer, 1998. 304 p.

### BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PESCA (EPE)

#### 1. Código da Vaga: EPE-05.

2. Nome da Vaga: Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

#### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Engenharia de Pesca ou Engenharia Naval e Oceânica ou Engenharia Mecânica.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Recursos Pesqueiros ou em Engenharia Naval ou em Engenharia Mecânica ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca ou Engenharia Naval e Oceânica ou Engenharia Mecânica).

#### 4. Áreas de Conhecimento:

Recursos Pesqueiros, Engenharia Naval ou Engenharia Mecânica. (Disciplinas: Máquinas e Motores Aplicados à Pesca; Resistência dos Materiais; Tecnologia do Frio e do Calor; Segurança no trabalho na Engenharia de Pesca e os componentes curriculares correlat.

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Reconhecimento geral dos princípios e obtenção do frio e do calor, por meio de métodos; Instalações industriais de frio e do calor.
- Conhecimento de conservação, processamento e transformações dos alimentos.

- Ciclos e princípios de refrigeração.
- Classificação e definição dos materiais para engenharia - metais, cerâmicas, polímeros e Compósitos.
- Estruturas dos materiais.
- Conceito de Tensão e Deformação: Tensão Normal; Flexão Simples e Oblíqua; Cisalhamento; Torção; Flambagem; Energia de deformação.
- Características de máquinas e motores utilizados na pesca e aquicultura.
- Motores: Combustão interna, hidráulicos e elétricos.
- Bombas hidráulicas: Turbo bombas e bombas de deslocamento positivo.
- Equipamentos de Convés de embarcações pesqueiras: Noções de Marinharia, Guinchos, Tangones, Aladores (de redes, de linhas, de linhas de corrico e de palangres), Gruas equipamentos de Fundeio e Atracação

## 6. Referências Sugeridas:

DOSSAT, R.J. Princípios de Refrigeração. Editora HEMUS, 2004, 896p. KREITH, F, MANGLIK, R., BOHN, M. Princípios de Transferência de Calor. Editora Cengage Learning, 7ª Edição, 2010, 676p.

MALISKA, C. R. Transferência de Calor e Mecânica dos Fluidos. Editora LTC, 2ª Edição, 2004, 472p.

SILVA, J. G. Introdução a Tecnologia da Refrigeração e da Climatização. Editora ARTLIBER, 1ª Edição, 2004, 224p.

BEER, F.P., JOHNSTON, E.R. JR., DeWOLF, J. T., MAZUREK, D.F. Estática e Mecânica dos Materiais. 5ª ed. Editora AMGH 2011.

BOTELHO, M. H. C. Resistência dos Materiais: Para entender e gostar. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2013.

MELCONIAN, S. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. 20 ed. São Paulo: Erica, 2018.

HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos de física: mecânica. 9ª LTC, 2013.

MARCO RACHE, A. M. Mecânica diesel: caminhões, pick-ups, barcos. Editora Hemus, 2004.

SANTOS, J.S., ALMEIDA, H.J. Bombas navais. Rio de Janeiro: Escola de Máquinas, Ministério da Fazenda, 112 p. il.

SANTOS, J.S., ALMEIDA, H.J. Projetos de instalações de propulsão marítima (Deptº. Técnico) MWM Motores Marítimos. São Paulo. 32 p. il.

TAYLOR, C. F. Análise dos motores de combustão interna. Ed. Edgard Blucher Ltda., 1988.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PESCA (EPE)

**1. Código da Vaga:** EPE-08.

**2. Nome da Vaga:** Aquicultura.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Pesca ou Oceanografia ou Zootecnia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Recursos Pesqueiros ou em Engenharia de Pesca ou em Engenharia para Aquicultura ou em Oceanografia ou em Zootecnia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca) com o objeto de estudo em Aquicultura.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Projeto de instalações aquícolas: seleção de áreas, orçamentos, layout e noções de hidráulica.
- Estudos das especificações técnicas dos materiais de construção de pequenas barragens, diques e tanques.
- Qualidade da água em sistema de cultivo para as águas marinhas, estuarinas e dulcícolas.

- Planejamento e legalização de projetos aquícolas no Amapá.
- Construção de viveiros escavados para piscicultura e suas principais características.
- Irrigação e drenagem para fins de aquicultura.
- Construção instalação e manutenção de tanques-redes.
- Fisiologia do ciclo reprodutivo de peixes tropicais de interesse comercial.
- Crustáceos: morfologia, ciclo de vida, hábitos alimentares, reprodução aplicada aocultivo.
- Piscicultura de espécies nativas no Amapá.

#### 6. Referências Sugeridas:

BALDISSEROTTO, Bernardo; Gomes, Levy de Carvalho (Org.). Espécies Nativas para Piscicultura no Brasil. Editora UFSM, 2005, 468p.

BARGER, E. L. Tratores e seus motores. São Paulo, Editora Edgard Blucher Ltda, 1996.

CHAVES, R. Manual do Construtor. Edições de Ouro, Ed. Tecnoprint Ltda., 1997.

FRANZINI, J.H.B. Engenharia de Recursos Hídricos. Ed. da Univ. São Paulo -

MELO, G.A.S. Manual de identificação dos Crustacea Decapoda de água doce do Brasil. Editora Loyola/ FA-DESP, São Paulo/SP, 2003

OLIVEIRA, Pedro Noberto de. Engenharia para aquacultura. UFRPE, 2013.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)

**1. Código da Vaga:** EPR-01.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia Mecânica (Automação Industrial e Manutenção).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

#### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Mecatrônica ou Engenharia Industrial ou Engenharia de Automação ou Engenharia Eletrônica ou Engenharia elétrica.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Mecânica ou em Automação e Controle ou em Engenharia Produção **ou em Engenharia Eletrônica ou em Engenharia elétrica**, todas as pós-graduações requisitadas com o objeto de estudo em automação industrial ou em gestão da manutenção.

#### 4. Áreas de Conhecimento:

Engenharia Mecânica (Automação Industrial e Manutenção).

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Manutenção Produtiva Total (TPM).
- Gerenciamento de Custos de Manutenção.
- Manutenção Centrada em Confiabilidade.
- Métodos Decisórios Multicritério (MCDM) utilizados na robustez do processo decisório na manutenção.
- Modelagem e Controle de sistemas dinâmicos.
- Projeto de circuitos hidráulicos e pneumáticos.
- Controladores Industriais.
- Análise e compreensão de atuadores de natureza: Elétrica; Eletromecânica; Pneumática; Hidráulica.
- Sistemas (Softwares) de Sistemas de Execução de Manufatura.
- Redes Industriais: Definições e infraestruturas, ModBus, CAN - Controller Area Network /DeviceNet, Profibus, Controlnet, EtherNet/IP.

#### 6. Referências Sugeridas:

- ALDABÓ LOPEZ, Ricardo. Sistemas de redes para controle e automação. Rio de Janeiro, RJ: Book Express Ltda, 2000. 276 p.
- FOGLIATTO, F. S.; RIBEIRO, José Luis Duarte. Confiabilidade e Manutenção Industrial. 1. ed. São Paulo: Campus-Elsevier, 2009. 265
- MAMEDE FILHO, J. Instalações Elétricas Industriais. 9<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 980 p.
- MORAES, Cícero Couto de; CASTRUCCI, Plínio. Engenharia de automação industrial. 2 d. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 347 p.
- PAZOS, F. Automação de sistemas e robótica. São Paulo: Axcel books. 2002
- PINTO, A. K.; XAVIER, J. A. N. Manutenção: função estratégica. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 361 p.
- XENOS, A. G. Gerenciando a manutenção produtiva: o caminho para eliminar falhas nos equipamentos e aumentar a produtividade. Belo Horizonte: EDG, 1998. 302 p.
- HINRICHS, R.; KLEINBACH, M. H.; REIS, L. B. Energia e Meio Ambiente. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 708 p.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)

### 1. Código da Vaga: EPR-02.

2. Nome da Vaga: Engenharia Mecânica (Planejamento Energético).

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. **Graduação:** Engenharia de Produção ou Engenharia Industrial ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Elétrica ou Engenharia de Energia.

3.2. **Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Mecânica ou em Engenharia Térmica ou em Planejamento Energético ou em Energias ou Engenharia de Elétrica.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Engenharia Mecânica (Planejamento Energético).

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Exploração de recursos naturais. Geopolítica da Energia.
- escoamento de fluidos viscosos e não viscosos.
- Equações da continuidade em transferência de massa.
- Análise tecnoeconômica de projetos de máquinas térmicas.
- Geração e Cogeração de energia.
- Planejamento Energético na geração, transmissão e distribuição, seus aspectos socioambientais e de sustentabilidade.
- Bombas e instalações de bombeamento.
- Avaliação econômica de projetos energéticos: análise do custo do ciclo de vida, taxa interna de retorno, pay-back. Riscos e incertezas no mercado de energia.
- Substituição e complementação entre diferentes formas e fontes de energia: aspectos culturais, tecnológicos e políticos da oferta e da demanda.
- Fontes de Energia Alternativa.

### 6. Referências Sugeridas:

BERGMAN, T. L.; LAVINE, A. S.; INCROPERA, F. P.; DEWITT, D. P. Fundamentos de Transferência de Calor e de Massa. LTC, Rio de Janeiro, 2014.

FERNÁNDEZ, M. Manual de hidráulica. Blucher, São Paulo, 2015.

FOX, R. W., MCDONALD, A. T., PRITCHARD, P. J. Introdução à Mecânica dos Fluidos. LTC, Rio de Janeiro, 2014.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energia, meio ambiente e desenvolvimento: Editora da Universidade de São Paulo 2008.

HINRICHES, R.; KLEINBACH, M. H.; REIS, L. B. Energia e Meio Ambiente. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 708 p.

LAPPONI, J. C. Projeto de Investimento: Construção e Avaliação do Fluxo de Caixa. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2000.

MARQUES, Milton César Silva; HADDAD, Jamil; MARTINS, André Ramon Silva (Coord.). Conservação de energia: eficiência energética de equipamentos e instalações. 3 ed. Itajubá: FUPAI, 2006. 597 p

STREETER, Victor L., Mecânica dos Fluidos, Editora Mcgraw – hill, 2001.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)

**1. Código da Vaga:** EPR-03.

**2. Nome da Vaga:** Processos de Fabricação.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção ou Engenharia Industrial ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Metalúrgica.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Mecânica ou em Engenharia Metalúrgica **ou em Engenharia de Materiais ou em Ciência e Tecnologia dos Materiais**, todas as pós graduações requisitadas com o objeto de estudo em Processos de Fabricação **ou Máquinas ou Materiais**.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Processos de Fabricação.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Fundamentos de Conformação Mecânica.
- Processos e tipos de Soldagem.
- Fundamentos e Propriedades mecânicas dos materiais metálicos, cerâmicos e poliméricos.
- Formas de corrosão e degradação nas diferentes classes de materiais.
- Equações de Lagrange na modelagem de sistemas mecânicos.
- Tensão e deformação no regime elástico e transformações de tensão e deformação.
- Torção e flexão pura: análise de tensões em eixos e vigas.
- Vibrações livres, amortecidas e forçadas em máquinas.
- Processos Convencionais e Não-Convencionais de Usinagem.
- Motores de Combustão Interna.

**6. Referências Sugeridas:**

BEER, F. P; JOHNSTON Jr, E. R.; DEWOLF, J. T.; MAZUREK, D. F. Mecânica dos Materiais. 7 ed. São Paulo: MCGRAW-HILL, 2015.

BORGNACKE, C.; SONNTAG, R.E. Fundamentos da Termodinâmica. 7<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora Blucher, 2009.

DINIZ, A. E.; MARCONDES, F. C.; COPPINI, N. L. Tecnologia da Usinagem dos Materiais. 5. ed. São Paulo: Artliber, 2006. 248p.

HELMAN, H.; CETLIN, P. R. Fundamentos da conformação mecânica dos metais. 2ed. São Paulo: Artliber, 2005. 260 p.

MERIAM, J. L. Mecânica para Engenharia - Estática - Vol. 1. 7 ed. São Paulo: LTC, 2016. 412 p.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)

### 1. Código da Vaga: EPR-05.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia de Produção (Engenharia de Sustentabilidade).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção ou Engenharia Industrial.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) Desenvolvimento Sustentável ou em Gestão Ambiental ou em Engenharia de produção, todas as pós graduações requisitadas com o objeto de estudo em gestão ambiental ou em sustentabilidade.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharia de Produção (Engenharia de Sustentabilidade).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Produção mais limpa e Ecoeficiência.
- Economia Circular.
- Gestão dos Recursos Naturais.
- Gestão Energética e Energias Renováveis.
- Modelos de Gestão Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental.
- Desenvolvimento Sustentável.
- Diretrizes para Auditoria e Certificação Ambiental.
- Agricultura sustentável e Valoração do ambiente.
- Gestão de Efluentes e Resíduos Industriais.
- Análise do cenário atual e as tendências da sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

**6. Referências Sugeridas:**

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIRA, J. R. de., MELLO, C. dos S.; CAVALCANTI, Y. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Ed. Vozes. 2009.

CUNHA, Sandra B e GUERRA, Antonio T. (orgs). Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

GEBLER, L.; PALHARES, J. C. P. (Eds.). Gestão Ambiental na Agropecuária. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

PHILIPPI JR, A.; ROMERO, M. A. & BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Editora Manole, 2004.

REIS, L. F. S. S. D.; QUEIROZ, S. M. P. Gestão Ambiental em pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável / 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2006.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)

### 1. Código da Vaga: EPR-06.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia de Produção (Engenharia do Trabalho).

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia de Produção ou em Ergonomia.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharia de Produção (Engenharia do Trabalho).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Métodos de análise da atividade de trabalho.
- Ergonomia física.
- Ergonomia organizacional.
- Ergonomia cognitiva.
- Mapeamento de processos e Gráficos de atividades.
- Dinâmica da transformação do trabalho e seus postos.
- Doenças profissionais e doenças do trabalho.
- Normas Regulamentadoras de ergonomia e segurança do trabalho.
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Mapa de Riscos.
- Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações.

**6. Referências Sugeridas:**

ABRAHÃO, J.; SZNELWAR, L.; SILVINO, A.; SAMERT, M.; PINHO, D. Introdução à ergonomia : da prática à teoria. São Paulo: Edgard Blücher, 2009. 339 p.

CURY, Antony. Organização & Métodos . São Paulo: Atlas, 2000.

GUÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

IIDA, Itiro; GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. Ergonomia: Projeto e Produção. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2016

BARBOSA FILHO, A.N. Segurança do trabalho e gestão ambiental . São Paulo, Atlas, 2001. 158p.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)**

**1. Código da Vaga:** EPR-07.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia de Produção (Engenharia Organizacional).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia de Produção.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharia de Produção (Engenharia Organizacional).

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Empreendedorismo, Gestão da Criatividade e do Entretenimento.
- Avaliação de desempenho organizacional.
- Gestão da Informação, Ferramentas de Business Intelligence e Big Data.

- Gestão Estratégica e Organizacional.
- Gestão de Projetos.
- Gestão do Desempenho Organizacional.
- Redes de Empresas e Arranjos produtivos.
- Gestão da Inovação e propriedade intelectual.
- Gestão da Tecnologia.
- Gestão do Conhecimento.

#### **6. Referências Sugeridas:**

CARVALHO, Hélio; REIS, Dácio; CAVALCANTE, Marcia. Gestão da Inovação. Curitiba Paraná: Expressão digital, 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. Transformando idéias em negócios . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DRUCKER, Peter. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

MELO NETO, Francisco P; FROES, César. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

PMI – PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK®: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos , Sexta edição, Pennsylvania: PMI, 2017.

VALENTIM, M. L. P. A construção de conhecimento em organizações . Londrina: Infohome, 2003.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)**

### **1. Código da Vaga: EPR-08.**

**2. Nome da Vaga:** Engenharia de Produção (Sistemas de Produtivos).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### **3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia de Produção.

### **4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharia de Produção (Sistemas de Produtivos).

### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Sistema Toyota de Produção.
- Sistemas Integrados de Manufatura (CIM).
- Sistemas Flexíveis de Fabricação e de Montagem (FMS's e FMA's).
- Manufatura Ágil (Agile Manufacturing).
- Empresa Virtual (Virtual Enterprise).
- Processos industriais de mineração: Geral e Amapá.
- Processos de produção de petróleo e gás: Geral e Amapá.
- Processos de produção agroindustrial: Geral e Amapá.
- Processos produtivos da indústria madeireira: Geral e Amapá.
- Bioeconomia e Amazônia amapaense.

### **6. Referências Sugeridas:**

BARNES, R. Estudo de tempos e movimentos. São Paulo. Ed. Edgard Blücher, 2000.

CORREA, H.L.; GIANESI, I.G.N. e CAON, M. Planejamento, Programação e Controle da Produção: MR-P/II/ERP conceitos, uso e implantação. Editora Atlas, 1997.

GROOVER, Mickell P. Automação industrial e sistemas de manufatura. São Paulo: Pearson, 2010.

NEUMANN, C.; SCALICE, R. K. Projeto de Fábrica e Layout, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ROTHER, M.; HARRIS, R. Criando Fluxo Contínuo . São Paulo: Lean Institute Brasil, 2002.

SCHMENNER R. W. Administração de Operações em Serviços. Tradução Lenke Peres. São Paulo, Futura, 1999.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R.; BETTS, A. Gerenciamento de Operações e de Processos. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SMALEY, A. Criando o Sistema Puxado Nivelado . São Paulo: Lean Institute Brasil, 2004.

TUBINO, D. F. Manual de Planejamento e Controle da Produção – teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2017.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)**

### **1. Código da Vaga: EPR-09.**

**2. Nome da Vaga:** Gerencia da Produção.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### **3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Produção.

### **4. Áreas de Conhecimento:**

Gerencia da Produção.

### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Teoria das Filas aplicada à Serviços.
- Gestão das redes de suprimentos em serviços.
- Planejamento Estratégico da Produção.
- Planejamento, Programação e Controle da Produção.
- Gestão da Cadeia de Suprimentos.
- Gestão de estoques e Teoria das restrições.
- Material Resource Planning I e II (MRP I e MRP II) e Enterprise Resource Planning (ERP).
- Previsão de demanda e Balanceamento de linhas de produção.
- Projeto de instalações industriais: Estudo de localização de unidades produtivas.
- Projeto do arranjo físico: disposição, fluxo, circulação e deslocamento.

### **6. Referências Sugeridas:**

BARNES, R. Estudo de tempos e movimentos. São Paulo. Ed. Edgard Blücher, 2000.

BLOCHER, E. J.; CHEN, K. H.; LIN, T. W. Gestão Estratégica de Custos. São Paulo: McGraw Hill –ARTMED, 2008.

CORRÊA, H.; CAON, M. Gestão de Serviços: lucratividade por meio de operações esatisfação dos clientes. São Paulo, Atlas, 2002.

HIRSCHFELD, H. Engenharia Econômica e Análise de Custos. São Paulo: Atlas, 2001.

NEUMANN, C.; SCALICE, R. K. Projeto de Fábrica e Layout, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PRADO, D. Teoria das Filas e da Simulação. Série Pesquisa Operacional. Vol2., Minas Gerais, 1999.

SCHMENNER R. W. Administração de Operações em Serviços. Tradução Lenke Peres. São Paulo, Futura, 1999.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R.; BETTS, A. Gerenciamento de Operações e de Processos. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TUBINO, D. F. Manual de Planejamento e Controle da Produção – teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2017.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)**

**1. Código da Vaga:** EPR-11.

**2. Nome da Vaga:** Pesquisa Operacional.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia de Produção com o objeto de estudo em Pesquisa Operacional ou em Pesquisa Operacional ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia de Produção) com o objeto de estudo em Pesquisa Operacional.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Pesquisa Operacional.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Modelagem, simulação e otimização da produção.
- Programação linear, não-linear, mista e dinâmica.
- Processos decisórios.
- Processos estocásticos, Cadeias de Markov e teorias das filas.
- Redes Neurais Artificiais.
- Aprendizado de máquina supervisionado e não supervisionado com aplicações em engenharia de produção.
- Distribuições de probabilidades, Análise de Regressão Linear e Não-Linear.
- Séries temporais.
- Teoria dos grafos.
- Sistemas de produção e análise de demanda.

**6. Referências Sugeridas:**

PRADO, D. Programação Linear. Belo Horizonte: EDG. 1999.

PRADO, D. Teoria das Filas e da Simulação. Belo Horizonte: EDG. 1999.

LACHTERMACHER, G. Pesquisa Operacional na Tomada de Decisões. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2002.

JUNICO, A. et al. Sistemas de produção: conceitos e práticas para projetos e gestão da produção enxuta. Porto Alegre: Bookman, 2007. 326 p.

ARENALES, M.; ARMENTANO, V., MORABITO, R.; YANASSE, H. Pesquisa Operacional, 2ª ed, Ed. Campus, 2015.

FACELI, K.; LORENA, A. C.; GAMA, J.; CARVALHO, A. Inteligência Artificial: Uma abordagem de aprendizado de máquina. LTC, 2011.

GOODFELLOW, I.; BENGIO, Y.; COURVILLE, A.. Deep learning. MIT press, 2016.

HILLIER, F.; LIEBERMAN, G. Introdução à Pesquisa Operacional, 9ª ed, Ed. McGraw-Hill, 2013.

## **BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)**

**1. Código da Vaga:** EPR-12.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia do Produto.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Industrial.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia de Produção ou em Desenvolvimento de Produto.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharia de Produção.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Engenharia do Produto. Interligação com Conceitos Econômicos.
- Característica Mercadológicas e Mapeamentos de Negócio.
- Produtos: Inovação e transferência de tecnologia universidade-empresa.
- Abordagens para Gestão de Desenvolvimento de produtos: Engenharia Simultânea, Stage-Gates, DIP, DFX.
- Desenvolvimento da Função de Qualidade (Quality Function Deployment – QFD).
- Engenharia de Valor. Registros de Engenharia. Tecnologia de Embalagem.
- Requisitos Ambientais e do Projeto. Confiabilidade do Produto.
- Eco designer e Marketing do Produto.
- Rotulação Ambiental e Certificação Verde.
- Metodologias de projeto para produtos inteligentes.

**6. Referências Sugeridas:**

BAXTER, M. Projeto de produto - Guia prático para o design de novos produtos. 3ed. Editora: Edgard Blücher, 2011.

CHENG, Lin Chih. QFD: desdobramento da função qualidade na gestão de desenvolvimento de produtos . 2. ed. rev. São Paulo: Blucher, 2010.

KAMINSKI, P. C. Desenvolvendo produtos com planejamento, criatividade e qualidade . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2000.

ROZENFELD, H.; FORCELLINI, F.A.; AMARAL, D.C.; TOLEDO, J.C.; SILVA, S.L.; ALLIPRANDINI, D.H.; SCALICE, R.K. Gestão de Desenvolvimento de Produtos: uma referência para a melhoria do processo . São Paulo: Saraiva, 2006.

## BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (EPR)

**1. Código da Vaga:** EPR-13.

**2. Nome da Vaga:** Engenharia Econômica.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia de Produção ou Engenharia Industrial ou Administração de Empresas ou Ciências Econômicas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Produção.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharia Econômica.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Matemática Financeira: conceito de juros; relações de equivalência; taxas nominais e efetivas; amortização de dívidas (Price, SAC e Misto).
- Ambiente econômico. Relações preço-demanda e custo-volume. Lei da oferta e da procura.

- Inflação e correção monetária.
- A abordagem do custeio baseado em atividade (ABC). Ponto de equilíbrio.
- Métodos de análise e seleção de investimento (TMA, VAUE, VUL, VPL, TIR, TRM, Pay-Back).
- Métodos de Substituição de equipamentos; aluguel, leasing e financiamentos.
- Risco, incerteza e análise de sensibilidade.
- Sistemas de amortização de dívidas.
- Utilização de simulação na Engenharia Econômica.
- Valoração Ambiental e Pegadas ecológicas.

#### **6. Referências Sugeridas:**

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto. Administração do Capital de Giro. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997. p.197.

GITMAN. Princípios de administração financeira. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

HIRDCHFELD, Henrique. Engenharia econômica e análise de custos. São Paulo: Atlas, 1998.

HUMMEL, Paulo Roberto Vampre. Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos: engenharia econômica - teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995

MAY, P. e SEROA da MOTTA, R. ( orgs.) Valorando a Natureza: Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1994.

MOTTA, R.M., CALÔBA, G.M. Análise de investimentos – tomada de decisão em projetos industriais. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

PUCCHINI, Abelardo. Matemática financeira, objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROSS, WESTERFELD E JAFFE. Administração financeira: corporate finance. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

## **BACHARELADO DE ENGENHARIA QUÍMICA (EQU)**

**1. Código da Vaga:** EQU-01.

**2. Nome da Vaga:** Mecânica das Estruturas.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Química ou em Engenharia de Alimentos.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharias II.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Indústrias de fermentação;
- Princípio de funcionamento do motor de indução trifásico;
- Indústria da alimentos: pães;
- A influência da queda de tensão nas instalações;
- Indústria de alimentos: Análise sensorial;
- Cinética dos Processos Bioquímicos;
- Microrganismos e meios de cultura de interesse industrial;
- Tensão e compressão: Normas para ensaio, Cálculo das forças atuantes em um corpo, Lei de Hooke, Cálculo da tensão de tração e compressão;

- Flexão: Forças cortantes, Cálculo da flexão em três e quatro pontos, Aplicação dos cálculos de flexão na engenharia química;
- Cisalhamento: Força de cisalhamento, Tensão de cisalhamento, Deformação de cisalhamento, Aplicação dos cálculos de resistência a tração e compressão na engenharia química.

#### 6. Referências Sugeridas:

SCHMIDELL, W.; LIMA, U. A.; AQUARONE, E.; BORZANI, W.- Biotecnologia Industrial (volumes 1, 2 e 3) , Editora Edgard Blücher Ltda., São Paulo, 2001.

BORZANI, W.; ALMEIDA LIMA, U.; AQUARONE, E . Engenharia Bioquímica – Coleção Biotecnologia , volume 2, Editora Edgard Blücher, 2001.

SHEREV, R. N.; BRINK, J. A. Industrias de Processos Químicos. 4<sup>a</sup> Ed. Guanabara. Rio de Janeiro: 1980.

PERRY & CHILTON, Manual de Engenharia Química , 5a edição, Guanabara Dois, 1973.

COULSON, J.M., RICHARDSON, J.F., Tecnologia Química II: Operações Unitárias, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977

SCHMIDELL, W et AL. Biotecnologia Industrial : Engenharia Bioquímica, Vol 2. 4 ° Ed. Edgard Blucher Ltda. São Paulo: 2011

ZANIN, M.; SHIMBO, I. Eletricidade aplicada a Engenharia. São Paulo: Edufscar. 2016. 106 p.

BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON, E. Resistência dos Materiais. São Paulo: Ed. Mc Graw-Hill do Brasil, 1982.

BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON, E. Mecânica Vetorial para Engenheiros - Estática. São Paulo: Ed. Mc Graw-Hill do Brasil, 1982

LACERDA, Flávio Suplicy. Resistência dos Materiais. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1995.

## BACHARELADO DE ENGENHARIA QUÍMICA (EQU)

### 1. Código da Vaga: EQU-02.

**2. Nome da Vaga:** Processos Industriais de Engenharia Química.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Química ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia II).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharias II.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Projeto químico: tipos de projetos e fases de desenvolvimento;
- Comparação de alternativas de investimento;
- Índices Sociais de Avaliação de Projetos;
- Métodos usados quando sob Condições de Incerteza e Risco;
- Estimativa de custo de capital e de produção;
- Segurança Química em laboratórios;
- Ergonomia na Indústria Química;
- Normas Regulamentadoras – NR's;
- Processo Evolutivo das Empresas: Modelo de Adizes; Modelo de Greiner;
- Empreendedorismo social e sustentável;

**6. Referências Sugeridas:**

- G. J. THUESEN E W. J. FABRYCRY - Engineering Economy, 8 a Edição, Prentice Hall, 1993.
- G. D. ULRICH . A Guide to Chemical Engineering Process Design and Economics , John Wiley & Sons, 1984.
- GREEN, D. W.; MALONEY, J.O. Perry's Chemical Engineers Handbook. 7. ed. New York: McGraw-Hill Professional, 1997
- ADIZES, I. Os Ciclos de Vida das Organizações. São Paulo: Pioneira, 1993.
- QUINN, R. E.; et al. Competências gerenciais: princípios e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- R. H. PERRY E C. H. CHILTON. Manual de Engenharia Química - 5a Edição, Guanabara Dois, 1986.
- HAPPEL, J. Chemical Process Economics: John Wiley & Sons, Inc., New York, 291 p
- PETER, M.S; TIMMERHAUS, K.D. Plant Design and Economics for Chemical Engineers , McGraw- Hill Chemical Engineering Series, New York, 2003.
- BURGESS, William A.. Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais. Belo Horizonte: Ergo, 1997
- MENDES, René. DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. São Paulo, Disponível em: Rev. Saúde Pública [online]. 1991
- MOTTEL, William J.; LONG, Joseph F.; MORRISON, David E. Industrial safety is good business: the DuPont story. New York: Van Nostrand Reinhold, c1995.

## BACHARELADO DE ENGENHARIA QUÍMICA (EQU)

**1. Código da Vaga:** EQU-04.

**2. Nome da Vaga:** Operações Industriais e Equipamentos para Engenharia Química (Modelagem).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Engenharia Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Química ou em Engenharia Mecânica ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia II).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Engenharias II.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Solução de equações diferenciais por Transformada de Laplace e aplicações na Engenharia Química;
- Componentes básicos de um sistema de controle: Válvulas de controle e Controladores;
- Simuladores de processos: técnica modular sequencial e técnica orientada a equações;
- Projeto de Sistemas de Controle de Única Malha: Malha de controle com Realimentação;
- Instrumentação industrial para controle de temperatura e controle de nível;
- Instrumentação industrial para controle de pressão e controle de vazão: Tipos, teoria de funcionamento e aplicações;
- Modelagem e Simulação de Processos em Regime Transiente: Sistemas de equações diferenciais ordinárias;
- Aplicações de simulações de processo em regime transiente;
- Projeto de processos e sistemas de controle para unidades de adsorção;
- Destilação binária e multicomponente: estratégias avançadas de controle;

**6. Referências Sugeridas:**

PERLINGEIRO, C. A. G. Engenharia de processos: análise, simulação, otimização e síntese de processos químicos. Blucher, 2005.

CONGHANOR, D.R., KOPPEL, L.B., Process Systems Analysis and Control. McGraw Hill, NY, 1985.

MARLIN, T. E., Process Control - Designing Processes and Control-Systems for Dynamic Performance. McGraw-Hill International Ed. 1995

BASSANEZI, R.C. Ensino - aprendizagem com Modelagem Matemática. São Paulo: Contexto, 2002

KWONG, W. H. Resolvendo problemas de engenharia química com software livre Scilab. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

OGATA, K. Engenharia de Controle Moderno. 5 ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

KWONG, W. H. Introdução ao controle de processos e à instrumentação utilizando Scicos. São Carlos: EdUFS-Car, 2011.

SMITH, C.A., CORRIPIO, A. Princípios e Prática do Controle Automático de Processo. 3 ed. LTC. 2008.

## BACHARELADO DE ENGENHARIA QUÍMICA (EQU)

### 1. Código da Vaga: EQU-05.

**2. Nome da Vaga:** Operações de Separação e Mistura.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Engenharia Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Química ou em Engenharia Mecânica ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia II).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Engenharias II.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Fundamentos de transferência de momentum, energia e massa;
- Transferência de Calor por Condução;
- Transferência de Calor por Convecção;
- Operação em leito de adsorção;
- Condução de calor transiente;
- Trocadores de calor;
- Controle estatístico de qualidade;
- Secagem e aplicação;
- Evaporadores;
- Operações de lixiviação de minérios com operação em batelada;

### 6. Referências Sugeridas:

INCROPERA, F. P. et al. Fundamentos de transferência de calor e de massa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 643 p

KREITH, F. Princípios da transmissão de calor . São Paulo THOMSON PIONEIRA, 2003 550 p.

SISSOM, L. E.; PITTS, D. R. Fenômenos de transporte. Rio de Janeiro: LTC, 1979. 765 p

WELTY, J. R. et al. Fundamentals of momentum, heat, and mass transfer. 4. ed. New York: J. Wiley, c2001. 759 p.

BIRD, R. B.; STEWART, W. E.; LIGHTFOOT, E. N. Fenômenos de transporte. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. 838 p.

BENNETT, C. O.; MYERS, J. E. Fenômenos de transporte: quantidade de movimento, calor e massa . São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

KERN, D. Q. Processos de transmissão de calor. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987;

B. DE BARROS NETO, I. S. SCARMINIO E R. E. BRUNS, Como fazer experimentos, Artmed Editora Ltda. (Bookman), 2010.

BARROS NETO, BENÍCIO; SCARMINIO, IEDA SPACINO. BRUNS, ROY EDWARD. Planejamento e otimização de experimentos: Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

## BACHARELADO DE ENGENHARIA QUÍMICA (EQU)

### 1. Código da Vaga: EQU-07.

### 2. Nome da Vaga: Água.

#### 2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

#### 2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

#### 3.1. Graduação: Engenharia Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Engenharia Química ou em Engenharia Sanitária ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Engenharia II).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Engenharias II.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Características físicas, químicas e biológicas da água;
- Tecnologias de tratamento da água;
- Sistemas de tratamento de efluentes: ETE;
- Lagoas de estabilização e variantes.
- Gestão do Saneamento;
- Indústria Cerâmica;
- Indústria do carbono;
- Indústria do fósforo;
- Indústria do ácido sulfúrico;
- Indústria eletrolítica;

### 6. Referências Sugeridas:

SHEREV, R. N.; BRINK, J. A. Indústrias de Processos Químicos. 4<sup>a</sup> Ed. Guanabara. Rio de Janeiro: 1980.

PERRY & CHILTON, Manual de Engenharia Química, 5ª edição, Guanabara Dois, 1973.

COULSON, J.M., RICHARDSON, J.F., Tecnologia Química II: Operações Unitárias, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977

ABDALLA DE MOURA, L. A. Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e implantação da ISO 14001. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 5ª edição de 2008 ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 14001, 14004, 19011 e demais normas da série ISO 14000.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2 ed. São Paulo: Editora Oficina dos Textos, 2013.

SCHIAVO, M.L. Sistemas e processos de tratamento de águas de abastecimento. Orgs. Luis Alcides Schiavo Miranda e Luis Olinto Monteggia. - Porto Alegre: (S. n.), 2007. 148p.

LIBÂNIO, MARCELO. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. Campinas: Átomo, 2008.

RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.

DI BERNARDO, L DANTAS, A. Métodos e técnicas de tratamento de água. V. 01/02. RIMA 2005 – 2 ed.

## LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS COM HABILITAÇÃO EM BIOLOGIA (LCB)

### 1. Código da Vaga: LCB05.

2. Nome da Vaga: Morfofisiologia Humana e Comparada.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Ciências Biológicas ou Ciências Naturais.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Biociência Animal ou em Biologia Estrutural ou em Biologia Estrutural e Funcional ou em Ciências Morfofuncionais ou em Ciências Morfológicas ou em Ciências Fisiológicas ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Morfologia).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Morfologia.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Organização geral das células procariotas e eucariotas, e diferenciação celular;
- Superfície Celular: estrutura da Membrana Celular e Parede Celular e mecanismos de transporte através da membrana celular;
- Gametogênese, tipos de ovos, gastrulação e neurulação comparada entre animais;
- Histologia do tecido epitelial: análise comparativa e evolutiva entre vertebrados;
- Histologia do tecido muscular: análise comparativa e evolutiva entre vertebrados;
- Morfofisiologia do Sistema cardiovascular: análise comparativa e evolutiva entre vertebrados;
- Morfofisiologia do Sistema Excretor: análise comparativa e evolutiva entre vertebrados;
- Morfofisiologia do Sistema Reprodutor: análise comparativa e evolutiva entre vertebrados;
- Morfofisiologia do Sistema Nervoso: análise comparativa e evolutiva entre vertebrados;
- Conceito e Princípios de Bioética;

### 6. Referências Sugeridas:

KARDONG, K.V. Vertebrados: Anatomia Comparada, Função e Evolução. 7 ed., Roca. 2016. 824 p.

LIEM, K. F.; BERMIS; E.W.; WALKER JUNIOR, W.F.; GRANDE, L. Anatomia funcional dos vertebrados: uma perspectiva evolutiva. 3 ed. Sao Paulo, SP: CENCAGE, 2013.

HILDEBRAND, M.; GOSLOW, G. 2006. Análise da estrutura dos vertebrados . 2a Ed.. Editora Atheneu.

ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 864 p.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2012. 364p.

GARCIA, S.M.L.; FERNÁNDEZ, C.G. Embriologia. 3 ed., Porto Alegre: Artmed. 2012. 668 p.

JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. 13 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2017. 568p

GEORGE, L.L.; CASTRO, R.R.L. Histologia Comparada. 2 ed. Roca, 1998, 298p.

TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. 10 ed. Porto Alegre: Artmed. 2016. 704p.

TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Princípios de Anatomia e Fisiologia. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016. 1216p.

VANPUTTE, C. L.; REGAN, J.L.; RUSSO, A.F. Anatomia e fisiologia de Seeley. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. 1267P.

BETIOLI, A. B. Bioética: A Ética da Vida. 2 ed. São Paulo: Ltr Editora. 2015. 184p.

BONAMIGO, E. L. Manual de Bioética: Teoria e Prática. 3 ed. São Paulo: All Print. 2015. 360 p.

CARDOSO, J. V. Bioética e Argumentação: Possibilidades para o consenso racional em sociedades complexas e plurais. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora. 2015. 368p.

DINIZ, D.; GUILHEM, D. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002. 69 p. (Coleção primeiros passos; 315).

MACHADO, A.P. Bioética na Prática: Casos Médicos em Análise. 1 ed. Rio de Janeiro: Doc Editora. 2016,142.

## LICENCIATURA EM FILOSOFIA (LFL)

### 1. Código da Vaga: LFL-01.

2. Nome da Vaga: História da Filosofia.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Em qualquer área do conhecimento.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Filosofia.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Filosofia antiga, Filosofia medieval, Filosofia geral e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- O método da definição em Sócrates
- O uno e o múltiplo
- A teoria das formas de Platão
- A noção de “causalidade” no helenismo
- A noção de “substância” em Aristóteles
- O problema dos universais na Filosofia Medieval
- O problema do tempo na Filosofia Medieval
- A questão da justiça na Filosofia Antiga
- O bem e a ideia de causalidade
- A existência de Deus

### 6. Referências Sugeridas:

AGOSTINHO, S Confissões. 10. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.

ANSELMO Monologio; Proslógio; A Verdade; O gramático; Lógica; A história das minhas calamidades. Tradução Angelo Ricci. 1.ed. São Paulo: Abri Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução de Giovanni Reale. Vol. II. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BERTI, E. Novos Estudos Aristotélicos. São Paulo: Edições Loyola, 2010. (2 vols.)

CASERTANO, G. Paradigmas da Verdade em Platão. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

CASSIN, B. Aristóteles e o Lógos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

CASSIN, B. O Efeito Sofístico. São Paulo: Editora 34, 2002.

COLLI, G. A Sabedoria Grega. São Paulo: Paulus, 2013. (2 vols.)

FERRARI, F.; DONINI, P. O Exercício da Razão no Mundo Clássico. São Paulo: Annablume Clássica, 2012.

GUTHRIE, W. K. C. Os Sofistas. São Paulo: Paulus, 2007 (1995, 1ª ed.).

HADOT, P. Elogio da Filosofia Antiga. São Paulo: Edições Loyola, 2

JAEGER, Werner. Paidéia. A Formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 20

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Os Filósofos Pré-Socráticos. Tradução de Carlos Alberto Louro Fonseca. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

PLATÃO. Diálogos. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 13 volumes.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2005.

## LICENCIATURA EM FILOSOFIA (LFL)

### 1. Código da Vaga: LFL-02.

### 2. Nome da Vaga: Metafísica.

#### 2.1. Número de Vagas: 2 (duas).

#### 2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

#### 3.1. Graduação: Em qualquer área do conhecimento.

#### 3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Filosofia.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Metafísica; Filosofia Contemporânea; Filosofia geral e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- O problema dos universais
- Determinismo e livre-arbítrio
- O problema ontológico do Ser
- Nihilismo, Desejo e Vontade
- Dialética, Idealismo e Materialismo
- A relação entre “força” e “vida” na ontologia Bantu
- Ubuntu e o problema da alteridade
- A concepção onto-triádica ubuntu de ser
- A questão do ser na concepção egípcia
- Cosmologias africanas

### 6. Referências Sugeridas:

ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução de Giovanni Reale. Vol. II. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CARNEIRO, A. S. A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser. São Paulo: FUESP, 2005.

CASTIANO, José P. Referenciais da Filosofia Africana: em busca da intersubjectivação. Maputo: Ndjira, 2010.

CORNELL, Drucilla. As relações entre o “eu” e o “outro”: o Ubuntu como prática ética da singularidade. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Ed. 253, p. 23-26, dez/2010.

DIOP, Cheikh Anta. Nations nègres et culture. De l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui. Paris: Présence Africaine, 1990.

HEGEL, G. W. Filosofia da História. Tradução de Hans Harden Maria Rodrigues. Brasília: UnB, 1999. HESSE, J. Teoria do Conhecimento. Coimbra: Sucessor, 1979.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 1988.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Ubuntu como vivência del humanismo africano bantú. Devenires. Vol. 27, 2013.

MAZRUI, Ali A.; AJAYI, J.F. Ade; BOAHEN, A. Adu; TSHIBANGU, Tshishiku. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (orgs.). História Geral da África. Volume VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MORAES, Marcelo; BITETI, Mariane. Ontologia Ubuntu: natureza ser/com homem. Livro de atas do EIBEA, 2019.

NIETZSCHE, F. A gaia ciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OBENGA, Théophile. La Philosophie Africaine de la période pharaonique: 2780-330 avant notre ère. Paris: L'Harmattan, 1990.

RAMOSE, Mogobe B. African Philosophy through Ubuntu. Harare: Mond Books, 1999. SCHOPENHAUER, Arthur. O Mundo como Vontade e Representação. São Paulo: Unesp, 2010.

TEMPELS, Placide. La philosophie bantoue. Paris: Présence Africaine, 1945.

## LICENCIATURA EM FILOSOFIA (LFL)

**1. Código da Vaga:** LFL-05.

**2. Nome da Vaga:** Epistemologia.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Em qualquer área do conhecimento.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Filosofia.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Teoria do Conhecimento, Filosofia Moderna, Filosofia geral e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Natureza e Limites do Conhecimento;
- Método e Conhecimento
- Razão e experiência;
- A dimensão social do conhecimento;
- Cognição e conhecimento;
- Causalidade e explicação;
- Definição e critérios de verdade;
- Epistemologias feministas;
- Epistemologias ameríndias;
- Filosofia africana e afrodiaspórica.

**6. Referências Sugeridas:**

DESCARTES, R. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FREGE, G. Os Fundamentos da Aritmética. São Paulo: Abril, 1980. HESSE, J. Teoria do Conhecimento. Coimbra: Sucessor, 1979.

NORRIS, C. Epistemologia: Conceitos-chave em Filosofia. Artmed. Porto Alegre: 2007.

HARAWAY, Donna. 'Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial'. Cadernos Pagu (5), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-42.

HARDING, Sandra. 'A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.' Revista Estudos Feministas 1 (1), 1993, pp.7-31.

HEGEL, G. W. Filosofia da História. Tradução de Hans Harden Maria Rodrigues. Brasília: UnB, 1999.

HESSE, J. Teoria do Conhecimento. Coimbra: Sucessor, 1979.

HUME, D., Investigações Sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral, São Paulo: UNESP, 2004; Baraúna, São Paulo: Abril Cultural 1984

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LEIBNIZ, G., *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano*, tradução de Luiz João

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

POINCARÉ, Henri. *A Ciência e a Hipótese*. Brasília: Ed. UnB, 1988.

POPPER, K. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1972.

RUSSELL, B. *Nosso Conhecimento do Mundo Exterior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHLICK, Moritz. *Coletânea de Textos. Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; *A Inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*; São Paulo: Cosac Naify; 2011.

## LICENCIATURA EM FILOSOFIA (LFL)

**1. Código da Vaga:** LFL-06.

**2. Nome da Vaga:** Filosofia da Educação e Filosofia Geral.

**2.1. Número de Vagas:** 3 (três).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Em qualquer área do conhecimento.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Filosofia ou em Educação com o objeto de estudo em Filosofia.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Filosofia da Educação e Filosofia Geral.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Concepções filosóficas de educação na paideia grega.
- Concepções filosóficas de educação na contemporaneidade.
- Articulações entre filosofia, formação e subjetivação.
- Contexto recente do ensino de filosofia no Brasil (2000-2022): Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Objetos da filosofia e indicativos de múltiplos discursos didáticos: didática e transmissibilidade da filosofia
- Articulações entre o saber filosófico e os demais saberes: inter e transdisciplinaridades da filosofia.
- Educação em tempos de barbárie.
- Educação, gênero e diversidade.
- Educação e Direitos Humanos.
- Leitura e escrita na elaboração do pensamento reflexivo.

**6. Referências Sugeridas:**

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEÃO, Delfim Ferreira; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu. *Cidadania e Paideia na Grécia antiga*. São Paulo: Annablume Clássica; Coimbra: CECH, 2011.

PAGNI, Pedro; SILVA, José D. (orgs.). *Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história*. São Paulo: Avercamp, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 2011.

GALLO, Sílvio. *Deleuze & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

- VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- PAGNI, Pedro Angelo. Experiência estética, formação humana e arte de viver. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- RÖHR, Ferdinand (Org.). Diálogos em educação e espiritualidade. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- CERLETTI, Alejandro. O ensino de filosofia como problema filosófico. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CANDIDO, Celso; CARBONARA, Vanderlei (Org.). Filosofia e ensino: um diálogo transdisciplinar. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2004.
- SILVEIRA, Renê J. T.; GOTO, Roberto (Orgs). Filosofia na escola: diferentes abordagens. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- SILVEIRA, Renê J. T.; GOTO, Roberto (Orgs). Filosofia no ensino médio: temas, problemas e propostas. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos, uma história. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. Políticas da escrita. São Paulo: Editora 34, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita arte e livros. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLP)

**1. Código da Vaga:** LLP-01.

**2. Nome da Vaga:** Educação Especial -Libras.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Letras com habilitação em LIBRAS ou Letras com PROLIBRAS/Superior.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou em Linguística ou em Linguística Aplicada ou em Estudos da Linguagem ou em Educação, todas as pós graduações requisitadas com o objeto de estudo em LIBRAS.

**4. Áreas de Conhecimento:**

LIBRAS e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- A formação de professores para educação de surdos;
- Organização e funcionamento da LIBRAS
- Libras como marcador identitário e cultural
- Alfabetização e letramento em Libras
- Fonologia da Língua Brasileira de Sinais.
- A sintaxe dos verbos de concordância e sem concordância na LIBRAS
- Aquisição da linguagem e aquisição da língua de sinais para surdos e ouvintes;
- A relação sintático-semântica dos verbos em LIBRAS
- Processos de modificação de sinais: incorporação de numeral em LIBRAS
- Expressões faciais em Libras: modulações dos sinais, expressões gramaticais e expressões afetivas.

## 6. Referências Sugeridas:

- BRASIL. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais. Secretaria Estadual Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba, PR: SEE/SUED/DEE, 1998.
- DEDINO, M. Incorporação de numeral na Libras. In: ALBRES, N. A.; XAVIER, A. N. (Org.). Libras em estudo. São Paulo: FENEIS, pp. 123-139. 2012.
- FARIA, Evangelina Maria Brito de; ASSIS, Maria Cristina de.(org). Língua portuguesa e LIBRAS: teorias e práticas. Editora Universitária; João Pessoa,UFPB, 2011.
- FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003
- FERREIRA, L. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Tempo Brasileiro UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.
- QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.
- QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLP)

### 1. Código da Vaga: LLP-02.

2. Nome da Vaga: Linguística.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. **Graduação:** Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas.

3.2. **Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou em Linguística ou em Linguística Aplicada ou em Estudos da Linguagem.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Teoria e análise linguística, sociolinguística e dialetologia e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Teorias Linguísticas de Orientação Formalista
- Teorias Linguísticas de Orientação Funcionalista
- Linguística textual: Aspectos históricos, conceituais e metodológicos.
- Morfologia: Morfemas e processos morfológicos
- Fonética e Fonologia: estrutura da sílaba no português brasileiro
- Teoria semiótica: o percurso gerativo de sentido
- Psicolinguística: compreensão e produção da linguagem
- Análise do discurso: Sujeito e Heterogeneidade Discursiva
- Sintaxe: A estrutura sintagmática do português
- Semântica e Pragmática: interseções

### 6. Referências Sugeridas:

- BARROS, Diana L. P. Teoria do discurso: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.
- BRANDÃO, H. H. N. Introdução à análise do discurso. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012
- CAVALIERE, Ricardo. Pontos essenciais em fonética e fonologia. Rio Janeiro: Nova Fronteira,2010.
- FIORIN, J. (Org.). Introdução à Linguística: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2003.
- FIORIN, J. (Org.). Introdução à Linguística: Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.
- MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística 1: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M.C.S.; KOCH, I.V. Linguística aplicada ao português: Morfologia. São Paulo: Cortez, 2001.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLP)

**1. Código da Vaga:** LLP-03.

**2. Nome da Vaga:** Letras (Língua Portuguesa).

**2.1. Número de Vagas:** 3 (três).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou em **Língua Portuguesa** ou em **Linguística** ou em **Linguística Aplicada** ou em **Estudos da Linguagem** ou em **Educação** ou em **Ensino**, todas as pós-graduações requisitadas com o objeto de estudo em língua portuguesa.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Língua portuguesa, metodologia do ensino de língua portuguesa, estudos dos gêneros discursivos ou textuais, componente de língua portuguesa.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- O eixo Análise Linguística e o ensino de gramática de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- O ensino de LP por meio dos gêneros discursivos/textuais de acordo com a BNCC: teoria e prática;
- O eixo Oralidade e o ensino da produção de textuais orais de acordo com a BNCC;
- Morfossintaxe da língua portuguesa: as classes de palavras e sua relação com os termos da oração;
- Os multiletramentos e as novas concepções para o ensino de língua portuguesa;
- As consoantes do sistema fonético da língua portuguesa: pontos e modos de articulação;
- Letramentos acadêmicos: a produção textual no ambiente universitário;
- O sistema de casos latino: nominativo, vocativo, acusativo, dativo, genitivo e ablativo;
- A avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa: discussão e apresentação de diferentes modalidades de avaliação;
- O uso dos mecanismos de coesão textual na produção de textos escritos de diferentes gêneros discursivos/textuais.

**6. Referências Sugeridas:**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

CRISTÓFARO SILVA, Thaís. Fonética e Fonologia do Português: Roteiro de Estudos e Guia de Exercícios. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica. 1 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

ROJO, R.; MOURA, E. Letramentos, mídias, linguagens. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SAUTCHUK, Inez. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2ª ed. Barueri: Manole, 2010

TRAVAGLIA, Luiz C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2008.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLP)

**1. Código da Vaga:** LLP-04.

**2. Nome da Vaga:** Literatura.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Letras) com o objeto de estudo em Literaturas.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Teoria Literária, Literatura Brasileira, outras Literaturas vernáculas e os componentes curriculares correlatos..

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Umberto Eco e o conceito de obra aberta.
- O leitor na obra O demônio da teoria de Antoine Compagnon.
- O engajamento social na poesia de Cesário Verde
- O aspecto político na obra Bolor de Augusto Abelaira.
- A carta de Pero Vaz de Caminha: a literatura de viagem.
- A loucura e a crítica social no conto O Alienista de Machado de Assis.
- O experimentalismo no Catatau de Paulo Leminski.
- O gênero narrativo na produção literária da época clássica na Literatura Ocidental.
- James Joyce e a técnica da Epifania: as influências nos escritores brasileiros.
- O gênero poesia na Literatura Infanto-Juvenil

**6. Referências Sugeridas:**

BOSI, Alfredo. Machado de Assis: o enigma do olhar. São Paulo: Ática, 1999

CARVALHO, Tida. O Catatau de Paulo Leminski. (Des)coordenadas cartesianas. São Paulo: Cone Sul, 2000.

CASTRO, Sílvio. A Carta de Pero Vaz de Caminha. O descobrimento do Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1996.

COELHO, Nelly Novaes. Escritores Portugueses. Brasília: Imprensa Nacional, 2013

COELHO, Nely Novaes. Literatura Infantil. Teoria. Análise. Didática. São Paulo: Moderna, 2008.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

CORREIA, Amélia Maria Loureiro. Ler Cesário Verde. São Paulo: Almedina, 2012.

DIONISIO, Angela P; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. Gêneros Textuais e ensino. São Paulo: Parábola, 2010.

D'ONOFRIO, Salvatore. Literatura Ocidental: Autores e obras fundamentais. São Paulo: Ática, 2007.

ECO, Umberto. Obra Aberta. São Paulo: Perspectiva, 2015.

NESTROVSKI, Arthur (a cura de). Riverrun. Ensaio Sobre James Joyce, Rio de Janeiro: Imago, 1992.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLE)

**1. Código da Vaga:** LLE-01.

**2. Nome da Vaga:** Língua e Literaturas de língua espanhola.

**2.1. Número de Vagas:** 3 (três).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Letras com habilitação em Língua Espanhola e respectivas Literaturas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou em Linguística ou em Linguística Aplicada ou em Estudos da Linguagem ou em Literatura ou em Educação **ou em Ensino, todas as pós graduações requisitadas com o objeto de estudo em Língua Espanhola ou Literatura Espanhola.**

**4. Áreas de Conhecimento:**

Língua Espanhola; Literatura Espanhola; Literatura Hispanoamericana; e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Aspectos fonéticos y fonológicos de la Lengua Española
- La estructura morfológica y contexto de uso de las formas verbales de los Pretéritos de indicativo en la Lengua Española
- La estructura morfológica y contexto de uso de las conjunciones en la Lengua Española
- La producción literaria en España en el siglo XVIII: contexto, autores y obras
- El romanticismo en la Hispanoamérica
- Las nuevas tecnologías y la enseñanza de E/LE
- La enseñanza de la Literatura en clases de E/LE
- El uso de los géneros discursivos en clases de E/LE
- Evaluación y enseñanza de E/LE
- El error y la corrección en la oralidad y en la escrita en clases de E/LE

**6. Referências Sugeridas:**

AGUIRRE, C. Manual de morfología. Barcelona: Castalia editorial, 2013.

ANTÓN, M. Métodos de evaluación de ELE. Madrid: Arco, 2013.

BARTON, D; LEE, C. Linguagem online: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola, 2015.

BELLINI, G. Nueva historia de la literatura hispanoamericana. Madrid: Castalia, 1997.

DELGADO, M. P. N. Aproximación didáctica a la lengua y la literatura. Madrid: Síntesis, 2014.

DOLADER, D. S. Morfología y español como lengua extranjera (E/LE). Zaragoza/España: Editorial Prensas universitarias de Zaragoza, 2009.

FERNÁNDEZ, I. G. M. E.; BAPTISTA, L. M. T. R. La enseñanza de lenguas extranjeras y la evaluación. Madrid: Arco, 2010.

GÓMEZ TORREGO, L. Gramática didáctica del español. São Paulo: Edições SM, 2005. KERSCH, D. F.; COSCARELLI, C; CANI, J. B. (org.). Multiletramentos e multimodalidade: ações pedagógicas aplicadas à linguagem. Campinas: Pontes, 2016.

MOLERO, A. El español de España y el español de América: colección prácticos ELE. SM: GRUPO EDITORIAL, 2003.

OVIEDO, J. M. Historia de la Literatura Hispanoamericana 2: del romanticismo al modernismo. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

RODRÍGUEZ, C. F. La gramática de la cortesía en español/LE. Madrid: Arco, 2010.

ROJO, R (org). Escola conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.

ROJO, R; MOURA, E. (org). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012. SERRA, M. L. de A.; BERTELEGGNI, M. D. C.; ABREU, R. M. M. Fonética aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera. SM: GRUPO EDITOR.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLE)

### 1. Código da Vaga: LLE-02.

**2. Nome da Vaga:** Língua e Literaturas de língua Francesa.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Letras com habilitação em Língua Francesa e respectivas Literaturas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou em Linguística ou em Linguística Aplicada ou em Estudos da Linguagem ou em Literatura ou em Educação **ou em Ensino**, todas as pós-graduações requisitadas com o objeto de estudo em Língua Francesa ou Literatura Francesa.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Língua Francesa; Literatura Francesa; Literatura Francófona; e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Le multimédia et l'enseignement de FLE.
- Enseignement de langues: de L'approche communicative à l'approche actionnelle.
- La place de la littérature dans l'enseignement du français.
- Le Français sur Objectifs Spécifiques et Universitaires (FOS / FOU).
- Liaisons et enchainements du français
- L'expression de l'hypothèse au présent, au passé et au futur;
- L'approche de la grammaire en classe de FLE.
- Les aspects culturels dans l'enseignement du FLE.
- L'enseignement du FLE par les genres textuels.
- La place de l'erreur dans l'enseignement/apprentissage de langues étrangères.

### 6. Referências Sugeridas:

ABDALLAH-PRETCEILLE, M.; L. PORCHER, L. Education et communication interculturelle. Paris : Presses Universitaires de France, 1996.

DE CARLO, M. L'interculturel. Paris: Clé International, 1998.

MANGENOT, François et LOUVEAU, Elisabeth. Internet et la classe de langue. Paris: CLE International, 2006.

TAGLIANTE, Christine. La classe de langue. Paris: CLE International, 2006.

ROUXEL, A. Enseigner la lecture littéraire. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996.

ALBERT, M.-C. ; SOUCHON, N. Les textes littéraires en classe de langue. Paris :Hachette, 2000.

BEACCO, Jean-Claude. La didactique de la grammaire dans l'enseignement du français et des langues. Paris : Didier, 2010.

BESSE, H. ; PORQUIER, R. Grammaires et didactique des langues. Paris : Didier, 2008.

GREGOIRE, M. KOSTUCK, A. Grammaire Progressive du Français. Perfectionnement. SEJER: CLE International, 2012.

MOURLHON-DALLIES, F. Enseigner le français à des fins professionnelles. Paris: Didier, 2008.

MANGIANTE, J.-M. & Parpette C. Le Français sur Objectifs Spécifiques. Paris: Hachette, 2004.

NASCIMENTO, E. L. (Org.) Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino. São Carlos: Ed. Claraluz, 2009.

CHAMPAGNE-MUZAR, C., BOURDAGES, J. Le point sur la phonétique. Paris: Clé International, 1993.

CALLAMAND, Monique. Méthodologie de l'enseignement de la prononciation. Paris: CLE International, 1983.

CHARLIAC ET. al. Phonétique progressive du français. Paris: Clé International, 2012.

ASTOLFI, J. -P. L'erreur, un outil pour enseigner . Paris, E.S.F.1997.

## LICENCIATURA EM LETRAS (LLE)

### 1. Código da Vaga: LLE-03.

**2. Nome da Vaga:** Língua e Literaturas de língua Inglesa.

**2.1. Número de Vagas:** 4 (quatro).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Letras com habilitação em Língua Inglesa e respectivas Literaturas.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Letras ou em Linguística ou em Linguística Aplicada ou em Estudos da Linguagem ou em Literatura ou em Educação **ou em Ensino**, todas as pós-graduações requisitadas com o objeto de estudo em Língua Inglesa ou Literatura Inglesa.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Língua Inglesa; Literatura Inglesa; Literatura Norte-Americana; e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- The new technologies and teaching of ILE
- Phonetics and phonological aspects of the English language
- Literature in English language teaching
- The Shakespeare's Sonnets
- The Lovecraft's futuristic vision in "Do Androids Dream of Electric Sheep?" (Blade Runner)
- Predictions and possibilities about the future Modals: will, may, might
- The teaching of grammar in the English class foreign language
- The Culture in Language Teaching
- Teaching Foreign Language Through Textual Genres
- Error management in efl classes

### 6. Referências Sugeridas:

BARTON, D; LEE, C. Linguagem online: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola, 2015.

BRADLEY, Sculley et al. The American Tradition in Literature. New York: Randon House, 1985.

BURGESS, Anthony. A literatura Inglesa. São Paulo. Ática, 2008.

FURTADO, Filipe. O fantástico: procedimentos de construção narrativa em H.P. Lovecraft. Rio de Janeiro: Dialogarts Publicações, 2017

LOVECRAFT, Howard Phillips. O horror sobrenatural na literatura. Trad. João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

ROACH, Peter. English Phonetics and Phonology: a practical course. 2nd ed. Cambridge: CUP, 1991.

ROJO, R (org). Escola conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.

SHAKESPEARE, William. Complete Sonnets. New York: Dover Publications, 1995.

HOLDEN, S. O ensino da língua inglesa nos dias atuais. São Paulo, SBS, 2009.

EASTWOOD, J. Oxford practice grammar. 2. ed. Oxford University Press, 2002.

HEWINGS, M. Advanced grammar in use. 7. ed. Cambridge University Press, 2002.

BYRNES, H. (1991). Reflections on the development of cross-cultural communicative competence in the foreign language classroom. In B. F. Freed (Ed.). Foreign language acquisition research and the classroom. Lexington, MA: D.C. Heath, 205-218.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. A communicative grammar of English. Longman, 1988.

CRYSTAL, David. Rediscover Grammar. London: Longman, 1999.

- KRAMSCH, C. (1993). Context and Culture in Language Teaching. Oxford: Oxford University Press.
- MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S. A university grammar of English. 18th ed. Londres: Longman, 1987.
- CRISTOVÃO, V. L. L. Modelo didático de gênero como instrumento para formação de professores. In: MEURER, J. L.; MOTA-ROTH, D. (Org.) Gêneros Textuais. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BARTRAM M.; WALTON, R. (1991). Correction: A positive Approach to Language Mistakes. Language Teaching Publications: LTP.
- CARROLL, S.; SWAIN, M.; ROBERGE, Y. The role of feedback in adult second language acquisition: error correction and morphological generalizations. Applied Psycholinguistics. V.13, n. 2, p.173- 198, 1992.

## LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

### 1. Código da Vaga: LMT-01.

2. Nome da Vaga: Matemática.

2.1. Número de Vagas: 3 (três).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Matemática.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Álgebra ou em Análise ou em Geometria e Topologia ou em Matemática Aplicada ou em Ensino de Ciências e Matemática.

4. Áreas de Conhecimento:

Análise funcional, análise complexa, análise funcional não-linear, equações diferenciais ordinárias, equações diferenciais parciais e os componentes curriculares correlatos.

5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Espaços vetoriais normados e Espaços de Banach.
- Topologia fraca.
- Teorema de Hahn-Banach e aplicações.
- Teorema da limitação uniforme. Teorema do gráfico fechado. Teorema da aplicação aberta.
- EDO de primeira ordem.
- EDO de segunda ordem.
- Números complexos e derivadas de Funções complexas.
- Sequências e séries numéricas.
- Princípio da indução finita e suas aplicações.
- Teorema do ponto fixo e suas aplicações

6. Referências Sugeridas:

BACHMAN, G. & NARICI, L. Functional Analysis. Academic Press, New York, 1966.

BREZIS, H. Analyse Fonctionnelle; Théorie et Applications. Masson, Paris, 1983.

KOLMOGOROV, S. N. & FOMIN, S. V. Introductory Real Analysis, Dover, PrenticeHall, New York, 1975.

KREYSZIG, E. Introductory Functional Analysis With Applications. John Wiley, New York, 1989.

LIMA, Elon Lages. Curso de Análise, vol1, 12ª ed. Projeto Euclides, IMPA, 2013

## LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

### 1. Código da Vaga: LMT-02.

2. Nome da Vaga: Estatística.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Estatística ou Matemática.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Probabilidade e Estatística ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Probabilidade e Estatística).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Fundamentos da estatística, estatística básica, estatística aplicada, estatística inferencial e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Medidas de Posição e Variabilidade.
- Teorema de Bayes e independência de eventos.
- Estimação: tipos de amostragem e distribuição amostral.
- Estimação pontual e propriedades de um estimador.
- Intervalo de confiança para média e proporção.
- Fundamentos da Estatística descritiva;
- Testes não-paramétricos;
- Regressão linear simples e correlação;
- Probabilidade e distribuição de probabilidades;
- Teoria Geral dos Processos Estocásticos.

**6. Referências Sugeridas:**

PASTANA, C.; DE ABREU, J. Introdução à Estatística Educacional. Editora CRV, 2022

TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC. 2005. 410p.

VIEIRA, S. Bioestatística: Tópicos Avançados. Editora Campos. 2003. 212p.

DOWNING, D. et al. Estatística Aplicada. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRAULE, R. Estatística Aplicada com Excel. São Paulo: Campus, 2001

MONTGOMERY, D. C. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

M. N. Magalhães, A. C. Pedroso de Lima, Noções de Probabilidade e Estatística. 7ª ed., 2ª reimpressão revista, São Paulo: Edusp, 2013.

W. O. Bussab, P. A. Morettin. Estatística Básica. 8ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e Estatística. 3ª Ed. Coleção Schaum. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 2013.

## LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

**1. Código da Vaga:** LMT-03.

**2. Nome da Vaga:** Ensino De Ciências e Matemática.

**2.1. Número de Vagas:** 3 (três).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Matemática.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Educação ou em Educação Matemática ou em Ensino de Ciências e Matemática ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação ou Ensino).

**4. Áreas de Conhecimento:**

História da Matemática, Educação Matemática, Etnomatemática, Metodologia do Ensino de Matemática, Pressupostos e Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino da Matemática e os componentes curriculares correlatos.

#### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Processos de formação docente, em espaços formais e não formais no ensino de Matemática.
- Processos avaliativos no âmbito do ensino de Matemática como forma de promover aprendizagem significativa.
- Inovação em práticas pedagógicas e seus impactos nos processos de ensino e de aprendizagem em Matemática.
- Produtos Educacionais e Recursos Tecnológicos nos processos de Ensino e de Aprendizagem em Matemática
- Desenvolvimento e a aplicação de materiais e dispositivos didáticos para o ensino de Matemática
- Atividades práticas e experimentais em Matemática (laboratório físico e virtual)
- Etnomatemática na Amazônia
- Psicologia cognitivista/sociocognitivista e a didática da Matemática.
- Aspectos históricos da evolução da matemática através dos tempos.
- O conceito de número através da história.

#### **6. Referências Sugeridas:**

BOYER, Carl B. História da Matemática. 2ª Ed. São Paulo:EdgardBlücher, 2003.

ROQUE, Tatiana. História da Matemática. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

D'AMBRÓSIO, U. Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade Coleção Tendências em Educação Matemática-ed. Autêntica- Belo Horizonte, 2001.

BORBA, M.C. PENTEADO, M.G. Informática e Educação Matemática. Coleção Tendências em Educação Matemática, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

BICUDO, M.A.A V. (org.) Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas. São Paulo: editora UNESP, 2000.

### **LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)**

**1. Código da Vaga:** LMT-04.

**2. Nome da Vaga:** Álgebra.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Matemática.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Álgebra ou em Análise ou em Geometria e Topologia ou em Matemática Aplicada ou em Ensino de Ciências e Matemática.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Álgebra, conjuntos, lógica matemática, teoria dos números e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Transformações lineares e suas aplicações.
- Espaços duais e biduals
- Estruturas algébricas: Grupos, subgrupos, corpo e anéis.
- Teoremas de isomorfismo para grupos.
- Teoria dos Conjuntos: Operadores Lógicos.

- Teoria dos conjuntos: Produto cartesiano, relações e funções.
- Teoria das congruências: divisibilidade e congruência, congruência lineares, congruências simultâneas e o teorema do resto chinês.
- Equações diofantinas.
- Tabela verdade: conceitos básicos, implicações e equivalência e tautologia.
- Álgebra de Boole.

#### 6. Referências Sugeridas:

ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática. 21.ed. São Paulo: Nobel, 2002.

DAGGLIAN, J. Introdução à lógica para a ciência da computação. 2.ed. São Paulo: Arte

DAGGLIAN, J. Lógica e álgebra de boole. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HALMOS, Paul R., Naive set theory (Teoria ingênua dos conjuntos), Editora Ciência Moderna, 1ª .edição, 2001.

LIMA, Elon Lages, Curso de Análise, Vol.1, Capítulos 1,2 e 3, Coleção Projeto Euclides, IMPA,2015.

LIMA, Elon Lages. Geometria Analítica e Álgebra Linear.2ª Ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2015.

LIPSCHUTZ, Seymour, Teoria dos Conjuntos, Coleção Schawn, Editora McGraw-Hill, 1978.

### LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

#### 1. Código da Vaga: LMT-05.

2. Nome da Vaga: Geometria e Topologia.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

#### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Matemática.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Álgebra ou em Análise ou em Geometria e Topologia ou em Matemática Aplicada ou em Ensino de Ciências e Matemática.

#### 4. Áreas de Conhecimento:

Geometria plana, geometria espacial, fundamentos da geometria, geometria diferencial e os componentes curriculares correlatos.

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Estudo da reta no plano: equação geral da reta; ângulo; distância de ponto a reta.
- Secções cônicas.
- Congruência de triângulos e suas aplicações.
- Semelhança de triângulos: casos e aplicações.
- Princípio de Cavalieri e aplicações cônicas e quádras.
- Áreas e volumes: prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas.
- Paralelismo e Perpendicularismo entre retas e plano.
- O método axiomático e a independência do axioma das paralelas.
- Espaços métricos.
- Espaços topológicos.

#### 6. Referências Sugeridas:

BARBOSA, J.L.M. - Geometria Hiperbólica, 20 Colóquio Brasileiro de Matemática, Rio de Rio de Janeiro, IMPA, 1995.

BOULOS, Paulo. CAMARGO, Ivan. Geometria Analítica: um Tratamento Vetorial.3ª Ed. São Paulo: Prentice Hall,2005.

LIMA, E.L., et al. A Matemática do Ensino Médio, Vol. II, Coleção do Professor de Matemática, Rio de Janeiro, 1987.

REZENDE, E., QUEIROZ, M.; Geometria Euclidiana Plana e Construções Geométricas. Editora da UNICAMP, 2008.

ROCHA, L.F.C. - Introdução à Geometria Hiperbólica Plana, 16 Colóquio Brasileiro de Matemática, 1987.

STEINBRUCH, Alfredo. Geometria Analítica. 2ª Ed. São Paulo: Makron, 1987.

## LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

**1. Código da Vaga:** LMT-06.

**2. Nome da Vaga:** Física Geral.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Física.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Física ou em Ensino de Física.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Física Geral e Experimental; Física Teórica; Física Aplicada e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Leis de Newton para o movimento;
- Conservação da energia;
- Momento linear e colisões;
- Dinâmica da rotação e conservação do momento angular;
- Movimento harmônico simples;
- Leis da termodinâmica;
- Óptica ondulatória;
- Equações de Maxwell;
- Relatividade restrita;
- Fundamentos da teoria quântica;

**6. Referências Sugeridas:**

Halliday, D. Resnik, R. WALKER, J. Fundamentos de Física. LTC vol 2. 7ª Ed. 2006.

Halliday, D. Resnik, R. WALKER, J. Fundamentos de Física. LTC vol 4. 7ª Ed. 2006.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica 2 – Edgard Blücher Ltda. 1ª Ed. 1997.

RESNIK, R.; HALLIDAY, E D.; Física, Vol. 1, Ed. LTC, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1996.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Física II. Addison Wesley. 10ª ed., São Paulo, 2003.

TIPLER, P. A., Física. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000.

SERWAY, R. A., Física. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1996.

GOLDEMBERG, J. Física Geral e Experimental. São Paulo: Ed. Nacional, 2000.

ZEMANSK, S. Física. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A., 1988

## LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

**1. Código da Vaga:** LMT-07.

**2. Nome da Vaga:** Sistema de Computação.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Análise de Sistemas ou Redes de Computadores ou Informática ou Matemática.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Análise de Sistemas ou em Redes de Computadores ou em Informática ou em Matemática ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação) com o objeto de estudo em Tecnologia Educacional ou Informática Aplicada a Educação.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Hardware, Software e Aplicativos, Arquitetura de sistemas de computação, Software Básico, Teleinformática, Tecnologias Educacionais, Lógica Computacional e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- O papel pedagógico e ideológico das mídias e softwares aplicados no Ensino de Ciências Exatas.
- A importância do uso das novas tecnologias no processo de Ensino de Ciências Exatas.
- Arquitetura de sistemas de computação e as novas tecnologias interativas no Ensino de Ciências Exatas.
- Educação à distância: resgate histórico e sua repercussão no Ensino de Ciências Exatas.
- O papel do professor-tutor no ambiente virtual de aprendizagem para o Ensino de Ciências Exatas.
- Tecnologias Digitais de informação e Comunicação (TDIC's) nas práticas pedagógicas em Ciências Exatas
- Tecnologias Educacionais na Educação Básica (Hardware, Software e Aplicativos)
- Práticas Pedagógicas Gamificadas no ensino de ciências Exatas.
- Blended Learning no Ensino de Ciências Exatas.
- Diferentes recursos digitais para utilização em ambientes formais e não-formais no Ensino de Ciências Exatas.

**6. Referências Sugeridas:**

BORBA, Marcelo de Carvalho; SILVA, Ricardo Scucuglia Rodrigues da; GADANIDIS, George. Fases das tecnologias digitais em educação matemática: sala de aula e internet em movimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 149 p. (Tendências em Educação Matemática.).

BORDINI, Adriana et al. Computação na Educação Básica no Brasil: o Estado da Arte. Rev. Inform. Teor. Apl. (Online). Porto Alegre-RS, v. 23, nº 2, p. 210-238, nov. 2016.

CSTA – Computer Science Teacher Association. CSTA K-12 Computer Science Standards: The CSTA Standards Task Force, Revised 2017. New York: ACM – Association for Computing Machinery.

DOMINGOS, Pedro. A revolução do algoritmo mestre. Lisboa: Manuscrito, 2017.

FREIRE, Wendel (org.). Tecnologia e Educação: As mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2008

GEWEHR, Diógenes. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) na escola e em ambientes não escolares. 2017. Dissertação de Mestrado

VALENTINI, Carla Beatris; SOARES, Eliana Maria do Sacramento. Aprendizagem em Ambientes Virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários. Caxias do Sul: EDUCs, 2005.

VON STAA, Betina. Tecnologia na educação: reflexões sobre docência, aprendizagem e interação. 1 ed. Pinhais-PR: Melo, 2011.

## LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (LMT)

**1. Código da Vaga:** LMT-09.

**2. Nome da Vaga:** Tecnologia Educacional, Prática e Estágio.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Informática ou em qualquer área do conhecimento.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Educação ou em Ensino, todas as pós graduações requisitadas com o objeto de estudo Tecnologia Educacional ou Informática Educativa ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Tecnologia Educacional ou em Informática Educativa.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas a Educação. Educação a Distância. Cibercultura. Ensino Digital. Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Recursos tecnológicos para o ensino: TV Digital, Robótica Educativa, Programação de Computadores para Crianças e Games na Educação.
- Construção e Aplicação de Objetos Digitais de Aprendizagem
- Softwares educacionais para dispositivos móveis (m-learning e u-learning).
- Cibercultura e Ensino Digital
- Aprendizagem e Interatividade em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.
- Pensamento Computacional na Educação Básica
- Webquest: Conceito, Elaboração e Uso
- Sequência didática baseada na utilização de tecnologias digitais.
- Blended Learning nas práticas pedagógicas e estágios supervisionados das licenciaturas
- Potencial da robótica educativa como recurso de ensino-aprendizagem.

**6. Referências Sugeridas:**

BARBOSA, Jorge; SACCOL, Amarolinda Zanela; SCHLEMMER, Eliane. M-learning e u-learning. São Paulo: Pearson Education, 2011.

FREIRE, W. Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

FREITAS, M. T. A cibercultura e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Coord.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2008. p. 65-71.

MATTAR, João. Games em Educação – Como os nativos digitais apreendem. Pearson Prentice Hall, 2010.

MONK, Simon. Projetos com arduino e android: use seu smartphone ou tablet para controlar o arduino. Porto Alegre: Bookman, 2014.

PAPERT, Seymour. Logo: computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1986. 253 p.

PORTER, Lynnette R.. Creating the virtual classroom: distance learning with the internet. New York: John Wiley, 1997. 260 p.

PRENSKY, Marc. Digital Game-Based Learning. Paragon House, 2007.

SAMPAIO, Fábio F.; PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa O. (Org.). Informática na Educação: pensamento computacional, robótica e coisas inteligentes. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. (Série Informática na Educação, v.6)

## LICENCIATURA EM MÚSICA (LMU)

**1. Código da Vaga:** LMU-02.

**2. Nome da Vaga:** Etnomusicologia/Musicologia.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Música.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Música ou em Artes ou em Educação.

**4. Áreas de Conhecimento:**

História da Música I a III, História da Música Brasileira, Música Popular Brasileira, Música e Cultura Popular, TCC, Manifestações Musicais da Cultura Popular, Tópicos Especiais em Cultura Musical do Amapá, Metodologia da Pesquisa Científica, Metodologia da Pesquisa em Música e áreas correlatas.

## 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Culturas musicais afro-brasileiras e indígenas: perspectivas para concepções e práticas **educativas** em música;
- Pesquisa em Etnomusicologia/**Musicologia**: ética, abordagens no campo, métodos de análise, alteridade cultural, novas tecnologias.
- Etnomusicologia e a Musicologia atual: convergências e divergências nos estudos e debates.
- A Etnomusicologia no Brasil: dos estudos folcloristas às tendências e perspectivas atuais;
- Abordagem estilística e sociocultural da história da música brasileira entre o século XVIII e final do século XX;
- A Etnomusicologia/**Musicologia** em projetos de extensão na perspectiva da formação e articulação universidade/comunidade;
- Diálogos entre Etnomusicologia/**Musicologia** e a Educação Musical para se pensar a formação cultural brasileira.
- Diversidade musical e cultural na perspectiva da formação em cursos de licenciatura;
- Prática de pesquisa na formação de professores de música: alteridade cultural, etnocentrismo e relativismo cultural;
- A Etnomusicologia/musicologia: compromisso social e políticas públicas em proximidade com as discussões sobre educação e identidade cultural.

## 6. Referências Sugeridas:

ARAÚJO, Samuel; PAZ, Gaspar e CAMBRIA, Vincenzo (orgs.). Música em Debate – Perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

BÉHAGUE, Gerard. O estado atual da etnomusicologia brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM MÚSICA, 3, 1987, Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte, 1989. p, 199-206.

\_\_\_\_\_. Os antecedentes dos caminhos da interdisciplinaridade na etnomusicologia. In: II Encontro Nacional da ABET. Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2005, p. 39-48.

BLUM, Stephen. Prologue: Ethnomusicologists and Modern Music History. In: Ethnomusicology and Modern Music History. Ed. Philip Bohlman e Daniel Neuman. Urbana: University of Illinois Press. p. 1-20. 1991.

CARDOSO, André. A música na corte de D. João VI. São Paulo: Martins, 2008. COOK, Nicholas. Agora somos todos (etno) musicólogos. Tradução de Pablo Sotuyo Blanco. Ictus: Periódico do PPGMUS/UFBA, vol. 7, 2006.

GROUT, Donald e PALISCA, Claude. História da Música Ocidental. Lisboa: Editora Gradiva, 1997.

KERMAN, Joseph. Musicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LANDA, Enrique Cámara. Etnomusicologia. Madri: ICCMU, 2003.

MARIZ, Vasco. História da música no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MASSIN, Jean e MASSIN, Brigitte. História da Música Ocidental. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MENEZES BASTOS, Rafael. Esboço de uma Teoria da Música: Para Além de uma Antropologia Sem Música e de uma Musicologia Sem Homem. In: Anuário Antropológico/1993, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p. 9-73.

MERRIAN, Alan P. The Anthropology of Music. Evanston, Illinois: Northwestern University: Northwestern University Press, 1964.

MYERS, H. Ethnomusicology: an Introduction, London: The MacMillan Press, 1992. NEVES, José Maria. Música contemporânea brasileira. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1981.

PINTO, Tiago de Oliveira. Cem anos de etnomusicologia e a “era fonográfica da disciplina” no Brasil. In: II Encontro Nacional da ABET, 2004, Salvador: Anais... ABET/CNPQ/CONTEXTO, 2005. p. 103-124.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a história e o perfil institucional da etnomusicologia no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 77, maio de 2008.

STOCK, Jonathan. *New Musicologies, Old Musicologies: Ethnomusicology and the Study of Western Music*. *Current Musicology*, 62: 40-68. 1997.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

TONI, Flávia Camargo. *Missão: as pesquisas folclóricas*. *Revista USP*, São Paulo, n.77, p. 24-33, março/maio 2008.

TRAVASSOS, Elizabeth. *Esboço de balanço da etnomusicologia no Brasil*. *Opus: Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – ANPPOM – ANO 9, n. 9 (dez. 2003) – Campinas (SP): ANPPOM, 2003. P. 73-86.*

TURINO, Thomas. *Estrutura, contexto e estratégia na etnografia musical*. In LUCAS, Elizabeth (Org.). *Horizontes antropológicos – música e sociedade*. No 11. Porto Alegre: PPGAS, 1999, p. 13-28.

VEIGA, Manuel. "Etnomusicologia no Brasil: o presente e o futuro (problemas e questões)." In: *II Encontro Nacional da ABET. Anais...* Salvador. p. 125-138. 2005.

## LICENCIATURA EM MÚSICA (LMU)

### 1. Código da Vaga: LMU-03.

2. Nome da Vaga: Educação Musical.

2.1. Número de Vagas: 5 (cinco).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. **Graduação:** Música ou Educação Artística com Habilitação em Música.

3.2. **Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Música ou em Artes ou em Educação.

### 4. Áreas de Conhecimento:

Fundamentos da Arte Educação, Fundamentos da Educação Musical, Metodologia da Educação Musical, Didática da Música, Introdução à Educação Musical Especial, Prática de Ensino da Música I-V, Projetos Interdisciplinares e Educação Musical, **Estágio Supervisionado I – IV**.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- A Educação Musical: conceitos, definição de campo, objetivos e finalidades;
- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações na prática de professores de Arte/música no ensino fundamental e médio;
- Estágio Supervisionado: discutindo a escola como lugar privilegiado para formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- O ensino de Arte/Música na Escola de educação básica: legislação e realidade brasileira e amapaense;
- A Educação Musical em projetos de extensão na perspectiva da formação e articulação universidade/comunidade;
- Educação Musical, extensão universitária e pesquisa científica: na perspectiva do compromisso ético com a transformação social.
- Educação musical e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs): possibilidades na atuação de professores de música no ensino superior e educação básica.
- Educação Musical e Políticas de Inclusão: culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, pessoas com síndromes e deficiências.
- Análise crítica sobre a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- A Educação Musical e sua inter-relação com outras artes e áreas do conhecimento.

### 6. Referências Sugeridas:

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a

Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 142, 20 dez. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>

FONTEERRADA, Marisa Trench de. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Unesp, 2005.

HENTSCHKE, Liane; DEL BEN, Luciana (Orgs.). Ensino de Música: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003.

KRAEMER, Rudolf D. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico musical. Revista Em Paula, v. 11, n. 16/17, abril/novembro, 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmPauta/article/view/9378>

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Orgs.). Pedagogias em Educação Musical. Curitiba, Ibpex, 2011.

PENNA, Maura. Música (s) e seu ensino. Porto Alegre: Editora Sulina, 2ª ed. 2012.

SWANWICK, Keith. Ensinando Música Musicalmente. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo, Moderna, 2003;

## LICENCIATURA EM MÚSICA (LMU)

### 1. Código da Vaga: LMU-04.

2. Nome da Vaga: Flauta Doce/Educação Musical.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Música ou Educação Artística com Habilitação em Música.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Música ou em Artes ou em Educação.

4. Áreas de Conhecimento:

Prática Instrumental (Flauta Doce) I a IV, Instrumento Musicalizador I e II (flauta doce), Instrumento Complementar (flauta doce), Didática da Música, Metodologia da Pesquisa Científica, **Música, Indústria Cultural e Empreendedorismo, Jogos, Brinquedos e Brincadeiras Musicais**, TCC e áreas correlatas.

5. Temas das Provas Escrita e Didática

- O ensino coletivo da Flauta Doce: práticas e repertório para o campo educativo.
- A Flauta Doce como instrumento musicalizador na formação e atuação do professor de música no contexto da educação básica;
- Técnica básica da flauta doce: postura, respiração, sopro, articulação, dedilhados básicos e de trilos na formação do educador musical.
- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações na prática de professores de Arte/música no ensino fundamental e médio;
- A dupla função da Flauta Doce: sua importância como instrumento artístico e de iniciação musical.
- Flauta doce e educação inclusiva: possibilidades e desafios.
- Estágio Supervisionado: discutindo a escola como lugar privilegiado para formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa.
- A Flauta Doce em projetos de extensão na perspectiva da formação e articulação universidade/comunidade.
- A prática da Flauta Doce por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs): possibilidades na atuação de professores de música no ensino superior e educação básica.
- Possibilidades metodológicas para abordar a diversidade musical brasileira no ensino de flauta doce em uma perspectiva intercultural.

6. Referências Sugeridas:

- BONALS, Joan. O trabalho em pequenos grupos na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2003;
- WEICHSELBAUM, Anete Susana. Flauta Doce em um curso de Licenciatura em Música: entre as demandas da prática musical e das propostas pedagógicas voltadas ao Ensino Básico. Tese de Doutorado. UFRS. Porto Alegre, 2013 <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71789/000879780.pdf?sequence=1>;
- SOUZA, Jusamara; HENTSCHE, Liane; BEINEKE, Viviane. A flauta doce no ensino de música nas escolas: análise e reflexões sobre uma experiência em construção. Em Pauta, Porto Alegre, v. 12/13, p. 63-78, nov. 1996 - abr. 1997;
- BARROS, Daniele Cruz. Novos caminhos da flauta doce: palestras e pesquisas. Recife: Editora UFPE, 2011;
- BARROS, Daniele Cruz. A flauta doce no século XX: o exemplo do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CARPENA, Lucia Becker (org.). Prata da Casa: obras para flauta doce escritas por compositores ligados à UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- COELHO, Carol Marilyn. Licenciatura em Música e Atuação Profissional: um estudo sobre professores de flauta doce. Dissertação (Mestrado). Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.
- FREIXEDAS, Claudia M. CAMINHOS CRIATIVOS NO ENSINO DA FLAUTA DOCE. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Música - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. 2015.
- HENTSCHE, Liane; DEL BEN, Luciana (Orgs.). Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003.
- PAOLIELLO, Noara de Oliveira. A Flauta Doce e sua Dupla Função como Instrumento Artístico e de Iniciação Musical. 2007. Monografia (Licenciatura Plena em Educação Artística Habilitação em Música) Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.domain.adm.br/dem/licenciatura/monografia/noarapaoliello.pdf>>.
- SOUZA, Zelmien Adornes de. Construindo a docência com a flauta doce: o pensamento de professores de música. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Maria, 2012.
- WEILAND, Renate Lizana. Aspectos figurativos e operativos da aprendizagem musical de crianças e pré-adolescentes, por meio do ensino de flauta doce. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/7828>>.
- WEILAND, Renate; SASSE, Ângela; WEICHSELBAUM, A. S. Sonoridades brasileiras: método para flauta doce soprano. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

## LICENCIATURA EM MÚSICA (LMU)

**1. Código da Vaga:** LMU-05.

**2. Nome da Vaga:** Piano/Educação Musical.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Música.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Música ou em Artes ou em Educação.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Prática Instrumental (piano) I a IV, Instrumento Musicalizador III e IV (piano), Música, **Indústria Cultural e Empreendedorismo**, **Metodologia da Pesquisa Científica**, TCC e áreas correlatas.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Processos criativos no ensino de piano individual e coletivo em espaços formais e não formais;
- O piano como instrumento musicalizador na formação e atuação do professor de música no contexto da educação básica;

- O piano como ferramenta didático-pedagógica nas escolas de educação básica e espaços alternativos de formação;
- Ensino coletivo do piano em projetos de extensão na perspectiva da formação e articulação universidade/comunidade;
- Estágio Supervisionado: possibilidades de uso do piano em projeto escolar interdisciplinar;
- As competências do educador musical e do professor de piano/instrumentos de teclado em processos de educação musical;
- Métodos de Técnica Pianística. As diferentes escolas técnicas e a pedagogia do piano.
- Ensino de piano e educação inclusiva: possibilidades e desafios.
- Possibilidades metodológicas para abordar a diversidade musical brasileira no ensino do piano em uma perspectiva intercultural;
- O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino e na produção de materiais didáticos para o ensino do piano.

## 6. Referências Sugeridas:

BONALS, Joan. Trabalho em pequenos grupos na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COSTA, Carlos H. & MACHADO, Simone G. Piano em grupo: livro didático para o ensino superior. Goiânia: Ed. da PUC, 2012.

PENNA, Maura. Música (s) e seu ensino. Porto Alegre: Editora Sulina, 2ª ed.2012.

HENTSCHKE, Liane e DEL BEN, Luciana (Orgs.). Ensino de Música: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003.

MACHADO, Simone Gorete. A presença do piano em grupo em instituições de ensino superior no Brasil. Revista ORFEU, Ano 1, n 1, jan-junho 2016.

MONTANDON, M. I. Piano Suplementar: função e materiais. In: Anais do I SEMPEM. Goiânia: UFG, 2001, p.105-113.

CRUVINEL, F. Educação Musical e Transformação Social: uma experiência com o ensino coletivo de cordas. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

ALBUQUERQUE, A. F. A; VIEIRA, J. R. A experiência do ensino coletivo de instrumento no MECT – Musicalização através do Ensino Coletivo do Teclado/Piano – UFPB. In: XII Encontro de Extensão da UFPB. João Pessoa: UFPB, 2010.

## LICENCIATURA EM MÚSICA (LMU)

**1. Código da Vaga:** LMU-07.

**2. Nome da Vaga:** Canto/Regência Coral.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Música.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Música ou em Artes ou em Educação.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Canto Coral I e II, Regência Coral I e II, Canto I-IV, **Canto Popular I – II, Ritmos Brasileiros, Prática em Conjunto, Metodologia da Pesquisa Científica, Metodologia da Pesquisa em Música, Prática em Conjunto, Metodologia da Pesquisa Científica, TCC e áreas correlatas.**

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- O canto coral em projetos de extensão na perspectiva da formação e articulação universidade/comunidade.
- A teoria e a prática do canto coral na perspectiva da formação do professor de música.
- A prática do canto coral na escola de Educação Básica: repertório e possibilidades de atuação.

- Regência e dinâmica de ensaios de coro infantil, infantojuvenil e adulto.
- A pesquisa científica sobre a prática coral na formação de professores de música;
- Possibilidades metodológicas para abordar a diversidade musical brasileira na prática do canto coral em uma perspectiva intercultural;
- Repertório coral brasileiro e nortista para coro infantil, infantojuvenil e adulto:
- Prática do canto coral em processo de musicalização no ambiente escolar e espaços alternativos de formação;
- Repertório coral brasileiro: aspectos históricos e interpretativos (erudito, popular, folclórico e tradicional);
- Estágio Supervisionado: a prática do canto coral em projeto interdisciplinar escolar.

#### **6. Referências Sugeridas:**

BEHLAU, Reahder; Maria Inês. Higiene vocal para o canto coral. Rio de Janeiro: Revintes, 1997.

ANDRADE, Mário de. Pequena História da Música. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BENNET, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARSICO, Leda Osório. A Voz Infantil e o Desenvolvimento Músico - Vocal, Editora: RIGEL. Porto Alegre, 1979.

MARTINEZ, Emanuel. Regência coral princípios básicos. Curitiba: Dom Bosco, 2000.

MATHIAS, Nelson. Coral - Um canto Apaixonante. Brasília: MusiMed, 1986.

ZANDER, Oscar; NOBRE, Marlos. Regência coral. Porto Alegre: Movimento, 2003.

## **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)**

### **1. Código da Vaga: LPE-01.**

**2. Nome da Vaga:** Fundamentos da Sociologia.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

#### **3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Ciências Sociais.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Ciências Sociais ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação).

#### **4. Áreas de Conhecimento:**

Fundamentos da Sociologia, Sociologia da Educação, Sociologia do Trabalho, Relações Étnico-raciais, Identidade e Diversidade, Sociologia Rural e os componentes curriculares correlatos.

#### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Fundamentos sociológicos da educação.
- Educação para as relações etnicorraciais.
- Trabalho e educação.
- Educação e movimentos sociais.
- Desigualdade social e desigualdade educacional.
- Escola e pluralidade cultural.
- Sociologia Rural
- Cidadania e direitos humanos.
- Direito, racionalidade e capitalismo.
- Teorias Decoloniais e sua relação com a Educação.

#### **6. Referências Sugeridas:**

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 1. ed. Editora: vozes, 2011.

- GOHN, Maria da Glória. Movimento sociais e educação. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARTINS, J. de S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.
- NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção Questões da Nossa Época).
- GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade – vol. 2. São Paulo: UnB, 2004.
- TRUBEK, David. Max Weber sobre Direito e ascensão do capitalismo, Revista Direito GV, v. 3, n. 1, jan-jul, 2007, p. 151-186.
- CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LIMA, Adriane Raquel Santana de; DIAS, Alder de Sousa; NERY, Vitor Sousa Cunha. (ORG). Pedagogias Decoloniais na Amazônia: Fundamentos, Pesquisas e Práticas. Curitiba, CRV, 2021.

## LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)

### 1. Código da Vaga: LPE-04.

**2. Nome da Vaga:** Fundamentos da Educação - Psicologia.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Psicologia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Educação com o objeto de estudo em Educação ou em Psicologia.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Psicologia da Educação e componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- As teorias Psicológicas e suas contribuições para Educação;
- Contribuições de Vygotsky para Psicologia da Educação: a relação entre Pensamento e linguagem, os processos de formação de conceito e o papel do brincar no desenvolvimento da criança;
- A Psicanálise e suas contribuições para Educação;
- As contribuições da abordagem comportamentalista para a educação;
- O desenvolvimento da linguagem escrita na abordagem de Vygotsky;
- A psicogênese da linguagem escrita segundo Emília Ferreira;
- A relação entre aprendizagem e desenvolvimento para Vygotsky e Piaget;
- Concepções de Piaget e Vygotsky acerca da relação entre Pensamento e Linguagem;
- A Psicologia da Educação e a relação com a Educação Inclusiva e a Educação Especial;
- O desenvolvimento cognitivo na perspectiva da Epistemologia Genética.

**6. Referências Sugeridas:**

BBOCK, Ana. M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, v. 1, 2. ed., 2004.

- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, v. II, 2. ed., 2004.
- DAVIS, Cláudia, OLIVEIRA, Zilma. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 2007.
- GALVÃO, Isabel. Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. Teorias da personalidade. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Ed.). História da psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2018.
- KUPFER, Maria Cristina. Freud e a educação. São Paulo: Scipione, 1989.
- LA TAILLE, Y de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloísa. Piaget, Vygotsky, Wallon. São Paulo: Summus, 1992.
- PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. A psicologia da criança. São Paulo: Difel, 1982.
- VYGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Origens do pensamento da criança. São Paulo: Manole, 1989.

## LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)

### 1. Código da Vaga: LPE-06.

**2. Nome da Vaga:** Administração Educacional.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Pedagogia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Pedagogia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico, Educação de Jovens e Adultos e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Fundamentos teóricos da gestão educacional e escolar;
- Os princípios da gestão escolar democrática: teoria e prática;
- A gestão do conhecimento no espaço escolar: o processo de construção do conhecimento pedagógico das escolas;
- Gestão e organização do trabalho pedagógico;
- O papel da coordenação pedagógica para a integração escolar;
- O papel da Supervisão e orientação educacional para a integração escolar;
- O financiamento da educação pública.
- As dimensões e a gestão de processos pedagógicos na escola.
- As práticas de gestão escolar
- A gestão escolar em diferentes contextos.

### 6. Referências Sugeridas:

- SANDER, Benno. Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007, p.73-85.
- LIBÂNEO, José C. OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. Educação Escolar: políti-cas, estrutura e organização. 3ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. 3ª São Paulo: Cortez, 2000.
- MORAES, Lélia Cristina S. MELO, Maria Alice. MOREIRA, Verônica Lima Carneiro (Orgs.). Gestão escolar e organização do trabalho pedagógico. São Luís, EDUFMA, 2019. Disponível em: [http://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce\\_uploads/2020/04/Livro\\_Gest%C3%A3oEscolarOrganiza%C3%A7%C3%A3oTrabalhoPedag%C3%B3gico.pdf](http://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2020/04/Livro_Gest%C3%A3oEscolarOrganiza%C3%A7%C3%A3oTrabalhoPedag%C3%B3gico.pdf).
- GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (org). Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola. 4 edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- GRINSPUN, Mírian Paura. A orientação educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola. 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.
- LÜCK, Heloisa. Planejamento em orientação educacional. 21 ed. Petrópolis: vozes, rio de janeiro, 2009.
- LÜCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MINIOLI, Célia Scucato; SILVA, Helena de Fátima Nunes. Gestão do conhecimento no espaço escolar. Curitiba: CRV, 2013.
- AMARAL, Nelson. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: Liber Livro. 2012.
- JUNQUILHO, G. S., ALMEIDA, R. A., & SILVA, A. R. L. (2012). As “artes do fazer” gestão na escola pública: uma proposta de estudo. Cadernos EBAPE.BR, 10(2), 329-356. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/wTcCSbNC8NCqL6vzwFjPrJz/?format=pdf&lang=pt>.
- LUCK, Heloisa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo: 2009.

## LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)

### 1. Código da Vaga: LPE-08.

2. Nome da Vaga: Didática e Planejamento Educacional.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Pedagogia.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Pedagogia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Didática, Planejamento Educacional e componentes curriculares correlatos..

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Articulações entre Educação, Pedagogia e Didática;
- Didática e Escola frente aos desafios educacionais da contemporaneidade;
- Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Prática pedagógica escolar e não-escolar como práticas sociais específicas;
- Trabalho docente e construção dos saberes e conhecimentos necessários ao ato pedagógico;
- Didática e formação de professores;
- Interdisciplinaridade e a construção do conhecimento pedagógico;
- Planejamento educacional e formação docente;
- Avaliação docente e avaliação discente;

- Prática educacional no contexto escolar e não-escolar.

#### **6. Referências Sugeridas:**

AMARO, D. Giacomelli. Educação Inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

FAZENDA, Ivani (Org.). O que é interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Madalena et al. Avaliação e planejamento: a prática educativa em questão. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MACEDO, L. (Org.). Ética e valores metodológicos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PIMENTA, Selma G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Carmem S. B. da. Curso de Pedagogia no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes & formação profissional. Tradução Francisco Pereira. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

### **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)**

#### **1. Código da Vaga: LPE-10.**

**2. Nome da Vaga:** Educação em Periferias Urbanas e do Campo.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

#### **3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Pedagogia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Educação ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação).

#### **4. Áreas de Conhecimento:**

Pedagogia em ambientes não escolares, educação e movimentos sociais, prática pedagógica, estágio supervisionado e componentes curriculares correlatos.

#### **5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Movimentos sociais no Brasil e no Amapá e seus desdobramentos para a Educação do Campo amapaense;
- Pedagogia social e práticas pedagógicas em ambientes não escolares;
- Educação do Campo no Estado do Amapá: elementos históricos e bases teóricometodológicas;
- Formação de professores e Educação do Campo;
- Prática pedagógica e a sistematização de experiências: possibilidades pedagógicas;
- O Estágio Supervisionado em perspectiva epistemológica e sua possibilidade em contextos escolares e não escolares;
- Práticas pedagógicas nos espaços escolares e não escolares de periferias urbanas;
- Ações pedagógicas das Escolas Famílias e a agricultura familiar no Amapá;
- Interdisciplinaridade e currículo na Educação do Campo;
- Tendências pedagógicas atuais, conceitos e paradigmas da Educação do Campo.

#### **6. Referências Sugeridas:**

- BARROS, Oscar Ferreira; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Por um currículo decolonial na Licenciatura em Educação do Campo. In: ABREU, Waldir Ferreira de Abreu; OLIVEIRA, Damião Bezerra. Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia. Curitiba: CRV, 2021. p. 121-132.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento dos sem-terra. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de; BARROS, Oscar Ferreira; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Formação em Alternância nos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo: diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais das populações amazônicas. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 7, n. 12, p. 107-123, Edição Especial. 2020.
- CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de. Formação em alternância nas Amazônias: a Licenciatura em Educação do Campo/UNIFAP-AP e as interfaces com a educação-trabalhoterritório. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.
- DIAS, Alder de Sousa; SOUZA, Pedro Correia de; GOMES, Raimunda Kelly Silva. Pedagogias decoloniais e Educação do Campo: elementos para uma aproximação teórica. In: LIMA, Adriana Raquel Santana de; NERY, Vitor Sousa Cunha; et al. Pedagogias Decoloniais na Amazônia: fundamentos, pesquisas e práticas. p. 97-111.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2018.
- GHEDIN, Evandro. Educação do Campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.
- GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elizangela; ALMEIDA, Whasgthon. Estágio com Pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.
- JARA, Oscar. Para sistematizar experiências. 2ª ed. rev. Brasília: MMA, 2006.
- JARA, Oscar. A educação popular latino-americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; Enfoc, 2020.
- MENDES, Débora Mate; SILVA, Eliane Cabral da; REIS, Marlo dos. Cartografia Social como metodologia para formação de professores do campo: uma experiência a partir do Arquipélago do Bailique. Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 362-382, 2020.
- MOTA NETO, João Colares da.; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Contribuições da educação popular à pedagogia social: por uma educação emancipatória na Amazônia. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 23-35, set./dez. 2017.
- OLIVEIRA NETO, Adolfo. Matrizes teórico-metodológicas da educação popular na Educação do Campo: uma análise preliminar. In: BRITO, Ângela do Céu Ubaíara; DIAS, Alder de Sousa. Educação e Diversidade na Amazônia: práticas, reflexões e pesquisas. Curitiba: CRV, 2017. p. 187-197.
- PINHEIRO, Karla Cristina Soares.; SILVA, Márcia Cristina Lopes e. A formação do pedagogo e sua atuação em ambientes não escolares: reflexões com a educação social de rua. Revista Cocar, Belém, v.14. n.30, p. 1-23, set./dez./2020.
- REIS, Marlo dos. Os movimentos sociais no sul do Amapá: a trajetória do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2018.
- SILVA, Hellen do Socorro de Araújo et al.. Formação de professores do campo frente às “novas/velhas” políticas implementadas no Brasil: r-existência em debate. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v.14. p. 1-22, 2020.
- SILVA, Hellen do Socorro de Araújo. Política de formação de educadores do Campo e a construção da contra-hegemonia via epistemologia da práxis: análise da experiência da LEDOC-UFPA-Cametá. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.
- SOUZA, Romier et al.. Educação do Campo na Amazônia: a experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá. Belém: IEB; Mil Folhas, 2016. Disponível em: [https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/SistematizacaoEFAs\\_web\\_1.pdf](https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/SistematizacaoEFAs_web_1.pdf)
- SOUZA, Pedro Correia de. Educação do Campo amapaense: análise de sua trajetória legal e perspectivas. In: BRITO, Ângela do Céu Ubaíara; DIAS, Alder de Sousa. Educação e Diversidade na Amazônia: práticas, reflexões e pesquisas. Curitiba: CRV, 2017. p. 187-197.

## LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)

**1. Código da Vaga:** LPE-12.

**2. Nome da Vaga:** Educação Especial - Educação Inclusiva.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Psicologia.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Educação com o objeto de estudo em Educação ou em Psicologia.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Educação Inclusiva, Educação Especial, Psicologia da Educação, Psicologia Jurídica.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Fundamentos e Políticas da Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- Adaptações curriculares, avaliação e o Plano de Ensino Individualizado: relações entre o Atendimento Educacional Especializado e a classe regular.
- Teorias de aprendizagem aplicadas à Educação Escolar: relações entre professor-conhecimento- aluno
- Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção;
- Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade e tecnologia assistiva;
- Psicologia e Direitos Humanos;
- A constituição da Psicologia como ciência e sua contribuição no estudo do desenvolvimento humano;
- Divorcio e Mediação Familiar na perspectiva da psicologia;
- Formação de professores de Educação Especial para atuação em diferentes contextos educacionais;
- As múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil e sua relação com a aprendizagem.

**6. Referências Sugeridas:**

BRITO, L. M. T. de.. Temas de Psicologia Jurídica. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BAPTISTA, C. R. (Org.). Escolarização e Deficiência: Configurações nas Políticas de Inclusão Escolar. São Carlos: Marquezine e Manzini: ABPEE, 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CAPELLINI, V.L.M.F. Adaptações Curriculares na Inclusão Escolar: Contrastes e semelhanças entre dois países.1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Estratégias Educacionais Diferenciadas: para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman (Orgs.). Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. 2. ed. Campinas, SP: autores Associados, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: Histórias e políticas públicas. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E.G. A Formação do Professor e a Política Nacional de Educação Especial no Brasil. In CAIADO, Kátia Regina.; JESUS, Denise Meirelles.; BAPTISTA, Cláudio Roberto (Orgs.). Professores E Educação Especial: Formação em foco. V. 2, Porto Alegre: Mediação, p. 131-146, 2011.

MENDES, E.G.; CIA, F. (Orgs). Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional. V.1, São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE, 2014.

PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas em educação especial. Campinas: Autores Associados, 2004.

PLETSCH, M.D. Repensando a Inclusão Escolar: Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed.rev e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis:Vozes, 1995. (Educação e Conhecimento).

SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e Ação no Magistério).

## LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LPE)

### 1. Código da Vaga: LPE-13.

2. Nome da Vaga: Educação Pré-Escolar.

2.1. Número de Vagas: 1 (uma).

2.2. Regime de Trabalho: 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

3.1. Graduação: Pedagogia.

3.2. Pós-graduação: Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em Pedagogia ou Pós-Graduação (Doutorado ou Mestrado) em áreas afins de avaliação (Educação).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Fundamentos teórico-metodológicos da educação infantil, corporeidade e ludicidade na educação, fundamentos teórico-metodológicos da alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, Prática Pedagógica, Estágio Supervisionado e os componentes curriculares..

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- A brinquedoteca como espaço lúdico de Alfabetização;
- Fundamentos filosóficos e metodológicos da educação de jovens e adultos no Brasil;
- Estratégias e recursos didáticos para a Educação Infantil;
- A importância do Estágio Supervisionado na formação de professores;
- Prática Pedagógica: uma análise crítico-reflexiva para a prática docente;
- Gestão e avaliação da Educação Infantil no Brasil;
- Cuidar e educar: políticas curriculares e práticas pedagógicas na Educação Infantil
- Profissão, formação e trabalho docente na Educação Infantil
- Crianças e culturas da infância no Brasil: diversidade e desigualdade
- Infâncias, direitos, cidadania e movimentos sociais.

### 6. Referências Sugeridas:

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARROYO, M. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

AZEVEDO, A. M. L. C. Revelando as aprendizagens das crianças: a documentação pedagógica. 2009. 260 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança) – Instituto de Estudos da criança, Universidade do Minho, Braga.

DEWEY, J. Experiência e educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos Educação Infantil 3).

KISHIMOTO, T. M.; BRITO, A. C. U. Por que os frutos e as frutas caem? De onde vêm as Borboletas? São Paulo: Pontão de Cultura; Ministério da Cultura: Polo Books, 2015.

KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). Educação infantil: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; GAMBÔA. R. (Org.). O trabalho de projeto na pedagogia em participação. Porto: Porto Editora, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil. São Paulo: Papirus, 2003.

## LICENCIATURA EM QUÍMICA (LQU)

### 1. Código da Vaga: LQU-02.

**2. Nome da Vaga:** Química Inorgânica.

**2.1. Número de Vagas:** 3 (três).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Química Inorgânica ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em áreas afins de avaliação (Química Inorgânica) ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) com o objeto de estudo em Química Inorgânica..

**4. Áreas de Conhecimento:**

Química Inorgânica.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Estrutura atômica.
- Tabela periódica.
- Interações atômicas
- Interações moleculares.
- Teorias ácido e base.
- Química dos Elementos do Bloco d
- Métodos físicos em química inorgânica.
- Teorias de ligação dos compostos de coordenação.
- Estrutura eletrônica em complexos e organometálicos.
- As Estruturas dos Sólidos simples.

**6. Referências Sugeridas:**

MAHAN, B. M.; MYERS, R. J. Química – Um Curso Universitário. 4ª ed. Edgard Blucher. 1996.

RUSSEL, J. B. Química geral. 2ª ed. Vol 1 e Vol. 2. MAKRON. 1994.

BROWN, L. S.; HOLME, T. A. Química geral aplicada à engenharia. 3ª ed. Cengage Learning. 2021.

ATKINS, P. W.; SHRIVER, D. F. Química Inorgânica. 6ª ed. Bookman Companhia ED. 2017.

LEE, J. D. Química inorgânica não tão concisa. Tradução da 5ª edição inglesa. Edgard Blucher. 1999.

## LICENCIATURA EM QUÍMICA (LQU)

### 1. Código da Vaga: LQU-04.

**2. Nome da Vaga:** Físico-Química.

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Físico-Química ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Físico-Química) ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) com o objeto de estudo em Físico-Química.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Físico-Química.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Estudo dos gases.
- Soluções.
- Transformações físicas de substâncias puras.
- 1ª lei da Termodinâmica.
- 2ª e 3ª lei da Termodinâmica.
- Cinética Química.
- Catálise.
- Equilíbrio Químico
- Eletroquímica.
- Métodos Físico químicos de análise.

**6. Referências Sugeridas:**

ATKINS, P. W. Físico-química: fundamentos. 5 ed. LTC. 2011.

ATKINS, P. W; PAULA, J.. Físico-química. 8 ed. Vol 1. LTC. 2008.

ATKINS, P. W; PAULA, J.. Físico-química. 8 ed. Vol 2. LTC. 2008.

FLORENCE, A. T.; ATTWOOD, C. Princípios físico-químicos. EDUSP. 2003.

NETZ, P. A. Fundamentos de físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. ART-MED. 2002.

## LICENCIATURA EM QUÍMICA (LQU)

**1. Código da Vaga:** LQU-05.

**2. Nome da Vaga:** Química Analítica.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Química Analítica ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Química Analítica) ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) com o objeto de estudo em Química Analítica.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Química Analítica.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Equilíbrio ácido e base (ácidos e bases fortes e fracos).
- Equilíbrio de precipitação.
- Equilíbrio de complexação.
- Equilíbrio de óxido e redução.
- Gravimetria.
- Titulação ácido e base (ácidos e bases fortes e fracos).

- Titulação de precipitação.
- Titulação óxido/redução.
- Voltametria.
- Espectrometria de absorção molecular.

#### **6. Referências Sugeridas:**

VOGEL, A.I. Química Analítica Qualitativa. São Paulo: Editora Mestre Jou. 5ª edição. 1981.

BACCAN, et al. Química Analítica Quantitativa. 3º ed. 2001.

ATKINS, P.; JONES L. Princípios de Química, Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5º ed. 2012.

HARRIS, Daniel C. Análise Química Quantitativa. 7º ed. Rio de Janeiro: LTC 2008.

SKOOG, et al. Fundamentos da Química Analítica. 8º ed. 2006

## **LICENCIATURA EM QUÍMICA (LQU)**

**1. Código da Vaga:** LQU-07.

**2. Nome da Vaga:** Ensino de Ciências e Matemática.

**2.1. Número de Vagas:** 3 (três).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Química.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Ensino de química ou em ensino de ciências e matemática ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Ensino de ciências e matemática) ou com Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) com o objeto de estudo em Ensino de ciências e matemática.

**4. Áreas de Conhecimento:**

Ensino de Ciências e Matemática.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Experimentação e o Ensino de Química: limitações e possibilidades.
- Formação inicial de professores de Química.
- Interculturalidade e o ensino de Química na Amazônia.
- Metodologias e práticas no ensino de química.
- A LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e suas relações com Ensino de Química.
- Linguagem e argumentação no Ensino de Química.
- História e Filosofia da Ciência no Ensino de Química.
- Contextualização, Interdisciplinaridade e o Ensino de Química.
- As Tecnologias Digitais no ensino de química: Limites e Possibilidades.
- Avaliação e Produção de Materiais Didáticos para o ensino de Química.

**6. Referências Sugeridas:**

SANTOS, W.L.; MALDANER, O. A. Ensino de Química em Foco. 1 ed. Ijuí: Editora UniJuí, 2010.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de Professores de Ciências - Tendências e Inovações. 10 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências - Fundamentos e Métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CACHAPUZ, A. et al. A Necessária Renovação no Ensino das Ciências. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FLEURI, R. M. O que significa Educação Intercultural. In: \_\_\_\_\_. Educação para a diversidade e cidadania. Módulo 2: Introdução Conceitual – Educação para a Diversidade e Cidadania. Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/UFSC, 2009.

Artigos das Revistas: Química Nova na Escola, Investigações no Ensino de Ciências, Revista Brasileira de Pesquisa em Ensino das Ciências, Ensaio, entre outras da área.

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

### 1. Código da Vaga: TDG-01.

**2. Nome da Vaga:** Teoria da Comunicação.

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design, com habilitação em Design Gráfico ou Programação Visual ou com ampla habilitação ou Design Gráfico ou Tecnólogo em Design Gráfico ou Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Marketing ou em Design Gráfico ou em Design Digital ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Marketing, fotografia, teoria das mídias e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- História da imagem fotográfica e da tecnologia da fotografia
- Definição e conceitos das etapas, instrumentos e estratégias para utilização dos conhecimentos quanto aos procedimentos técnicos da fotografia.
- Teoria e definição dos conceitos de mídia.
- A cultura de massas, cultura popular e indústria cultural.
- Os veículos e suportes de comunicação e suas características.
- Aplicações diversas da fotografia no design gráfico, na publicidade e diferentes meios de comunicação.
- A fotografia e o design.
- Mercado e Comportamento dos Consumidores.
- Conceituação e objetivos do Marketing
- A percepção do consumidor na análise do ciclo da vida do produto.

### 6. Referências Sugeridas:

BRANDALISE, Loreni Teresinha. A percepção do consumidor na análise do ciclo da vida do produto: um modelo de apoio à gestão empresarial. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008.

BRUNNER, Robert. Gestão estratégica do design: como um ótimo design fará as pessoas amarem sua empresa. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2010.

COBRA, Marcos. Marketing básico: uma abordagem brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BUSSELLE, M. Tudo sobre Fotografia. São Paulo. Pionera, 1998.

HEDGECOE, J. Guia Completo de Fotografia. São Paulo Martins. Fontes, 2001.

LANGFORD, Michel. Fotografia Básica. DinaLivro. Globo, 2007.

TAHARA, M. Mídia; São Paulo: Global, 2004.

BRIGGS, A. e BURKE, P. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARTINO, L. S. Teoria das Mídias Digitais. Linguagens, Ambientes e Redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

### 1. Código da Vaga: TDG-02.

**2. Nome da Vaga:** Comunicação Visual (Branding).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design, com habilitação em Design Gráfico ou Programação Visual ou com ampla habilitação ou Design Gráfico ou Tecnólogo em Design Gráfico.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Inovação ou em Design Gráfico ou em Design Digital ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Produção gráfica, identidade visual, branding, tipografia, teoria do projeto gráfico e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Teorias e contextualização histórica da evolução do design gráfico nas culturas.
- Princípios básicos que orientam a criação, produção e consumo do design gráfico.
- Estudo dos elementos do desenho e da composição: definição, características e funções.
- A expressão da marca através de sua programação visual.
- O gerenciamento (branding) e a comunicação de marcas.
- Subsídios para o acompanhamento e desenvolvimento de um projeto gráfico aplicado à mídia impressa em todas as suas fases de elaboração.
- A tipografia e o design gráfico na era digital.
- Mercado e Comportamento dos Consumidores.
- Conceituação e objetivos do Marketing
- A percepção do consumidor na análise do ciclo da vida do produto.

### 6. Referências Sugeridas:

DENIS, Rafael Cardoso. Uma introdução à história do design. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

HOLLIS, Richard. Design Gráfico – História Concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SOUZA, Pedro Luiz de. Notas para uma história do design. Rio de Janeiro: Ed. 2ab, 1998.

COLLARO, A. C. Projeto Gráfico. São Paulo: Summus, 2000

LEAL, L. Processo de criação em design gráfico. São Paulo: Senac, 2020 Hollis, R. Design gráfico: Uma história concisa. WMF Martins Fontes, 2010

HEDGECOE, J. Guia Completo de Fotografia. São Paulo Martins. Fontes, 2001.

LANGFORD, Michel. Fotografia Básica. DinaLivro. Globo, 2007.

TAHARA, M. Mídia; São Paulo: Global, 2004.

BRIGGS, A. e BURKE, P. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARTINO, L. S. Teoria das Mídias Digitais. Linguagens, Ambientes e Redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

### 1. Código da Vaga: TDG-03.

**2. Nome da Vaga:** Comunicação Visual (Projeto Gráfico).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design, com habilitação em Design Gráfico ou Programação Visual ou com ampla habilitação ou Design Gráfico ou Tecnólogo em Design Gráfico.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Inovação ou em Design Gráfico ou em Design Digital ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Projeto gráfico (mídia), mercado e formas de atuação profissional, projeto gráfico (sinalização) e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Pesquisa, planejamento e desenvolvimento de sistemas de sinalização para espaços públicos e privados
- compreensão da informação em processos de wayfinding
- A Imagem na contemporaneidade: Novas tecnologias de comunicação imagética
- Comunicação verbal e não verbal
- Diversas Mídias: usos e aplicabilidades. (jornal, revista, internet, multimídia).
- Elementos gráfico editoriais que compõem uma página impressa. Softwares
- Planejamento de elementos e recursos gráfico-visuais em peças gráficas para mídia impressa.
- Teorias e contextualização histórica da evolução do design gráfico nas culturas.
- Princípios básicos que orientam a criação, produção e consumo do design gráfico.
- Estudo dos elementos do desenho e da composição: definição, características e funções.

### 6. Referências Sugeridas:

PREECE, J.; ROGER, J.; SHARP, H. Design de interação: além da interação homem – computador. Porto alegre: Bookman, 2005.

MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2ª Edição revisada e ampliada, São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2005, 614p.

DIZARD, Wilson. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2003

TORQUATO, Gaudêncio. Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa. São Paulo. Pi-oneira, 1998.

GREGOLIN, M.do R. Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos –SP. Claraluz, 2008TAHARA, M. Mídia; São Paulo: Global, 2004.

BRIGGS, A. e BURKE, P. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

AMBROSE, Garvin. Grids. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HENDEL, Richard. O Design do Livro. São Paulo: Atelie Editorial, 2006. RIBEIRO, Milton. Planejamento Visual Gráfico. Brasília, 2007.

SAMARA, Timothy. Grid: construção e desconstrução. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DENIS, Rafael Cardoso. Uma introdução à história do design. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

HOLLIS, Richard. Design Gráfico – História Concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

**1. Código da Vaga:** TDG-06.

**2. Nome da Vaga:** Desenho Industrial (Design e Ergonomia).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design com habilitação em Projeto de Produto ou Design de Produto ou Design com ampla habilitação ou Tecnologia em Design de Produto.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Ergonomia ou em Inovação ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design ou Desenho Industrial).

### 4. Áreas de Conhecimento:

Teoria do design, Ergonomia no Projeto de Produto e no Projeto Gráfico, História do design, Design de interface, e os componentes curriculares correlatos.

### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Introdução à Ergonomia: definições e histórico.
- Introdução a Análise Ergonômica do Trabalho.
- Fundamentos da ergonomia aplicada ao design de produto/serviços
- Design universal e design inclusivo.
- Repertório de conhecimentos conceituais e práticos de ergonomia
- Design – definições, conceitos e áreas de abrangência
- Os impactos sociais do Design
- O surgimento do design e a consolidação da atividade até a atualidade
- Conhecer os conceitos de cognição do usuário, percepção.
- Desenvolvimento de interfaces digitais: usabilidade das interfaces frente ao sistema.

### 6. Referências Sugeridas:

FUNDACENTRO. Pontos de Verificação Ergonômica: soluções práticas de fácil aplicação para melhora a segurança. A saúde e as condições de trabalho, 2 ed. São Paulo: Fundacentro, 2018. (disponível no Moodle)

GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMES, João Filho. Ergonomia do objeto: sistema técnico de leitura ergonômica. Ed. 2 São Paulo. Escrituras Editora. 2010.

Henry Dreyfuss Associated. As Medidas do Homem e da Mulher - Fatores Humanos em Design. São Paulo: Bookman, 2005.

IIDA, I.; BUARQUE, L. Ergonomia: Projeto e Produção. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 3a ed., 2016.

LANDIM, P. C. Design, Empresa, Sociedade. São Paulo, Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2010.

PREECE; ROGERS; SHARP. Design de Interação: além da interação homem-computador. São Paulo: Bookman, 2005.

SCHNEIDER, B. Design – Uma Introdução. São Paulo, Editora Blücher, 2010.

OLIVEIRA NETTO, Alvim. A de. IHC: modelagem e gerência de interfaces com o usuário. Florianópolis: Visual Books, 2004

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

**1. Código da Vaga:** TDG-07.

**2. Nome da Vaga:** Desenho Industrial (História do Design).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

### 3. Requisitos específicos:

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design com habilitação em Projeto de Produto ou Design de Produto ou Design com ampla habilitação ou Tecnologia em Design ou Tecnologia em Design de Produto.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Semiótica ou em Sustentabilidade ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design).

#### 4. Áreas de Conhecimento:

História do design, sustentabilidade e design, design sustentável, experiência do usuário (produto), semiótica e os componentes curriculares correlatos.

#### 5. Temas das Provas Escrita e Didática

- Design como conceito
- Os desafios do design no mundo pós-moderno
- Design e contexto
- Design e Metodologia
- Sustentabilidade como elementos de formação do profissional de design.
- Produtos sustentáveis comercial e artesanal
- Formas, significado e função
- Conceituação e história do EcoDesign.
- Estratégias projetuais para o desenvolvimento de produtos sustentáveis
- Sociedade Sustentável: Uma hipótese de cenário.

#### 6. Referências Sugeridas:

BURDEK, Bernhard E. Design: História, Teoria e Prática do design de Produtos. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

BRAIDA, Frederico e NOJIMA, Vera Lúcia. Tríades do design: Um olhar sobre a forma, o significado e a função. Rio de Janeiro: Rio Book, 2014

CARDOSO Rafael. Design para um mundo complexo: Rafael Cardoso. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

ECO, Umberto. Tratado Geral de Semiótica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997

FUAD-LUKE, Alastair. Ecodesign – the sourcebook. San Francisco, California: Chronicle Books LLC, 2002.

LEON, Ethel. Design Brasileiro: Quem fez, quem faz. Rio de Janeiro: Publishing editor, 2005

FUAD-LUKE, A. The Eco-Design Handbook. Londres: Ed. Thomas & Hudson, 2005.

NIEMEYER, L. Elementos de semiótica aplicados ao design. Rio de Janeiro, Ed. 2AB.

SCHNEIDER, Beat. Design - Teoria. In: Design - uma introdução. O Design no contexto social, cultural e econômico. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.2013.

VELOZZI, C.; MANZINI, E. - O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: EDUSP, 2011.

### TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

**1. Código da Vaga:** TDG-08.

**2. Nome da Vaga:** Desenho Industrial (Projeto de Produto).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design com habilitação em Projeto de Produto ou Design de Produto **ou Design com ampla habilitação ou Tecnologia em Design ou Tecnologia em Design de Produto.**

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Inovação ou em Design de Produto ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design **ou Inovação**).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Projeto de Produto, **Projeto de Embalagem, Oficina de Protótipos** e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- **Planejamento do projeto de design considerando suas interfaces e seus limitadores.**

- Princípios básicos e técnicas para geração de soluções em Design.
- Princípios de Desenvolvimento de Produtos.
- Geração de alternativas, execução e apresentação de projetos.
- Metodologia de desenvolvimento de um projeto aplicado ao design de embalagem.
- Fatores econômicos e de mercado e sua relação com a atividade de design.
- Tecnologias de prototipagem e modelagem.
- O mercado e as novas tecnologias de prototipagem.
- Geração de alternativas, execução e apresentação de projetos.
- Materiais de embalagem em um panorama sustentável: principais tipos e aplicações.

## 6. Referências Sugeridas:

BAXTER, Mike. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. 3. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011. 342p.

BURDEK, Bernhard E. Design: história, teoria e prática de design de produtos. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2010. 496 p.

CARDOSO, Rafael. Design para um mundo complexo. São Paulo: Ubu, 2016.

LOBACH, Bernd. Design industrial: bases para a configuração dos produtos industriais. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. 206 p.

MCCRACKEN, Grant David. Cultura & consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010

MESTRINER, Fabio. Design de embalagem: curso avançado. 2. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2005.

MESTRINER, Fabio. Design de embalagem: curso básico. 2. ed., rev. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

NEGRÃO, Celso; CAMARGO, Eleida. Design de embalagem: do marketing à produção. São Paulo: Novatec, 2008.

SANTI, Maria Angélica. Mobiliário no Brasil - origens da produção e da industrialização. São Paulo: Senac, 2013.

VERAS, Marcelo Henrique Duarte. Gestão de carreiras e competências empresariais 100 dicas práticas. São Paulo. Atlas.

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

**1. Código da Vaga:** TDG-09.

**2. Nome da Vaga:** Desenho Industrial (Prototipagem).

**2.1. Número de Vagas:** 1 (uma).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Desenho Industrial ou Design com habilitação em Projeto de Produto ou Design de Produto ou Design com ampla habilitação ou Tecnologia em Design ou Tecnologia em Design de Produto ou Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia de Produção.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Design ou em Inovação ou em Design de Produto ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Design ou Inovação).

**4. Áreas de Conhecimento:**

Desenho geométrico (gráfico e produto), desenho técnico, Modelagem e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Técnicas e materiais para a modelagem
- Verificações finais de produto através de documentação técnica básica, modelos bi e tridimensionais.
- Reconhecimento e aplicação de matéria-prima, materiais de revestimento e acabamento, técnicas construtivas, ferragens e acessórios.

- Processos de adição e subtração de matéria prima.
- Figuras planas: polígonos regulares e estrelados, triângulos e quadriláteros
- Representação gráfica manual de produtos industriais
- Representação dos movimentos ocorridos na manipulação de produtos por meio de diagramas de uso e função
- Principais lugares geométricos: métodos e aplicações
- Definições conceitual de mock-up, modelos e protótipos e suas finalidades em Projeto de Produto.
- Modelos físicos em escala reduzida de objetos, com exploração de materiais alternativos.

## 6. Referências Sugeridas:

ASHBY, Michael; JOHNSON, Kara. Materiais e Design: arte e ciência da seleção de materiais no Design do Produto. São Paulo: Campus, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Blücher, 2010.

BOLLNOW, OTTO F. O homem e o espaço. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

CARVALHO, B. A. Desenho geométrico. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

CHUÍ, Fernando. Diálogo/Desenho. São Paulo: 2017.

LEFTERI, Chris. Como se faz: 82 técnicas de fabricação para design de produtos. São Paulo:

LESKO, Jim. Design industrial: materiais e processos de fabricação. São Paulo: Blucher, 2004.

LIMA, Marco Antonio Magalhães. Introdução aos materiais e processos para designers. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

LOBACH, Bernd. Design industrial: bases para a configuração dos produtos industriais. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. 206 p.

MILLS, C.B. Projetando com maquetes. 2a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

PENNA, Elo. Modelagem: modelos em design. São Paulo: Elo Penna, 2002.

SANTI, Maria Angélica. Mobiliário no Brasil - origens da produção e da industrialização. São Paulo: Senac, 2013.

SENAC, 2010. DOYLE, Michael E. Desenho a cores - técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. Porto Alegre: Bookman, 2002.

VOLPATO, Néri. Prototipagem rápida - tecnologias e aplicações. São Paulo: Blucher, 2007.

VOLPATO, Neri. Prototipagem rápida: tecnologias e aplicações. São Paulo: Blucher, 2007.

WONG, W. Princípios de forma e desenho. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

## TECNOLOGIA EM DESIGN (TDG)

**1. Código da Vaga:** TDG-13.

**2. Nome da Vaga:** Artes (Arte e educação).

**2.1. Número de Vagas:** 2 (duas).

**2.2. Regime de Trabalho:** 40 horas D.E.

**3. Requisitos específicos:**

**3.1. Graduação:** Educação artística com habilitação em artes plásticas **ou Artes Visuais**.

**3.2. Pós-graduação:** Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em Artes ou em Arte e Educação ou em Semiótica ou em Estética ou Pós-Graduação (doutorado ou mestrado) em área afim de avaliação (Artes).

**4. Áreas de Conhecimento:**

História da arte, Estética, semiótica, arte e educação, Laboratório de desenho manual, técnicas avançadas de desenho, Teoria da cor, Rendering manual de Produto e os componentes curriculares correlatos.

**5. Temas das Provas Escrita e Didática**

- Arte e tecnologia na época medieval

- Modernismo e a Arte Contemporânea
- Proporção e perspectiva
- Desenvolver a capacidade manual da ilustração avançada na representação dos objetos
- Sistemas de harmonias aplicados ao produto.
- A cor nos Suportes Digitais.
- Representação gráfica e representação de texturas, iluminação e sombras
- Utilização de materiais e técnicas de desenho
- Natureza da criatividade na arte
- Arte e artesanato

#### **6. Referências Sugeridas:**

ARGAN, Giulio Carlo – A Arte Moderna – 1870-1990. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BOMFIM, Gustavo Amarante. Estética Aplicada ao Design, Curso de Desenho Industrial/UFPB - mimeo: Campina Grande - PB, 1995.

EDWARDS, Betty. Desenhando com o Lado Direito do Cérebro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em comunicação – 4ª edição. São Paulo: Edgar Blucherr, 1994.

GUIMARÃES, L. - A cor como informação. São Paulo: Annablume, 2001.

PIPES, A. Desenho para designers. São Paulo: Edgar Blucher, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. Estética de Platão a Peirce. Editora Experimento. São Paulo, 1994.

Vários. ABC do Rendering. Infólio

WONG, Wucius. Princípios da forma e do desenho. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2010.

WOLFFLIN, H. Conceitos fundamentais da história da arte. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

ANEXO II – CRONOGRAMA DO CONCURSO  
EDITAL DE ABERTURA 002/2023

O Instituto AACP, e a Universidade do Estado do Amapá, comunica o cronograma do concurso.

<b>PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA</b>	<b>01/09/2023</b>
<b>ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO</b>	<b>DATA</b>
<b>1º PERÍODO – MESTRE E DOUTORES</b>	
Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	25/09 a 27/09/2023
Prazo para envio/entrega da documentação referente a isenção da Taxa de Inscrição	25/09 a 27/09/2023
Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição	29/09/2023
Período para recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição	02/10/2023
Divulgação do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição pós-recurso	06/10/2023
<b>2º PERÍODO – ESPECIALISTAS</b>	
Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	24/10 a 26/10/2023
Prazo para envio/entrega da documentação referente a isenção da Taxa de Inscrição	24/10 a 26/10/2023
Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição	31/10/2023
Período para recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição	01/11/2023
Divulgação do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição pós-recurso	07/11/2023
<b>DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>DATA</b>
<b>1º PERÍODO – MESTRE E DOUTORES</b>	
Período para solicitação de inscrição	25/09 a 16/10/2023
Período para pagamento da taxa de inscrição	25/09 a 16/10/2023
Período para postagem de laudo médico	25/09 a 16/10/2023
Divulgação do deferimento das inscrições	19/10/2023
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	20/10/2023
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso	24/10/2023
<b>2º PERÍODO – ESPECIALISTAS</b>	
Período para solicitação de inscrição	24/10 a 13/11/2023
Período para pagamento da taxa de inscrição	24/10 a 13/11/2023
Período para postagem de laudo médico	24/10 a 13/11/2023
Divulgação do deferimento das inscrições	17/11/2023
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	20/11/2023
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso	23/11/2023
<b>DA PROVA ESCRITA</b>	<b>DATA</b>
Edital de Data, Hora e Local da Prova Escrita	15/12/2023

Divulgação dos membros da banca	04/01/2024
Disponibilização do Cartão de Informação do Candidato	08/01/2024
<b>APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA</b>	<b>14/01/2024</b>
Divulgação do Resultado da correção	18/01/2024
Período para recurso contra a Correção	19/01/2024
<b>Divulgação do resultado da Prova Escrita - pós-recursos</b>	<b>24/01/2024</b>
Realização do sorteio do tema para a Prova Didática (matutino, vespertino ou noturno). Entrega do Curriculum Vitae.	24/01 a 07/02/2024
<b>Realização da Prova Didática e da Prova de Títulos</b>	<b>25/01/2024 à 08/02/2024</b>
Resultado preliminar da Prova Didática e da Prova de Títulos	15/02/2024
Interposição de Recurso contra o resultado da Prova Didática e da Prova de Títulos	16/02/2023
Resultado Final da Prova Didática e da Prova de Títulos	21/02/2023
<b>Realização da Proficiência em Música</b>	<b>25/01/2024 à 08/02/2024</b>
Resultado preliminar da Proficiência em Música	15/02/2024
Interposição de Recurso contra o resultado da Proficiência em Música	16/02/2023
Resultado final da Proficiência em Música	21/02/2023
Publicação do Edital de convocação da Perícia Médica dos candidatos declarados pessoas com deficiência e dos que usufruíram de tempo adicional para realização das provas.	01/03/2024
Realização da perícia médica dos candidatos com deficiência e daqueles que usufruíram de tempo adicional.	10/03/2024
Resultado preliminar da Perícia Médica.	14/03/2024
Recurso contra o resultado da Perícia Médica.	15/03/2024
Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado da perícia médica. Resultado final da Perícia Médica.	19/03/2024
Divulgação do resultado final do concurso. Divulgação do boletim de desempenho oficial do concurso.	19/03/2024

O cronograma apresentado trata-se de uma previsão para execução das atividades inerentes ao concurso, podendo as datas sofrer alterações segundo as necessidades da comissão especial e da comissão organizadora do concurso

Qualquer alteração no presente cronograma será divulgada no site do Instituto AOCB no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br).